

**OS SOCIÓLOGOS NÃO  
DESCREVEM A TERRA**



**JULIO CESAR VAZ NITSCHÉ**

**2016**

*Julio Cesar Vaz Nitsche*



**Os sociólogos não descrevem a Terra  
(revisado e ampliado)**

**1ª Edição**

**Curitiba**

**Edição do autor**

**2016**

Nitsche, Julio Cesar Vaz

Os sociólogos não descrevem a Terra (Revisado e ampliado): edição independente / J.C.V. Nitsche – 1ª ed. – Curitiba; 2016.

C+Viii + 159p ; 21cm

**ISBN:** 978-85-920924-6-7

Possui bibliografia e suporte bibliográfico

1. Comparação de trabalhos geográficos e sociológicos. 2. Paraná – Município de Três Barras do Paraná. 3. Geografia do Paraná. 4. História de Três Barras do Paraná. 5. Classificação climática de Três Barras do Paraná. 6. Arqueologia - Achados arqueológicos – Tradição Umbu. 7. Contestado. 8. Pequeno Adendo à Canudos. 9. Síntese do episódio “Os Mucks”. 10. Revolta em Três Barras do Paraná. 11. Geografia - Epistemologia da Geografia. 12. Plano Rodoviário do Paraná - 1951. 13. Conflitos agrários. 14. Posse de Terras 15. Construção territorial e não do espaço geográfico.

## **A REPRODUÇÃO É RESTRITA**

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida por qualquer meio de mídia: fotográfico, fotocópia, fotomecânico, nem mesmo transmitida por meios eletrônicos ou gravações, sem a devida referência bibliográfica (esta fonte).

Capa: Julio Cesar Vaz Nitsche

Imagem da capa: Brasília vista do espaço cósmico (noite) In: [www.pinterest.com](http://www.pinterest.com)  
Imagem folha de rosto: Ilha artificial de Dubai. In:  
[www.fotosdomundo.com.br/fotos/fotos-da-terra-vista-do-espaco.html](http://www.fotosdomundo.com.br/fotos/fotos-da-terra-vista-do-espaco.html)  
(Ambas de domínio público).

Denise R. A. P. Nitsche e Valéria C. V. Nitsche; organizadoras e digitalizadoras.

**STRABO**: (63a.C. - 24 d.C.), geógrafo e historiador grego, nasceu em Amaseia, Strabo começou seus estudos com Aristodemus e em 44 a.C. foi para Roma estudar com Tyrannion, ex-professor de Cícero. Antes de deixar Roma ele concluiu sua monumental obra de 43 volumes intitulada 'Esboço Histórico'. Em 31 a.C. Strabo começou suas viagens na Europa, Ásia e África, tendo viajado quase todo o mundo conhecido da época, ele voltou a Roma em 17 d.C. e escreveu seu mais importante trabalho de 17 volumes intitulado "Geographicae". Esta foi a primeira vez que surgiu a palavra Geografia. Os volumes seriam conhecidos atualmente como guias e eram escritos para uso militar. Esta obra é o principal documento daquela época conservado inteiro (com exceção de partes do volume sete), conforme relata LOSEE (1979).

**PTOLOMEU** (também Claudius Ptolomaeus, 100-70 d.C.): Astrônomo e matemático grego, viveu em Alexandria, Egito e era cidadão romano. Seu primeiro trabalho foi o 'Almagesti', traduzido para o árabe 500 anos depois. Nesta obra ele propunha o sistema de geocentrismo o qual descrevia a Terra no centro do universo com o sol, planetas e as estrelas rodando em círculos ao seu redor. Este trabalho de Ptolomeu influenciou o pensamento astronômico durante mais de mil e quinhentos anos até ser substituído pela teoria heliocêntrica de Copérnico. Para a Geografia sua mais importante obra foi "**A Geographia**" (tratado de oito volumes). Uma tentativa de mapear o mundo conhecido da época, demarcando latitudes e longitudes de locais importantes, acompanhadas de mapas e uma descrição de técnicas de mapeamento. Nesta compilação Ptolomeu utilizou-se de dados estabelecidos por ele mesmo e de Hiparco, Strabo e Marinus de Tiro. Mesmo com informações imprecisas este trabalho foi a principal ferramenta de orientação geográfica e cartográfica até o fim da renascença (LOSEE, 1979).

Logo; percebemos que a palavra geografia significa descrever a Terra (Planeta Terra). Significado este, que advém dos próprios gregos: **geo significa "Terra" + grafia = que significa "escrita"**.

"A República" - **ΠΟΛΙΤΕΙΑ**, do filósofo Aristóteles (Platão - ombros largos), possui uma passagem conhecida como "alegoria da caverna" em seu livro VII. Neste mito, narra-se o diálogo de Sócrates com Glauco e Adimato.

Com esta alegoria, Platão divide o mundo em duas realidades: a sensível, que se percebe pelos sentidos, e a inteligível. O primeiro é o mundo da imperfeição e o segundo encontraria toda a verdade possível para a humanidade. Assim o ser humano deveria procurar o mundo da verdade para que consiga atingir o bem maior para sua vida.

O processo de conhecimento se embasa na progressiva passagem e visualização das sombras que refletem imagens enevoadas e disformes recaindo ao universo das idéias, transpondo etapas intermediárias. Cada fase encontra sua fundamentação e resolução na fase seguinte. O que não se visualiza claramente no plano sensível transforma-se em objeto de crença quando se tem condição de percepção e interpretação nítida.

(...) "*A alegoria da caverna dramatiza a ascense do conhecimento, complementando o esquema da linha dividida. Descreve um prisioneiro que contempla, no fundo de uma caverna, os reflexos de simulacros que — sem que ele possa ver — são transportados à frente de um fogo artificial. Como sempre viu essas projeções de artefatos, toma-os por realidade e permanece iludido. A situação desmonta-se e inverte-se desde que o prisioneiro se liberta: reconhece o engano em que permanecera, descobre a "encenação" que até então enganara e, depois de galgar a rampa que conduz à saída da caverna, pode lá fora começar a contemplar a*

verdadeira realidade. Aos poucos, ele, que fora habituado à sombra, vai podendo olhar o mundo real: primeiro através de reflexos — como o do céu estrelado refletido na superfície das águas tranqüilas —, até finalmente ter condições para olhar diretamente o Sol, fonte de toda luz e de toda realidade.

Essa alegoria de múltipla dimensão — pode ser vista tanto como fabulação da ascese religiosa, como da filosófica e científica — guarda ainda uma conotação política, que o contexto da República não permite negligenciar. Aquele que se liberta das ilusões e se eleva à visão da realidade é o que pode e deve governar para libertar os outros prisioneiros das sombras: é o filósofo-político, aquele que faz de sua sabedoria um instrumento de libertação de consciências e de justiça social, aquele que faz da procura da verdade uma arte de desprestidigitação, um desilusionismo.” (...). In: **Platão vida e obra** (Consultoria: José Américo Motta Pessanha - 5a ed. p. 29, 1991).

---

(...) “...se o que penso é determinado de maneira unívoca pelo que já foi pensado, não penso nada, estou na simples repetição e não vale a pena prosseguir, se a história, e a história do pensamento, é verdadeiramente determinada, ela é apenas um vasto sistema tautológico”. In: CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da Sociedade**. Tradução: Guy Reynaud. 3a. ed. p. 18, 1982.

---

(...) Galileu, um dos expoente do método científico, homem dos séculos XVI e XVII (...) No decorrer desse longo processo de descobrimento, sucedeu-lhe seguir pistas falsas e esbarrar em impasses. (...) não desistiu: tinha flexibilidade suficiente para tomar consciência de seus próprios erros e a coragem de partir em busca de soluções melhores. Finalmente, obteve sucesso... até certo ponto (...). In: ELIAS, Norbert. **Sobre o Tempo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1ª ed, p.89, 1998.

---

(...) A hipocrisia dos Habsburgos com a qual se pretendia dar no exterior a aparência de que a Áustria ainda era um Estado alemão, fazia crescer o ódio contra a Casa Austríaca, até atingir a indignação e, ao mesmo tempo, o desprezo. Só no Reich os já então predestinados" nada viam de tudo isso. Como atingidos pela cegueira, caminhavam eles ao lado de um cadáver e, nos sinais da decomposição, acreditavam descobrir indícios de nova vida. (...) In: HITLER, Adolf **“Minha Luta”** (Mein Kampf). Tradução Jaime de Carvalho. Hugin Editores, 1998, p. 18.

## AGRADECIMENTOS

Demonstro profundo respeito e gratidão àqueles que me ajudaram durante minha trajetória existencial e de atuação.

Às pessoas que direta ou indiretamente me ajudaram e iluminaram minha vida nos momentos mais sombrios. Logo; estes são representantes da sociedade em geral, tais como: meus pais, meus avós, minha família, todos os que me conhecem e que me auxiliaram: militares, profissionais da saúde (doutores, médicos, psicólogos, dentistas, enfermeiros, atendentes, técnicos, enfim; todos dessa área), profissionais da educação e cultura, servidores públicos, aos que rezaram/oraram por minha pessoa, parentes e conhecidos.

Não citarei nomes, porque são tantos e não quero cometer o erro de esquecer uma pessoa se quer...mas tenho certeza que todos sabem quem são e o que fizeram por mim.

Em especial, agradeço à Denise R. A. P. V. Nitsche, esposa, e Valéria C. V. Nitsche, irmã, que ajudaram a elaborar, escrever e terminar este manuscrito. E a todas as pessoas à minha volta que estão sempre me ajudando e que me ajudaram!

## ALGUMAS PALAVRAS

Aproveitando este momento de lucidez, apreço-me para levar à vos este livro eletrônico, que todos os leitores esperam que as folhas de rosto e a introdução sejam usadas para explicar e adentrar nas questões que o manuscrito abordará. Porém, de que adianta expressar os temas abordados, mostrando de imediato os assuntos, que muitas vezes, aparentemente não tem nada haver com o que queremos ler ou saber?

Vejo muitos alunos do Ensino fundamental e médio, procurando as resenhas e lendo as introduções para saber se existe um meio mais rápido de transcrever um pedaço do texto, que será usado em sua atividade escolar. Sem necessitar de lê-lo completamente. E o mesmo, acontece no meio acadêmico!

É por este motivo, que em manuscritos de minha autoria, deixo as folhas de rosto e a parte introdutória, em sublime perspectiva da súbita redução de uma densa expectativa ao conhecimento que está por vir, ou a, ser transmitido.

Mas qualquer pessoa, que tenha a mínima atenção aos textos introdutórios, já se apercebe do que será retratado na coletânea de textos que compõem o referido manuscrito. Os que não observam tal abordagem, são àqueles que visualizam saltos temporais e que possuem visão retilínea têmporo/espacial. Não possuindo a capacidade da visão analítica respaldada e muito menos contextualizada em frases chaves, mas que estão intimamente interligadas pelo processo de linha condutora/conectora que integram as abordagens dos trabalhos deste que vos escreve.

A Interdisciplinaridade é um elemento primordial aos quesitos científicos, tendo ainda, uma importante influência aos estudantes do mundo. E não apenas aos alunos, mas aos brasileiros e toda a população mundial.

Porém, deve-se estabelecer e respeitar os limites e as particularidades de cada área do saber. Caso contrário, voltaremos aos Séculos de Platão à Leonardo Da Vinci.

“O conhecimento é uma aventura em aberto. O que significa que aquilo que saberemos amanhã é algo que desconhecemos hoje; e esse algo pode mudar as verdades de ontem”.

Karl Popper

## SUMÁRIO

A Sociologia e a Geografia.....	09
Análise comparativa dos trabalhos acadêmicos.....	13
A construção territorial e não do espaço geográfico.....	29
Município de Três Barras do Paraná.....	45
A possança do possessor.....	100
Considerações Finais.....	154
Bibliografia.....	158
Siglas.....	164
Suporte bibliográfico.....	164
Sites visitados.....	168

## A SOCIOLOGIA E A GEOGRAFIA

“(...) G.-M. – Mas, diga-me, amigo: os magistrados, as repartições, os cargos, a educação, todo o modo de viver é mesmo o de uma verdadeira república, ou o de uma monarquia ou de uma aristocracia?

ALM. – Aquele povo ali se encontra vindo da Índia, por ele abandonada para livrar-se da desumanidade dos magos, dos ladrões e dos tiranos, que atormentavam aquele país. Todos determinaram, então, começar uma vida filosófica, pondo todas as coisas em comum. E, se bem que em seu país natal não esteja em voga a comunidade das mulheres, eles a adotaram unicamente pelo princípio estabelecido de que tudo devia ser comum e que só a decisão do magistrado devia regular a igual distribuição. As ciências e, em seguida, as dignidades e os prazeres são comuns, de forma que ninguém pode apropriar-se da parte que cabe aos outros.” In: CAMPANELLA, Tommaso “Cidade do Sol” (e-book: [site/LivrosGrátis/a\\_cidade\\_do\\_sol.htm](http://site/LivrosGrátis/a_cidade_do_sol.htm) (1 of 48) [03/05/2001 12:37:57]), tradução de (?) [www.ciberfil.hpg.ig.com.br](http://www.ciberfil.hpg.ig.com.br). P.14

Fábio Luiz Búrigo & José Carlos da Silva, iniciam um artigo na Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 1 nº 1 (1), agosto-zembro/2003, p. 128-148 com a seguinte apresentação: “Émile Durkheim está entre os principais precursores da sociologia. Suas idéias são de grande valia para a compreensão da realidade do mundo social. Durkheim foi que mais se destacou por ter oferecido à sociologia um método de investigação apropriado e inequívoco. A sociologia durkheimiana tornou-se, assim, uma disciplina autônoma, caracterizada por seu forte rigor científico e metodológico.

A mesma preocupação, de criar uma ciência autônoma com base empírica do real, foi perseguida por Max Weber ao longo de sua vida intelectual. A obra de Weber é marcada pela análise teórica e empírica dos fatos econômicos, históricos e culturais, bem como pelo seu compromisso em “fazer ciência”, sem cair em pressupostos valorativos ou em “concepções de mundo”. Em alguns casos, a opção pelo ecletismo e a sua visão particular sobre o papel da ciência significou entrar em choque frontal contra teses acadêmicas prevalecentes em sua época. Além de ter elaborado trabalhos em diversas áreas do conhecimento suas idéias a respeito da epistemologia e do papel da metodologia foram fundamentais para o desenvolvimento das ciências sociais. Seus escritos geraram uma vertente metodológica (interpretativíssima) e inspiraram várias correntes do pensamento sociológico do século XX.” In: (p. 128).

Seguindo ainda a visão destes autores, prossegue-se com as seguintes observações: (...) “Dentro da tradição positivista durkheimiana, a sociedade poderia ser compreendida da mesma forma que os fenômenos da natureza. Ele acreditava que os fatos sociais poderiam ser estudados através dos mesmos métodos científicos empregados nas ciências naturais. Em outras palavras, assim como os fenômenos físicos podiam ser explicados pelas “leis” naturais,

seria plenamente possível se estabelecer “leis” que explicassem os fenômenos sociais e, conseqüentemente, encontrar remédios às patologias da sociedade.” In: (p. 129).

Ao analisarmos este texto, compreendemos que a visão formulada pelos autores conotam as dificuldades enfrentadas pela sociologia para inseri-la no campo científico. Pois, era necessário respaldar suas análises em métodos confiável de observação/estudo dos fenômenos. Ou seja: de cunho testáveis!

A resposta foi dada por Émile Durkheim que absorve fenômenos da natureza no âmbito da sociologia, para tentar formular teorias universais. E por Max Weber que realiza análise dos fatos econômicos, históricos e culturais, mas na intenção de formular teorias ou estudos particulares. Ou seja: A compreensão interpretativa das ações sociais.

Na página 19 deste artigo anteriormente citado, os autores discursam:

(...) A questão metodológica foi o diferencial marcante no trabalho destes dois autores. Vimos que enquanto um estava preocupado em criar “leis” sociais, o outro buscava interpretar as especificidades da vida social. Contudo, o que é comum neles é sua concepção de ciência, ou seja, a ciência enquanto conhecimento válido, preciso, que se apoia na observação, no empirismo, na experimentação e no método rigoroso que caracterizará uma pesquisa social como verdadeiramente “científica”. (...).

Os articulistas não incluíram Augusto Comte (1798-1857), que criou o termo e as bases da “Sociologia”, sendo considerado o pai da Sociologia. Comte defendia a ideia, de que, para uma sociedade funcionar corretamente, esta deveria estar organizada e só assim alcançaria o desenvolvimento positivo (progresso). Seu esquema sociológico era tipicamente positivista, corrente com grande expressão no século XIX.

E nem, tão pouco, de **Karl Marx** (1818-1883), fundador da doutrina comunista moderna, que visualizava a sociedade em duas classes: a) Capitalistas: que são detentores dos meios de produção e b) os proletariado que contribuem com sua força de trabalho a qual é locada ao capital. Sendo este fato a essência de seu pensamento. A sociedade, é moldada através dos meios de produção, sendo estes, a base das relações de produção, e a forma como as pessoas se organizam para executar uma atividade produtiva. Logo; tal sistema acarreta desigualdades sociais, originando as lutas de classes. Tal ideologia, remete à Marx, o título de defensor do comunismo, que se representaria como a fase mais prospera da sociedade humana. A prosperidade, porém, somente seria alcançada à partir de uma revolução proletária, que desencadearia uma sociedade igualitária ou socialista.

Não foram incluídos, (Comte e Marx), porque o objetivo destes autores era, de, como explicado na página 129: (...) “O esforço maior deste trabalho é discutir algumas das contribuições metodológicas e epistemológicas dos referidos autores, a partir das seguintes indagações: a) Quais as principais contribuições metodológicas e epistemológicas, que Durkheim e Weber trouxeram à construção da sociologia?; b) Existem pontos de convergência entre a sociologia positivista de Durkheim e a sociologia interpretativa de Weber? E; c) É possível alcançar a neutralidade científica nas ciências sociais?” (...).

Voltando a atenção ao pensador Comte;

(...) “O núcleo da filosofia de Comte radica na ideia de que a sociedade só pode ser convenientemente reorganizada através de uma completa reforma intelectual do homem. Com

isso, distingue-se de outros filósofos de sua época, como Saint-Simon e Fourier, preocupados também com a reforma das instituições, mas que prescreviam modos mais diretos para efetivá-la. Enquanto esses pensadores pregavam a ação prática imediata. Comte achava que antes disso seria necessário fornecer aos homens novos hábitos de pensar de acordo com o estado das ciências de seu tempo.

Por essa razão, o sistema comteano estruturou-se em torno de três temas básicos. Em primeiro lugar, uma filosofia da história com o objetivo de mostrar as razões pelas quais uma certa maneira de pensar (chamada por ele filosofia positiva ou pensamento positivo) deve imperar entre os homens. Em segundo lugar, uma fundamentação e classificação das ciências baseadas na filosofia positiva, finalmente, uma sociologia que, determinando a estrutura e os processos de modificação da sociedade, permitisse a reforma prática das instituições. A esse sistema deve-se acrescentar a forma religiosa assumida pelo plano de renovação social, proposto por Comte nos seus últimos anos de vida. (...)” In: Comte, Auguste, 1798-1857, (seleção de textos de José Arthur Giannotti); traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. Abril Cultural, 1978, p.15 e 16.

Saindo dos temas abordados e embasando-se nas bibliografias consultadas, pode-se dizer que: **Max Weber** (1864-1920) é o pensador mais recente dentre os três. Era um dedicado estudioso dos pensamentos de Comte e Durkheim, bem como, o de Marx. Tendo a convicção de que a sociedade não funcionava de forma harmoniosa como pensavam Comte e Durkheim. Sua principal contribuição foi perceber que o papel da Sociologia é observar e analisar os fenômenos que ocorrem na sociedade, extraindo desses fenômenos, os ensinamentos e a compreensão. Tal fato e atitude, desencadeia a nomeação de Sociologia Compreensiva. Outra grande contribuição, recai na valorização das particularidades, devendo estas serem trabalhadas sob óptica histórica, e não sob visão positivistas. O que vai gerar novas premissas de atuação e interpretação dos fenômenos, como no caso de seu conceito chave: **Ação Social**. Este conceito se baseia na observação do comportamento social humano, onde se relacionam de maneira subjetiva, sendo este espelhado no comportamento alheio.

Seu principal experimento metodológico recai na análise do tipo ideal, que vigora nos parâmetros científicos, tentando estabelecer a sociologia, ou pelo menos, suas análises, dentro do âmbito não metafísico.

O fundador da escola francesa de Sociologia **Émile Durkheim** (1858-1917), contribuiu ao realizar pesquisa empírica com teoria sociológica. Estabelecendo assim, um marco científico à Sociologia. Para Durkheim, a sociedade funcionava como um corpo, onde cada órgão tem sua função e depende dos outros para sobreviver. Assim sendo, o indivíduo deve se sentir parte do todo, para que não haja anomalias sociais.

Para este sociólogo, a Sociologia deve se preocupar com os  **fatos sociais**, que se apresentam como: a) coerção social; b) exterioridade; c) poder de generalização. E tais atributos, são inerente aos indivíduos sendo manipulados e redirecionados aos mesmos, até o ponto de se tornarem hábitos.

Durkheim deixa um legado para todos os cientistas, mas poucos conseguem seguir e ser profissional ao ponto de. O cientista social deve analisar a sociedade sendo neutro, não se deixando influenciar por seus próprios sentimentos, sejam eles bons ou ruins (conforme sua percepção). OBS: Isso não é só para os cientistas/pesquisadores sociais!

Ao entendermos os fundamentos que embasam o processo construtivo do pensamento científico social, ou seja: Como surge e se estabelece a Sociologia, pode-se adentrar em outra esfera do conhecimento, este denominado de Geografia, que tem suas origens na Grécia antiga, graças à seus mentores, que de início, foram apresentados.

A Geografia sempre descreveu a Terra, porém, seus interlocutores e integrantes, mais especificamente: seus agentes e ao mesmo tempo atores e gerentes, mais conhecidos como geógrafos humanistas ou protagonizadores da denominada geografia humana, esqueceram-se deste fato e não mais descreveram a Terra. Porém, por outro lado, os geógrafos físicos, muitas vezes se esqueceram de realizar a relação sociedade com a natureza. Logo; as duas áreas não realizam esta relação em suas análises científicas.

Os geógrafos e não a Geografia, foram, ao contrário da sociologia, buscar respostas no âmbito social. Pois enquanto a Sociologia conformatava-se com as novas ideologias destes quatro pensadores, que são os fundadores da Sociologia (Auguste Comte, **Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber**), a geografia os incorporavam em suas análises críticas e científicas, resultando na dicotomia existente até os dias atuais, sendo que muitos pesquisadores mascaram este fato.

No momento presente, os trabalhos de cunho geográfico humano (geografia humana), se transformou em sociologia pura. Pois, são pouquíssimos trabalhos que descrevem a Terra, com pelo menos um mapa de localização da área à ser estudada. E quando o faz, é somente para conformatar o trabalho como sendo geográfico, demonstrando apenas, suas coordenadas geográficas com no máximo três mapas ( 1-Brasil, 2-município 3-área estudada). Não mais que isso. Atualmente, nem a geografia física e muito menos a geografia humana se encarrega de realizar uma análise **que trata das relações ambientais sociais humanas e suas associações interligadas aos ambientes naturais físicos e suas integrações com os fenômenos naturais do espaço morfodinâmico onde o ser humano está e de suas leis.**

Neste momento, analisar-se-á, alguns trabalhos, tanto da área sociológica, bem como das áreas destas duas geografias, para corroborar com as interpretações descritas. Iniciando o processo com as análises de trabalhos desenvolvidos na área de Sociologia, conforme se sucede:

## **ANÁLISE COMPARATIVA DOS TRABALHOS ACADÊMICOS**

A intenção de se realizar comparações entre pesquisas sociais e geográficas, é para demonstrar que a geografia social, neste atual momento histórico, não deixa de ser sociologia e/ou que invadiu deliberadamente a área social (transgrediu o território social). Denotando ainda, as diferenças entre geografia física e a geografia social. Além de evidenciar as semelhanças entre a Sociologia e a geografia humana. Não entrando no discurso crítico destes trabalhos, muito menos estabelecendo atribuições aos fenômenos registrados. O intento aqui, se estabelece nas formas de embasamento teórico metodológico, (sendo que estes, também não são avaliados/criticados), para fins de comparação e do desfecho final destes trabalhos científicos. Como vos é apresentado:

A primeira tese apresentada, pertence ao sociólogo Alexandre Abdal, que se debruça no processo de desenvolvimento regional brasileiro, exposto desta maneira:

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Sobre regiões e desenvolvimento**  
Os processos de desenvolvimento regional brasileiro  
no período 1999-2010

Alexandre Abdal

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Lima

v.1.

São Paulo  
2015

Nesta tese, desenvolvida por Alexandre Abdal, para obtenção do título de Doutor em Sociologia, possui 53 (cinquenta e três) mapas, que visam identificar a identificação de padrões de distribuição espacial específico para as diferentes atividades econômicas. Esta pesquisa embasa-se no estudo do processo regional brasileiro, com visão perceptiva, tendo os municípios como unidade empírica.

Sua abordagem se estabelece no retrospecto histórico comparativo, fundamentando suas observações na análise crítica, ao passo que descreve a conformatação do fenômeno em uma pequena porção do espaço morfodinâmico, conhecida como Brasil. Deve-se ressaltar, que o doutorando (hoje Doutor), continua descrevendo os limites territoriais das ocorrências de interesse de seu estudo, a cada mapa formulado. Conforme observado:

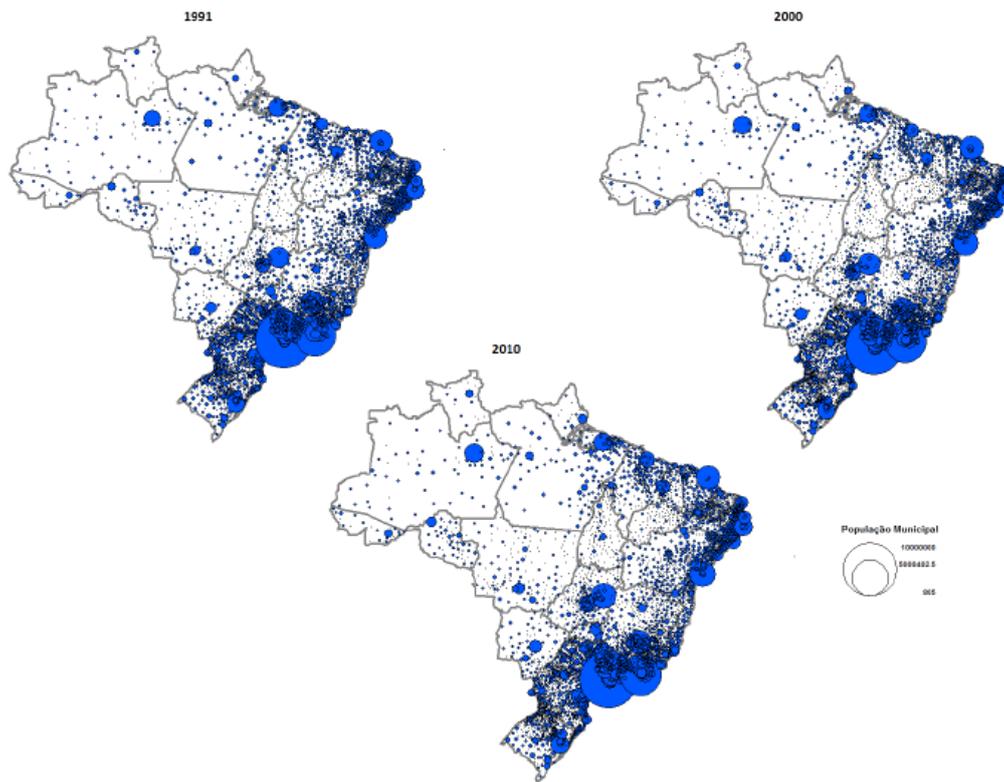
Seu primeiro mapa se apresenta na página 45, (Figura. 01). Apenas mostra a área (território) que está em evidência dos fenômenos percebidos/perceptíveis pelo autor. Não há a preocupação na descrição do espaço morfodinâmico (espaço da superfície terrestre).



**Figura 1.1:** Representação esquemática do Polígono  
Fonte: Clélio Campolina Diniz (1993).

Fig.01 – Mapa: área foco

O próximo mapa localiza-se na página 67, que demonstra ocorrências em todo o Território Brasileiro: conforme observa-se (Figura – 02):



**Figura 2.1:** Distribuição da **população residente** por município.  
 Brasil, 1991, 2000 e 2010.  
 Fonte: Censo/IBGE. Elab. própria.

Fig. 02 – Mapa de ocorrências

Os próximos mapas são formulados dentro das mesmas padronizações, representando as áreas de interesse e ocorrências de fenômenos/objeto de estudo.

Este trabalho encerra-se com análises descritiva, perceptiva e crítica, sem solução e/ou mitigação plausíveis de serem implementadas de forma concreta. E deixa a possibilidade – possível em um evento probabilístico ao fluxo do mercado, que não se define, se é interno, externo e/ou misto.

Caro leitor, entenda: não estou criticando negativamente o trabalho desse Imo. Sr. Dr. Alexandre Abdal, pois a metodologia postulada pelos autores da Sociologia, que também irrigam a geografia, associado a insuficiência teórica (crítica e perceptiva), que não resulta em ações e determinações concretas para solucionar os problemas encontrados, é que faz gerar estas conclusões.

Dessa forma dita, os próximos trabalhos, também devem estar conformado dentro desta visão (dos fundadores da sociologia). Logo; as conclusões serão as mesmas, ou seja: sem uma solução e/ou mitigação aos problemas encontrados. Mas que funcionam como mapeamento dos fenômenos estudados (espaciais sociais de percepção, apriori, virtual e depois de algum tempo se tornam concretas).

Seguindo com as análises dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Sociologia, averiguar-se-á que o próximo corrobora com os enunciados apresentados até este momento. Conforme se revela:

**Universidade de São Paulo**  
**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**  
**Departamento de Sociologia**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**

## **O controle da atividade policial**

**um olhar sobre a Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará**

**Osvaldina dos Santos Araujo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

**Orientação: Prof. Dr. Marcos César Alvarez.**

Esta dissertação (da Mestranda: Osvaldina dos Santos Araújo), incumbe-se de refletir sobre o controle da polícia no Brasil. O universo empírico escolhido, recai na Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública do Pará. Em suas páginas 12 e 13, relata os procedimentos metodológicos aplicados:

Conforme informes da autora (p. 12), a pesquisa empírica reuniu elementos para estudo de caso, utilizando-se da observação direta, sendo utilizados combinações de técnicas qualitativas e quantitativas para análises dos dados coletados. As fontes principais foram: histórico documental das ocorrências e denúncias, associado à entrevistas pessoais com os funcionários públicos que desempenharam suas funções no local, tendo em sua base do mais alto escalão ao menos graduados (policiais militares).

Estas técnicas adotadas, permitiram a identificação de situações e processos impostos ao controle das atividades policial e a mensuração do ponto de vista da ocorrência, de sua particularidade e de sua mensuração (p. 13).

O trabalho ora analisado, não possui mapas, porém, há fotografias que mostram o local da Ouvidoria, ou seja: do foco observacional.

Suas considerações finais remetem à uma abordagem descritiva do funcionamento da corregedoria e realiza uma reflexão que demonstra que a sociedade não possui acesso direto aos seus direitos, mais básicos de cidadão.

Como pode-se observar, esta dissertação de mestrado, recai na mesma problemática alcançada na tese de doutorado. O que irá desencadear um hábito em desenvolver tais análises, sem uma tentativa de sanar e/ou mitigar aos fenômenos identificados.

Mas isto não ocorre somente na área da Sociologia, acontece na área geográfica – social, que além de, muitas vezes não mapear os fenômenos, e quando mapeiam, chegam as mesmas considerações finas apresentadas pela Sociologia.

Estas questões recaem nas geografias, porque se esqueceram (os geógrafos) de suas reais atribuições, sendo que a área humana geográfica, invadiu de vez os limites que concerne a Sociologia. Deve-se ressaltar, que a interdisciplinaridade é importantíssimo aos processo de busca do saber (ciência), porém, deve-se estabelecer suas bases fundamentais e como defende Karl Popper: deve-se estabelecer seus marcos demarcatórios científicos. Pois; o nome Geografia advém desde 63 a.C., e significa descrição da Terra. Não se pode perder esta identidade...Geografia é Geografia e Sociologia é Sociologia. Uma descreve a Terra e não estuda a sociedade. O estudo da sociedade é de alçada da Sociologia. Porém, apenas descrever a Terra, não sustenta a alegação de ser uma ciência, pois, necessita de uma abordagem metodológica que possa ser observada e testada, não sendo um fato único.

Ir ao campo não significa realizar uma abordagem empírica, pois, dependendo de sua atuação, suas análises serão apenas históricas. Ou seja, se revelar-se-ão fatos únicos, sem a possibilidade de teste.

Como se pode acreditar fielmente na história e nas entrevistas com as pessoas? Se elas muitas vezes são formuladas na psique do elemento de lembrança do cérebro, tendo ainda, a influência dos sentimentos, que farão florir imagens positivas e ao mesmo tempo negativas, sofrendo ainda a influência das questões pessoais que cerne no âmago do ego, principalmente ao que diz respeito ao orgulho e vaidades. E mesmo que se faça a integração e a análise comutativas dos fatos narrados, adquiridos pelos dois lados protagonizadores da história, tudo o que teremos serão fragmentos que deverão ser encaixados sem a nossa opinião formal...sendo neutro. Para que se possa nos aproximar da mais embaçada realidade verdadeira.

Estas questões anteriormente comentadas, trazem a luz mais um problema de caráter metodológico – “Qual o critério mais eficaz para sanar a problemática da abordagem de retrospecto histórico e de relatos pessoais?”

Por mais próximos da realidade ocorrida, sempre vai existir o ponto de refutação dos argumentos pessoais. E até mesmo, documentais, porque há a possibilidade de um documento ser falsificado e/ou rasurado, perdendo assim, toda a sua originalidade e valor confirmatório. Sendo que em nossa atual realidade, os documentos são passíveis de serem fraudados diretamente na fonte, motivo que se pode levar muito tempo até a descoberta deste fato.

CHAGAS (2005, p. 55), insere conotações de MOTTA (org. 2001, p.89), corroborando com as afirmações ora citadas:

(...)

Motta apresenta as motivações que também embasam os conflitos de terras, pois tais interpretações são defendidas de maneira efetiva quando se coloca em voga um processo de expulsão de populações por meio da grilagem de terra. Nesse sentido, o processo de grilagem é bem mais amplo do que a falsificação de documentos, guardados em uma gaveta com grilos. Essa prática se estende as formas de legalização das terras, transformando-as em propriedade privada. Isso “se dá nos bastidores dos Cartórios locais, com a conivência de tabeliães e testemunhas que alteram a extensão da terra e forjam cadeias sucessórias”<sup>123</sup>.

(...).

Porém, este ponto de refutação pode ser a verdade escondida. A verdade real!

Ao analisarmos os manuscritos que se sucedem, se revelará as diferenças entre a geografia física e a humana, mostrando ainda, as semelhança entre a geografia humana e a sociologia. Conforme se inicia:

**Uma avaliação do ordenamento territorial no processo  
de planejamento governamental:  
estudo do Rio de Janeiro**

versão revisada

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Geografia Humana

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Profa. Dra. Ana Maria Marques Camargo Marangoni

São Paulo

2011

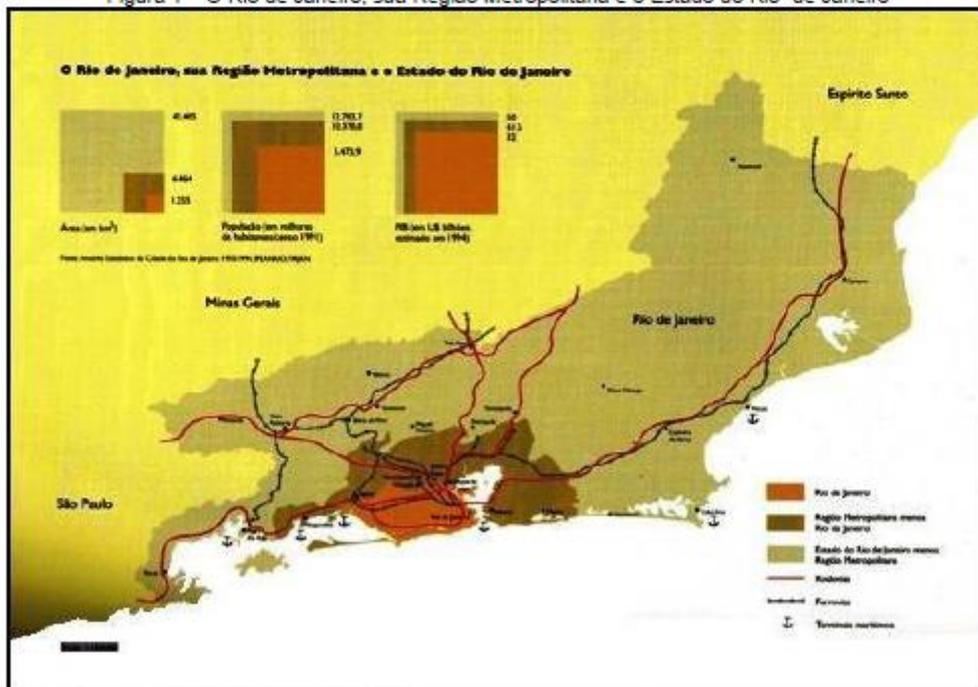
Esta tese se estabelece nos levantamentos de dados bibliográficos, aplicação do método de conectividade (fio condutor), e retrospectos históricos. Embasando-se em autores sociais (Sociólogos), como: Lebrete, Labasse, Boldeville, tendo ainda as concepções de Lefebvre e Subra.

Seu primeiro mapa aparece na página 26 (Figura – 3):

## 2 NOTAS INTRODUTÓRIAS

O objetivo geral deste trabalho é o de avaliar a consolidação do espaço urbano do Rio de Janeiro à luz do ideário do ordenamento territorial urbano, considerando o contexto político e geopolítico, a estrutura de planejamento, normas e leis urbanísticas, o desempenho das instituições nas intervenções promovidas em seu território.

Figura 1 – O Rio de Janeiro, sua Região Metropolitana e o Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro - Rio Sempre Rio, 1996

Fig. 03 – Mapa utilizado (p.26).

O segundo mapa aparece na página 127 (Figura – 4):

Figura 2 – Fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – primeiro núcleo



Fonte: Revista Arquitetura (1967)

Fig. 04 – 2º Mapa utilizado.

E a tese continua embasada nas pesquisas bibliográficas e mapas históricos, contendo ao total de todo o trabalho 13 (treze) mapas. E nenhum deles foi construído ou compilado pelo autor. Suas fontes advém, em sua maioria da internet.

Em suas considerações finais, o contexto mais importante recai em seu texto final, que ora vos apresento:

(...)“

É necessário que as reflexões científicas se tornem um contínuo aprendizado e subsidie posicionamentos políticos como ações que se complementam e se integram visando sempre à condição humana. Não temos a intenção de esgotar a temática, nem tampouco idealizar práticas de planejamento para o desenvolvimento territorial, mas de certa forma contribuir nas reflexões quanto à realidade que se apresenta identificando pontos e contrapontos no embasamento teórico, no discurso e na prática.

Ao observarmos esta tese, concluímos que não deixa de ser um trabalho exclusivo da Sociologia. E ao compararmos com o primeiro manuscrito descrito pode-se perceber a preocupação (da primeira tese) em realizar os mapas e apontar os focos de fenômenos ocorrentes.

A tese apresentada pela Ima. Sra. Dra. Monica Amendola, é de cunho não geográfico, mas que se estabelece nele, assim como muitos outros trabalhos acadêmicos que se embasam nas teorias sociais. Que por sinal, não expressam uma súbita redução ao não expor soluções.

Tendo ainda, muitos trabalhos que se aproximam da real objetividade geográfica, que teria de ser (no momento atual) a relação da sociedade com a natureza. Porque é esta a propaganda que fazem desta disciplina (ciência) à sociedade e aos estudantes. (E é exatamente por este motivo que a geografia e os geógrafos se preocupam com o espaço de Lacoste e Moreira. Não saindo do discurso e permanecendo em suas valorosas cavernas). Como é o caso dos trabalhos da geografia física que ora vos apresento:

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA FÍSICA

**Análise morfodinâmica e das águas nas bacias costeiras dos rios  
Nhundiaquara e Marumbi, no litoral do Paraná**

Luiz Fernando de Carli Lautert

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Física do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de doutor em Ciências (Geografia Física).

Área de concentração: Geografia Física  
Orientador: Prof. Dr. Jurandyr Luciano Sanches Ross

São Paulo  
2010

Esta tese se embasa nos procedimentos de cunho empirista, tendo como base o estudo integrado com ênfase na fragilidade das bacias hidrográficas costeiras dos rios Nhundiaquara e o rio Marumbi. Fundamentando-se em revisões bibliográficas epistemológicas, tanto da geografia, quanto da filosofia e realizando prospecções ao campo e análises no escritório, bem como a utilização do laboratório cartográfico. Tais procedimentos, levaram-no a construção das cartas de fragilidade.

Tendo em seu manuscrito o primeiro mapa na página 22 (Figura – 05):

O Litoral do Paraná tem uma área aproximada de 6.600 km<sup>2</sup>, tendo como limites as latitudes sul 25° e 26° e 48° e 49° de longitudes oeste.

A baía de Antonina localiza-se no complexo estuarino da baía de Paranaguá, um dos maiores e mais importantes estuários do Brasil e é rodeada pelas formações da Serra do Mar, que são florestadas por uma dos maiores remanescente de Mata Atlântica Brasileira. Todo este mosaico tem como bases geomorfológicas e hidrográficas, bacias costeiras adjacentes, que fazem constantes interações naturais e sociais com a baía.

Nesta pesquisa são estudadas as bacias do Rio Nhundiaquara e do Marumbi perfazendo um total de 436 km<sup>2</sup>, localizadas principalmente dentro dos limites do município de Morretes, tendo sua desembocadura na baía de Antonina (figura 1).

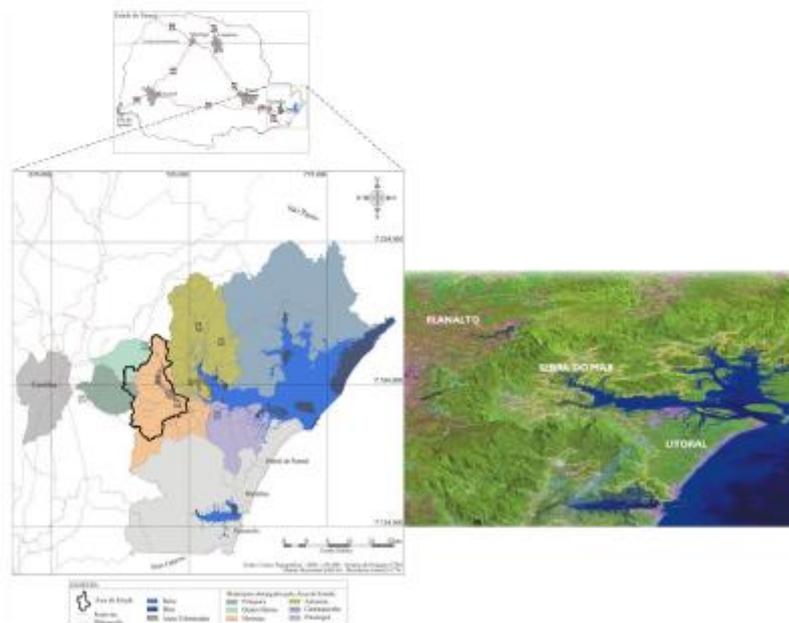


Figura 1. Localização da área de estudo. Organizado por Lautert (2010).

Fig. 05 – 1º Mapa da tese (Lautert) .

O número total de cartas são de 33, associados à fotografias, figuras e esboços, que mostram as localidades e as características das áreas de foco. Conforme se observa na página 89 (Figura – 06).

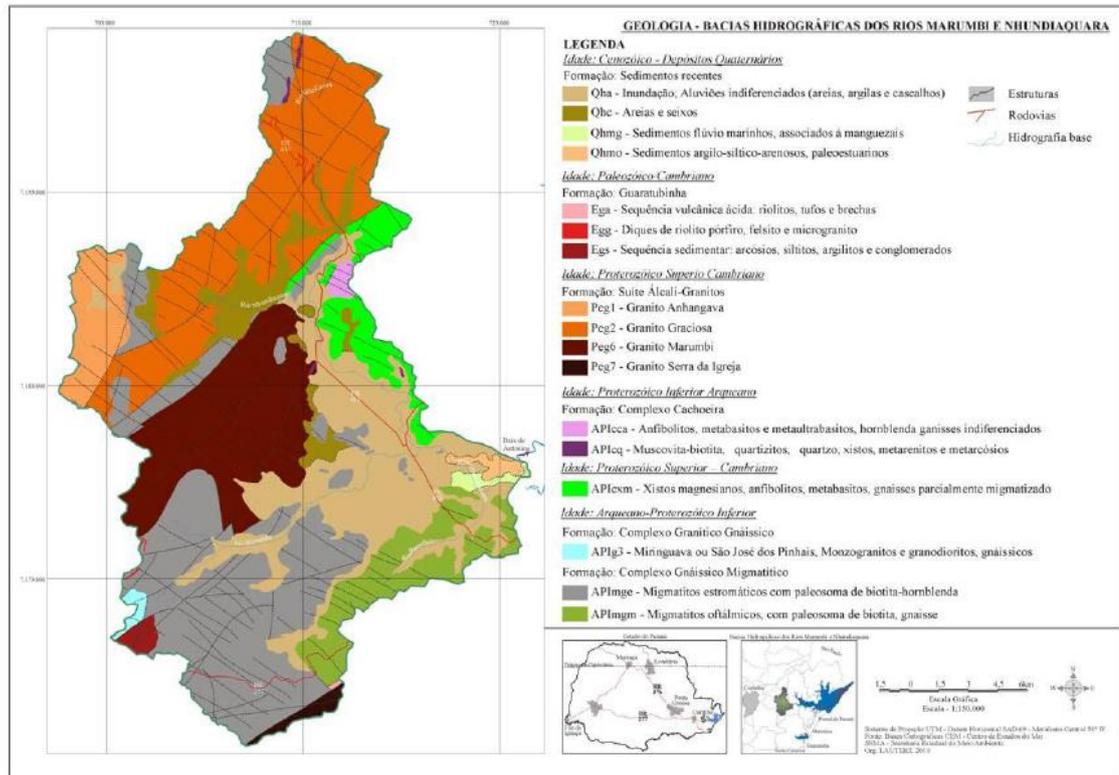


Figura 20. Geologia da Área de Estudo.

Fig. 06 – Carta Geol/hidro. Fonte: in: LAUTERT (2010, p.89)

Suas considerações finais apontam para a interdisciplinaridade e a associação das ciências, conjuntas à inserção da sociedade. Que no caso, é representada pelas escolas públicas em suas comunidades.

Neste ponto, deve-se ressaltar que este tipo de atuação e de inter-relação, está evidenciada no Trabalho de pesquisa desenvolvido pelos professores- alunos do Curso Magister da Universidade do Contestado – Mafra-Sc.

Este projeto visa auxiliar as prefeituras municipais, com a participação das escolas, no planejamento de cidades, mais especificamente ao que se refere a criação de áreas verdes, sendo assim transcrito: “(...)

### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O projeto em si iniciou-se sem grandes pretensões, o que era pra ser observado e analisado, tornou-se de grande vulto envolvendo alunos compondo de equipes trabalhando de maneira dinâmica e prática, exigindo uma resposta em que o meio-social pudesse ser modificado a favor da escola e da comunidade.

A partir deste momento, sob o olhar crítico e com empolgação das equipes, obteve-se a idéia de ocupar a área em frente à escola, pertencente ao Governo Municipal.

Entre várias apresentações uma das equipes elaborou com ajuda das Oficinas de

Marcenaria sob a orientação do Professor Alberto M. Rodrigues e da Professora Rita de Cássia Plácido, responsável pela Oficina de Artesanato, a maquete com a principal idéia de transformação e recuperação da área, constando de um parque infantil, pista de bicicross, e áreas para preservação e recuperação da mata ciliar do arroio de Matadouro.

Diante de tal perspectiva, iniciou-se o levantamento no dia 15 de novembro de 2004, por esta equipe que vos escreve, realizando incursão à área foco, com a finalidade de realizar a demarcação delimitadora dos limites do futuro e pretendido parque. Além de estabelecer quais as ações a serem tomadas quanto à realização do projeto de pesquisas. Munidos de dois GPS Garmin de 24 canais e outro de 12 canais, foram plotados os pontos ao longo da área em estudo.

As coordenadas em UTM, sendo os pontos: A: 0618939/7112979; B: 0618903/7113090; C: 0618847/7113240; D: 0618 823/7113132.

Havendo na área uma edificação, onde se localiza a sede da Associação de Moradores Vila das Flores, surgindo a hipótese de implementar junto ao local uma Biblioteca Pública, para atender a população, em pesquisa, leitura e entretenimento.

Foi realizada uma reunião com as atuais Presidentes da Associação de Moradores da Vila das Flores e Vila Solidariedade, Mafra-SC, no dia 05 de fevereiro de 2005, para expor o projeto e pedir a colaboração, através de suas representantes, para o engajamento da comunidade. Obtendo-se êxito nesta reunião, onde ficou esclarecida às dúvidas, sobre a ocupação da área por pessoas moradoras desses bairros.

Além deste fato, os autores deste projeto, solicitaram apoio na realização de um abaixo-assinado, requerendo ao poder público o uso da área localizada em frente à unidade escolar, e auxílio no levantamento de dados ambiental e social das comunidades que norteiam a escola. Abordando o assunto sobre a implementação da biblioteca na sede da associação a qual foi aceita imediatamente pelas dirigentes, sendo de grande valia para a comunidade em geral. Neste mesmo dia cogitou-se o lançamento de uma campanha de arrecadação de livros novos e usados, onde posteriormente a campanha ganhou ênfase com a divulgação na mídia falada e escrita, através do jornalista Edwardes J. Sartori, que detém na Rádio São José um Programa diário intitulado de J. Sartori, onde os acadêmicos, solicitaram aos ouvintes a doação de livros, deixando endereço e telefones para contato e também no Jornal Tribuna da Fronteira onde o público respondeu prontamente. A escola através da oficina de marcenaria projetou e executou a montagem de estantes e materiais, colaborando para a concretização da biblioteca, sendo o 1º bairro a ter uma; servindo de exemplo a outros bairros que quiserem aderir a idéia.

Além do estabelecimento da área e da elaboração da biblioteca, surge a necessidade de preservação da mata ciliar, objetivando o controle de cheias, bem como, a preservação ambiental realizada pelos alunos de todas as idades. Sendo assim, realizou-se a coleta de folhas para análise, seguindo a metodologia desenvolvida por SANCHES e BENEDETO apud, Josué Camargo Mendes (1988). Pois seja qual for a faixa etária do indivíduo, poderá colaborar nas investigações fitoflorísticas, sem saber do processo de classificação e sistematização das espécies, sejam elas animais e/ou vegetais. Com este método, pode-se trabalhar em vários níveis de aprendizado, iniciando-se no pré até o último ano do Ensino Médio. Sendo que os professores de ciências, geografia e biologia podem realizar tarefas escolares que se caracterizam dentro de cada faixa etária, optando em apenas coletar amostras e/ou até mesmo classificar as espécies que compõem a mata ciliar do futuro e pretendido parque.

Enfocando a metodologia anteriormente descrita, estabeleceu-se quatro áreas ou táxons de 6m x 6m, distantes 6 metros uma das outras, usando uma trena, quatro (4) balizas de 2 metros de altura, e os 2 GPS anteriormente citados, estabelecendo desta maneira os pontos de amarração do terreno. Estes se localizam em uma altitude de 774 metros aproximadamente, portanto abaixo da cota de enchentes que é de 779 metros no município de Mafra-SC, fixado por lei nº 1431 de 11 de junho de 1986.

Para o levantamento de cunho social, elaborou-se um questionário e os dados pesquisados serão apresentados em forma de tabelas. Indicando amostras de pesquisas do espaço geográfico denominação de Santos (1996) e/ou como denomina Nitsche (2001), ambiente social, professores, alunos e famílias das comunidades que rodeiam a Unidade Escolar, divididos em partes de acordo com a pretensão da pesquisa, contendo perguntas relevantes ao que se destina.

Chegou-se a conclusão que em 350 questionários distribuídos para famílias de alunos C.E.M. "Beija-Flor", bem como para a comunidade local, somente 160 questionários foram preenchidos e devolvidos, tornando assim nosso universo de pesquisa, equivalendo ao percentual de 45,7%.

Com o intuito de não repetir questionários a uma mesma família, foi pesquisado com antecipação; classificando números de irmãos, a série e a professora regente, tornando-se a pesquisa mais próxima da realidade.

Através de cobranças e pedidos repetitivos não voltaram 190 questionários, num total de 54,2%, o que chamou a atenção por ser um número significativo e sem justificativa para tal acontecimento. (...)” (In: HELEODORO, RODRIGUES e PLÁCIDO. A Participação da Escola no Planejamento Ambiental Urbano. Mafra, 2005. Monografia (Graduação) – Setor de Geografia da Universidade do Contestado – Mafra/SC.

Seu trabalho (*Lautert*), além de estabelecer o vínculo científico/social, ainda trouxe para as geografias (pedagógica e física), mais uma maneira de integração aos quesitos básicos dos processos metodológicos para a formação e construção do desenvolvimento interdisciplinar das ciências, associados à sociedade em geral.

Sendo que a primeira tentativa ocorreu quando foi desenvolvido o processo metodológico para o denominado “Diagnósticos Interativos” formulados para resolver o modo de: como seria possível efetuar análises no Município de Três Barras do Paraná, no período de 1996 a 1999 (NITSCHKE; ALMEIDA, 2000 p. 49-54), sem que houvesse implicação de elevados custos. E que qualquer pessoa pudesse realizar.

Com este último parâmetro de comparação (a tese), pôde-se observar de maneira bem simplificada as grandes diferenças entre as bases sociológicas e as bases geográficas físicas e suas influências nos modelados do pensamento dos autores ora referenciados.

Assim, dito, pode-se dar continuidade à novas observações, que irão se convergir aos tratados de construção territorial e não de espaço geográfico ou o espaço não definido por MOREIRA (2008).

## CONSTRUÇÃO TERRITORIAL E NÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Por isso, acho que não vai aportar no dia de hoje, mas no de amanhã.

Baseio-me num sonho que acabo de ter esta noite. Talvez mesmo tenha sido oportuno não me haveres despertado.

(Sócrates)

Ruy Moreira trata destas questões, onde o espaço é objeto de estudo das geografias e que sem o ordenamento espacial não há geografia, embasando-se em Yves Lacoste. Que nos informa:

Logo no início de seu artigo, denominado de:

“A Geografia serve para desvendar Máscaras Sociais” In: (arq-pdf., [http://geografialinks.com/site/wp-content/uploads/2008/06/moreira-ruy\\_a-geografia-serve-para-desvendar-mascaras-sociais.pdf](http://geografialinks.com/site/wp-content/uploads/2008/06/moreira-ruy_a-geografia-serve-para-desvendar-mascaras-sociais.pdf), domínio público, 2016.), referência Sodré e argumenta:

“Nelson Werneck Sodré chamou atenção, em livro recente, para o uso ideológico da geografia pelo capitalismo no decorrer do colonialismo e do imperialismo. Mas o que nele expõe, acerca do determinismo geográfico e da geopolítica, nem de longe se compara com a manipulação, de que é hoje objeto o espaço geográfico, denunciada por Yves Lacoste.

Usando a paisagem com fins turísticos; projetando “obras de impacto” em áreas estratégicas; confinando ideias cívicas à unidade espacial Estado-Nação; planejando a exploração e consumo de recursos naturais; redistribuindo populações faveladas (viveiros de mão-de-obra) para áreas destinadas à implantação de distritos industriais; fabricando imagens de lazer e conforto com áreas verdes, sol, sal e mar para forjar venda de imóveis de fachadas e nomes pomposos, ou marcas de cigarros; manobrando as articulações do complicado tabuleiro de xadrez da geopolítica mundial; espriando os tentáculos desses polvos gulosos e insaciáveis eufemisticamente chamados multinacionais; tais são alguns exemplos dessa interminável lista de maneiras que o capital encontrou de usar o espaço geográfico como instrumento de acumulação e poder.”

Nesta época do colonialismo, a geografia não se preocupava com idealismos, sua função era de desenvolver esboços, plantas, cartas e mapas, que se estabeleciam na área da cartografia e a geografia em si, era lida e representada por estes materiais cartográficos. E neste contexto, não apenas o sistema capitalista, mas as ciências e os cientistas, os reinos, os governos e as populações, se utilizavam da geografia, desde seu surgimento nos trabalhos de Strabo (63<sup>a</sup>.C. – 24 d.C.) e Claudius Ptolomaeus (100-70 d.C.), com a intenção de descobrir e ao mesmo tempo, deslumbrar, do que o desconhecido poderia oferecer, não somente levados pela curiosidade, mas principalmente de seus recursos naturais. Pois; desde o surgimento do das primeiras civilizações há aproximadamente 4.000 anos (CHILDE, 1978), o ser humano vem buscando recursos naturais, tanto para sua sobrevivência, bem como, para sua formação cultural (música-instrumentos musicais, dança-adornos, pinturas, pinturas corporais e outras).

Aproveitando o momento colonial brasileiro (que se embasa todo esse discurso), para convidá-los à uma viagem...vamos à China! Para conhecer dois grandes estrategistas e saber como a geografia (na visão de Moreira, Lacoste e Sodré) era utilizada no tempo deles. Logo à seguir:

(...)

*“Sun Tzu – disse-lhe o rei -, li a obra que escreveste sobre a arte militar, e fiquei muito contente; mas os preceitos que sugeres me parecem de difícil execução. Alguns deles me parecem absolutamente impraticáveis. Será que tu mesmo poderias executá-los?*

*Há um abismo entre a teoria e a prática.*

*Imaginamos os mais belos estratagemas quando estamos em nosso gabinete e só fazemos a guerra na imaginação. Tudo muda quando estamos no terreno. Geralmente, o que presumíamos fácil revela-se tarefa impossível.*

*- Príncipe – respondeu Sun Tzu -, nada disse em meus escritos que já não tivesse praticado nos exércitos, mas o que ainda não disse é que estou em condições de fazer qualquer um colocar em prática minhas idéias, bem como posso treinar qualquer indivíduo para os exercícios militares, se for autorizado para tanto.” (...)*

In: (TZU Sun; “A arte da Guerra”. Tradução Sueli B. Cassal. Porto Alegre: L&PM, 1ª ed, p. 07, 2006).

O contexto de maior importância nesta transcrição, é a aplicação da prática para testar a teoria. Salientando que se ao travar uma guerra virtual, fica-se tranquilo, pois, o imaginário proporciona um ambiente favorável, diferente ao que se depara no terreno, na pequena porção do espaço planetário e/ou morfodinâmico.

Este pensamento de Sun Tzu, trás uma clara problemática enfrentada atualmente pela geografia social, porque em seu gabinete, tudo é tranquilo. Não necessita explicar nada, basta criticar e mostrar as coisas, realizar um mapeamento mental e tudo é puramente geográfico e empírico. Uma verdadeira ciência social a geografia!

Outra passagem marcante nos enunciados de Tzu, se estabelece nas páginas 12 e 13 que aborda:

*“(...) Sun Tzu diz: A guerra tem importância crucial para o Estado. É o reino da vida e da morte. Dela depende a conservação ou a ruína do império. Urge bem regula-a. Quem não reflete seriamente sobre o assunto evidencia uma indiferença condenável pela conservação ou pela perda do que mais se preza. Isso não deve ocorrer entre nós. A arte da guerra implica cinco fatores principais, que devem ser o objeto de nossa contínua meditação e de todo o nosso cuidado, como fazem os grandes artistas ao iniciarem uma obra-prima. Eles têm sempre em mente o objetivo a que visam, e aproveitam tudo o que vêem e ouvem, esforçando-se para adquirir novos conhecimentos e todos os subsídios que possam conduzi-los ao êxito.*

Se quisermos que a glória e o sucesso acompanhem nossas armas, jamais devemos perder de vista os seguintes fatores: **A doutrina** engendra a unidade de pensamento; inspira-nos uma mesma maneira de viver e de morrer, tornando-nos intrépidos e inquebrantáveis diante dos infortúnios e da morte. Se conhecermos bem **o tempo**, não ignoraremos os dois grandes princípios yin e yang, mediante os quais todas as coisas naturais se formam e dos quais todos os elementos recebem seus mais diversos influxos. Apreciaremos o tempo da interação desses princípios, para a produção do frio, do calor, da bonança ou da intempérie. **O espaço**, como o

tempo, não é menos digno de nossa atenção. Se o estudarmos bem, teremos a noção do alto e do baixo; do longe e do perto; do largo e do estreito; do que permanece e do que não cessa de fluir. Entendo por *comando* a equidade, o amor pelos subordinados e pela humanidade em geral. O conhecimento de todos os recursos, a coragem, a determinação e o rigor são as qualidades que devem caracterizar aquele que investe a dignidade de general. São virtudes necessárias que devemos adquirir a qualquer preço. Somente elas podem tornar-nos aptos a marchar dignamente à frente dos outros.

Aos conhecimentos acima mencionados convém acrescentar o de *disciplina*. Possuir a arte de ordenar as tropas; não ignorar nenhuma das leis da hierarquia e fazer com que sejam cumpridas com rigor; estar ciente dos deveres particulares de cada subalterno; conhecer os diferentes caminhos que levam a um mesmo lugar; não desdenhar o conhecimento exato e detalhado de todos os fatores que podem intervir; e informar-se de cada um deles em particular. Tudo isso somado constitui uma doutrina, cujo conhecimento prático não deve escapar à sagacidade nem à atenção de um general. (...).

Ao conhecer esta marcante ideologia de Tzu, não é possível realizar uma interpretação imediata, pois, suas palavras são simples e de aparente significado simplório. Porém; deve-se ater aos cinco critérios que são as bases de suas práxis. Logo; devem ser analisadas:

- 4) *A doutrina* engendra a unidade de pensamento; inspira-nos uma mesma maneira de viver e de morrer, tornando-nos intrépidos e inquebrantáveis diante dos infortúnios e da morte. Deve-se ressaltar, que estas características, são também conhecidas por "*caminho*" (dentro dos princípios taoista).

Pode-se entender, dentro das análises militares, que a doutrina peita ao preceito de organização estrutural da cadeia de comando e estrutura de apoio logístico. E atualmente segue o mesmo conceito:

"27/04/2016

No dia 26 de abril de 2016, na Assessoria de Doutrina do DECEX, realizou-se uma reunião doutrinária para tratar de **ações decorrentes** da 1ª Reunião de Orientação e Coordenação Doutrinária. Participaram da atividade representantes da Asse Dout/DECEX, da ECEME, da EsAO e da EsSLog. Na oportunidade, foram discutidos aspectos doutrinários que necessitam de atualizações e/ou retificações, particularmente os referentes ao **Comando e Controle das estruturas logísticas** previstas na Doutrina Militar Terrestre (DMT) e aos Dados Médios de Planejamento ( **DAMEPLAN** ), atualmente utilizados pelos Estb Ens. Como conclusão da atividade, foi definido o estabelecimento de um Grupo de Trabalho para a atualização dos DAMEPLAN e a confecção de um relatório contendo as observações do DECEX quanto às estruturas logísticas, a ser encaminhado ao C Dout/Ex. In: <https://doutrina.ensino.eb.br/noticia.xhtml?id=2038> , Ministério do Exército (M.Ex)."

Porém, dentro do princípio de "Caminho", a forma mais simples de compreender, está nas palavras de Mao Tsé-Tung:

(...) “Devemos prestar uma profunda atenção aos problemas relativos à vida das massas, desde os problemas da terra e do trabalho aos problemas dos combustíveis, do arroz, (...). Devemos fazer com que as grandes massas compreendam que nós representamos os seus interesses, que respiramos o mesmo ar delas. (...)” In: (TUNG, Mao Tsé. “O livro Vermelho” (texto intg.) Tradução de (?). São Paulo: Martin Claret 1ª ed., 1998, p.100).

Deve-se entender, que tanto caminho, como doutrina, na visão de Tzu, representam a mesma coisa. Esta concepção, recai na intenção de construir um arcabouço mental social, moldando a sociedade e o indivíduo a ter as mesmas ideias de seus governantes, defendendo-as até o fim de suas vidas (tanto os governantes como a ideologia nacional).

2) **O tempo** não ignoraremos os dois grandes princípios yin e yang, mediante os quais todas as coisas naturais se formam e dos quais todos os elementos recebem seus mais diversos influxos. Apreciaremos o tempo da interação desses princípios, para a produção do frio, do calor, da bonança ou da intempérie.

O tempo, bem como nos dias atuais, tinha duas interpretações, uma são as condições climáticas e a outra é a amplitude momentânea de um evento. No contexto de Tzu, o tempo é caracterizado pelas condições climáticas adversas. Sendo que qualquer bom estrategista irá se utilizar destas adversidades para estabelecer o domínio de seu território conquistado e/ou defende-lo.

3) **O espaço** como o tempo, não é menos digno de nossa atenção. Se o estudarmos bem, teremos a noção do alto e do baixo; do longe e do perto; do largo e do estreito; do que permanece e do que não cessa de fluir.

Para Sun Tzu, o espaço é concreto, é a caracterização do terreno, pois, militarmente o espaço é o campo de batalha (o terreno). A observação instintiva e ocular deste, induz o pensamento (cérebro) a elaborar uma estratégia de combate.

4) **O comando** a equidade, o amor pelos subordinados e pela humanidade em geral. O conhecimento de todos os recursos, a coragem, a determinação e o rigor são as qualidades que devem caracterizar aquele que investe a dignidade de general. São virtudes necessárias que devemos adquirir a qualquer preço. Somente elas podem tornar-nos aptos a marchar dignamente à frente dos outros.

O comando não tem a propensão de gerar amor aos comandados, se designa a capacidade de estabelecer respeito mútuo entre as cadeias de comando e entre as tropas, mantendo-se controlador dos indivíduos e das tropas ao mesmo tempo, impondo sua autoridade, nos momentos de conflitos e cooperando para que as necessidades das tropas e de seus, sejam supridas. Assim, pode-se manter coeso a formação militar e/ou o exército.

5) **disciplina** Possuir a arte de ordenar as tropas; não ignorar nenhuma das leis da hierarquia e fazer com que sejam cumpridas com rigor; estar ciente dos deveres particulares de cada subalterno; conhecer os diferentes caminhos que levam a um mesmo lugar; não desdenhar o conhecimento exato e detalhado de todos os fatores que podem intervir; e informar-se de cada um deles em particular. Tudo isso somado constitui uma doutrina, cujo conhecimento prático não deve escapar à sagacidade nem à atenção de um general. (...).

A disciplina, na verdade recai na forma de manutenção da ordem, tanto militar, quando civil/social. É o processo que desencadeia o controle de distúrbio de massa ou ações punitivas aos militares que revelam-se indisciplinados (que não respeitou as leis militares e/ou as do regime – sistema de governo).

Deve-se ressaltar, que Tzu se utiliza de todos os aspectos que dão vida ao espaço.

Poder-se-ia inserir outras várias literaturas que tratam da arte da guerra, expor outros pensamentos de comandantes, chefes de tribos, governadores, imperadores, presidentes e outros. Além dos exploradores que comandaram expedições (Marechal Cândido Rondon, Cabeza de Vaca e Colombo), enfim, há centenas de comandantes e pessoas interessadas em conquistas territoriais, sociais e econômicas. Simplesmente porque o ser humano quando surgiu neste Planeta, desenvolveu a habilidade de, assim como alguns dos animais (não humanos – porque pertencemos ao reino animal), criar e expandir seus territórios, em busca de, primeiramente água, alimentos e abrigo, depois buscar materiais propícios à satisfação de suas curiosidades, vaidades e egos.

E se nos restringirmos à visão espacial geográfica (Moreira e Lacoste), todos eles eram geógrafos, porque seu objeto de estudo era o espaço.

Sun Tzu, Darwin, Newton, Hitler, Mao Tsé Tung, Maquiavel, Halley, Galileu, Copérnico, todos geógrafos!

Inclusive os primeiros habitantes do Estado do Paraná. Que, a arqueóloga: Claudia Inês Parellada, neste momento, nos conta uma história, que diz exatamente assim:

(...)

“há 4. 000 anos atrás, com o clima tornando-se mais quente e úmido, as florestas de araucária já em expansão, e as áreas de campos e estepes diminuindo, aparecem os primeiros vestígios de horticultores em território atualmente compreendido como Paraná, os da tradição Itararé –Taquara; e a dois mil anos atrás, já se tem assentamentos tupiguarani.

É nesse momento que ocorreram importantes mudanças culturais, afinal havia a necessidade de aumento de alimento para a subsistência, conforme discussões em Munro (2004) e Rowley-Conwy (2004), ou seja: a sobrevivência das aldeias dependeria de novas estratégias para obter mais comida, e um sistema de gerenciamento dos recursos naturais associados à estocagem permitiria este fato. (...) In: PARELLADA (2005, 38 e 39 p.).

Logo; entende-se a origem que desencadeia a virtual história: que “a geografia serve, antes de mais nada para promover a guerra”.

A geografia serve, antes de mais nada, para auxiliar na sobrevivência da raça humana!

Pois, a nossa sobrevivência depende da percepção e da perspectiva geográfica/ Geografia. E não devemos confundir estas, com, apenas a orientação, posicionamento, enfim, esboços cartográficos e representativos. Ou seja: não confundir Geografia com a cartografia. Principalmente porque Strabo e Ptolomeu não faziam isso!

O mais antigo mapa, no momento até então descoberto, é uma plaqueta de barro cozido, data +/- 4.500 anos. Utilizada para referência perceptiva do lugar, de onde se está, localização de fontes aquíferas, alimentos e a posição dos vilarejos – referência. Conforme descrito nas obras de: FERREIRA (1993); CROUZET, Maurice (1993, org.); LÉVÊQUE, Pierre (1987); RAISZ (1969). Sendo que este mapa, está sob tutela do Museu Semítico da Universidade de Harvad (RAISZ, 1969, p. 9). Nas linhas sucedentes, o mapa:



Imagem – Tablete de barro cozido com finalidade de expressar representação cartográfica. Fonte:

[http://www.geografia.seed.pr.gov.br/mo-  
dules/galeria/detalhe.php?foto=439&eve-  
nto=5](http://www.geografia.seed.pr.gov.br/mo-dules/galeria/detalhe.php?foto=439&evento=5)

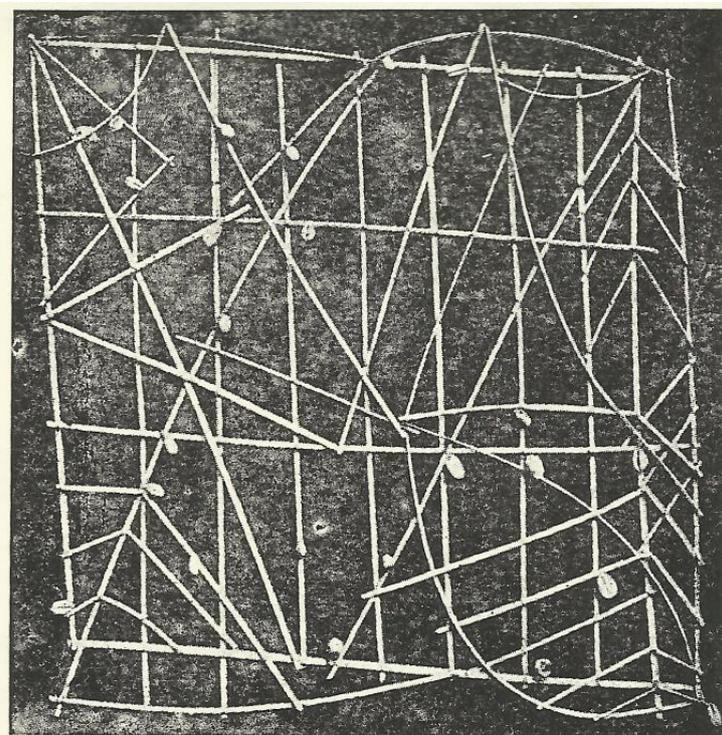
Este pequeno artefato histórico, representa um rio encaixado em vale de montanhas. Desembocando no delta de três braços em uma laguna, lago ou mar/oceano. Além de possuir os pontos cardeais. Esta peça arqueológica, foi encontrada durante escavações na cidade de Ga-Sur, aproximadamente 300 Km da Babilônia. (embasando-se nas escritas de: RAISZ, 1969).

O mapa citado, era usado para a sobrevivência em primeiro lugar. Entendam que a carta em si, não ajuda à sobreviver. Faz-se necessário a compreensão do que aqueles riscos, círculos

e linhas querem dizer. E para que se utilizar deste recurso. Se não há a percepção geográfica? Ou se não coloca em prática as relações ambientais sociais humanas e suas associações interligadas aos ambientes naturais físicos e suas integrações com os fenômenos naturais do espaço morfodinâmico onde o ser humano está e de suas leis.

E é exatamente isto que estes povos realizavam. A interligação com os ambientes, a integração com os fenômenos naturais e tudo isso para manter as relações ambientais sociais e pessoais, além de suas vidas e a de si mesmo.

As mesmas características são observadas nos povos que habitavam a Ilha Marshall, que se utilizavam de representação gráfica e da percepção geográfica para a navegação. Principalmente para não se perder, ou evitar impacto nos rochedos, Pois; às chances de sobrevivência seriam poucas, ainda mais naquela época. Além de identificar pontos de pesca.



*Fig. 1.1* Carta dos indígenas das Ilhas Marshall, as quais estão representadas por conchas.

Carta náutica de conchas. Fonte: In: RAISZ (1969, p.7)

Conforme RAISZ (1969, p. 7), (...) “A quadricula ortogonal representa o mar livre (veja fig. 1.1); as linhas curvas indicam a frente das ondas próximas das ilhas e as ilhas mesmas, estão representadas por conchas. (...)”:

A Geografia não promove a guerra, são as pessoas, com suas ambições que as fazem! Sendo que a geografia era inerte naquele tempo e até hoje se conversa assim. Porque é

um elemento neutro, pode ser usado para questões positivas, bem como para atributos negativos. E nesse sentido, o que é bom para uma sociedade é ruim para a outra.

Mas não é a Geografia que irá decidir isto! Quem decidirá o que vai acontecer e de como usar a geografia, serão os governos, que muitas vezes nem estudo tem, e quando tem, não sabem o que fazer com este. Porque a ganância obscurece sua visão de bem maior.

Mas há exceções, como muitos Presidentes, que não eram geógrafos, mas sabiam se utilizar da geografia, visando o bem estar da sociedade e do País.

Não cabe dizer os nomes, porque muitos realizam grandes feitos e construíram as estruturas de nossa nação, defendendo e expandindo nosso Território. Mas para concretizar a ideia que ora tento expor, devo citar: Juscelino Kubistchek, que construiu uma cidade planejada, sem os processos naturais dos fluxos e dinâmicas que formavam as cidades, até então.

Não foi a Geografia que construiu Brasília. Foi a geografia nas mãos de militares, engenheiros e arquitetos. Estes sim construíram algo com o uso da geografia. Os geógrafos apareceram depois para criticar e demonstrar que os impactos sociais se estabeleciam de uma forma ou de outra. E que o espaço geográfico ali foi construído. Enaltecendo a Geografia, que nem se quer desempenhou elemento construtivo, voltando a ser geografia. Mas a Sociologia, de imediato se fez presente.

A percepção e a perspectiva geográfica é que nos mantém vivos até os dias atuais. Sendo a Geografia, uma das, se não a mais importante ferramenta científica, assim como as demais (Biologia, Medicina, Geologia, e outras), utilizadas para este fim.

Para elucidar o que foi dito, exemplifica-se com indagações:

Por quê o médico precisa saber se você viajou para o exterior, quando apresenta quadro de doenças não existente na área em que você esta (no momento de ser atendido)?

Por quê na Segunda Guerra Mundial, os americanos descobriram de onde e como vinham os balões-bomba do Japão?

Por quê existe uma determinada fauna num local e em outros lugares não?

Porque é na Geografia que encontramos as respostas!

Com esta compreensão em mente, podemos dar sequência às análises do artigo MOREIRA (seg. p. 1):

(...) “Ora, como afirma Lacoste: “Toda a gente julga que a geografia mais não é que uma disciplina escolar e universitária cuja função seria fornecer elementos de uma descrição do mundo, dentro de uma certa concepção ‘desinteressada’ da cultura dita geral. . . Pois qual poderia ser a utilidade daquelas frases soltas das lições que era necessário aprender na escola? ( . . . ) A função ideológica essencial do palavreado da geografia escolar e universitária foi sobretudo de *mascarar*, através de processos que não são evidentes, a utilidade prática da análise do espaço, sobretudo para a condução da guerra, assim como para a organização do Estado e a prática do poder. É, sobretudo, a partir do momento em que surge como ‘inútil’, que o palavreado da geografia exerce sua função mistificadora mais eficaz, pois a crítica de seus fins

'neutros' e 'inocentes' parece supérflua. (...) É por isso que é particularmente importante (...) desmascarar uma das funções estratégicas essenciais e demonstrar os subterfúgios que a fazem passar por simples e inútil". Mas se é uma necessidade cada vez mais premente tomar a tarefa do estudo do espaço geográfico, para uma maior compreensão dos processos sociais gerais das formações econômicas contemporâneas, porquanto o espaço geográfico torna-se mais e mais um elemento importante nesse processo, esta necessidade lança por outro lado um desafio aos cientistas e estudiosos de geografia.

Definida como a ciência da organização do espaço, a geografia até agora negligenciou seu próprio fundamento de cientificidade. Desprestigiados por todos quantos preocupam-se com as questões da teoria e da prática da transformação social, os geógrafos não alcançaram o quanto o desprestígio reflete uma incômoda realidade.

Os geógrafos não perceberam que o que lhes falta é pôr os pés no seu próprio chão, e, então, propor uma teoria do espaço, que seja uma teoria social. Este texto propõe-se a sugerir alguns pontos de reflexão para uma teoria do espaço, considerando o autor ser este um projeto prioritário no campo da teoria da transformação social para todos aqueles que pretendam conduzir a geografia ao encontro das necessidades mais prementes de nossa época. (...)"

Aqui recai a percepção de Lacoste, de que a geografia é apenas uma mera disciplina escolar. A que a sociedade a julga assim também. E que encobriram-na para não ser utilizada ao fim estratégico.

Ao se analisar o quadro que se sustenta essas bases de pensamento, tudo o que nos é revelado, não é a máscara de se utilizar a Geografia como base para promover a guerra e/ou a condução desta. Porque a geografia (no contexto desses pensadores), era uma arma que permitiria um civil utilizar para promover a guerra. Como se fosse o Sistema de Posicionamento Global (GPS) – em nossa atualidade.

A única máscara que se observa no contexto histórico escolar e acadêmico é a falta de iniciativa para elaborar um processo teórico, que pudesse desempenhar a função de transmissão do conhecimento geográfico, tendo ainda, que se moldar uma maneira de transformar a geografia em Geografia, além de estabelecer a base de foco/objeto, que até hoje não se consolidou.

Ainda, nos dias atuais permanecem essas três geografias bem distintas, geografia física, geografia sociológica e pedagógica.

A inércia geográfica é tanta, que até o presente momento não há um Conselho de Geografia. Logo; essa alegação de Moreira, não se sustenta, sendo uma máscara para acobertar a incapacidade de desenvolver-se e de se impor, tanto no mercado de trabalho, quando ao desenvolvimento de pesquisas (e nesse ponto, a Geologia sai na frente). Bem como para encobrir o preconceito que os bacharéis/mestres/doutores e livre-docentes) expressam ao se depararem com os licenciados e inclusive com os próprios bacharéis. Além de se estabelecerem no discurso e não na ação...do fazer! E esta questão, é explanada em NITSCHÉ (2016, p.47).

E é por este motivo, que nos manuscritos deste, há sempre a chamada para a união dos profissionais geógrafos (das três categorias), ou seja: entrelaçamento das geografias, formando uma, que irá possuir, apenas duas ramificações do corpo principal: 1) **Geografia** 2) **Geografia pedagógica**. Sendo que a segunda, estará muito próxima do científico. Se iniciar o processo de construção interativa das revelações acadêmicas com as escolas, transferindo estas aos alunos. Como é, no caso, descrito nos trabalhos de: HELEODORO; RODRIGUES e

PLÁCIDO, (2005 apud NITSCHKE, 2016, p. 43). Não haverá geografia física e humana, pois o processo evolutivo da ciência, não irão permitir uma semi-ciência, dentro de uma área científica, que analisa as questões das relações sociedade/sociedade e a natureza. Porque para que este objetivo seja alcançado, e se estabelecer na íntegra o estudos destas relações e não do espaço, faz-se necessário estar na área geo – científica/ciências da natureza e não sociológica.

Deixando as questões de ordenamento espacial aos sociólogos.

Todos pensam que a atribuição do geógrafo é ordenar o espaço. Impossível de se ordenar um planeta. O que o geógrafo faz (deveria estar fazendo): é se utilizar de ferramentas materiais e metodológica para desenvolver análises e resolver questões das relações já mencionadas, fornecendo bases para o planejamento ambiental, que irá ser utilizado (pelo governo competente) à ordenação territorial. Protegendo assim, os ecossistemas e biomas, não apenas para salvar o Planeta, mas para nos salvar. Pelo menos era isso que a Geografia deveria fazer. Mas com estas geografias...fica difícil.

Ao dar ênfase nesta questão, descobrir-se-á mais uma característica do pensamento social de Lacoste e MOREIRA (seg. p.2 ) que ora analisamos:

(...) “Yves Lacoste intitulou seu livro recente: *A geografia Serve Antes de Mais Nada para Fazer a guerra*. Diríamos, alargando o significado desse enunciado, que a geografia, através da análise dialética do arranjo do espaço, serve para desvendar máscaras sociais, vale dizer, para desvendar as relações de classes que produzem esse arranjo.

É nossa opinião que por detrás de todo arranjo espacial estão relações sociais, que nas condições históricas do presente são relações de classes.

Com isso, afirmamos que espaço é história, estatuto epistemológico sobre o qual a geografia deve erigir-se como ciência, se pretende prestar-se a alguma utilidade na prática da transformação social. E tal noção reside não na mera constatação de que a história desenrola-se no espaço geográfico, mas, antes que tudo, de que .p espaço geográfico é parte fundamental do processo de produção social e do mecanismo de controle da sociedade. Conseqüentemente, afirmamos também que o espaço geográfico tem uma natureza social, do que deriva que a geografia é uma ciência social”. (...).

Embasar a Geografia em área restrita ao social, não responderá aos preceitos científicos para desempenhar as funções que deveriam estar sendo desenvolvidas no âmago dos procedimentos metodológicos para a identificação dos processos, mitigação e ações de reestabelecimento do equilíbrio das relações natureza e a sociedade.

O melhor deste texto, é ler que a geografia não serve, ou não é útil para a transformação social. Porque, para a Geografia, a transformação social é de alçada dos sociólogos (o estudo). E a transformação da sociedade, requer resultados práticos e não apenas discursos e análises históricas, que remetem apenas ao descobrimento do que: para a sociedade, já é sabido. Apenas, não explicado!

A geografia não irá transformar a sociedade, mas a Geografia...sim! Com métodos e abordagens científicas que resultam no planejamento ambiental, que será a carta magma para a solução e/ou pelo menos a mitigação dos problemas. Mas para que haja esta inclusão na transformação social (almejada por Moreira), faz-se necessário que os governos coloquem em prática as sugestões e implementação resultantes do produto do planejamento elaborado.

Além do mais, a historicidade não é possível de ser confirmada em toda a sua abrangente confluência ao proximal refutamento do falseável, tendo como cunho a psique humana. Os desdobramentos históricos e os fragmentados representativos, muitas vezes se compactua com ações vis, e que não nos respalda ao concreto irrefutável.

Porém, não se deve confundir memória com história, conforme nos informa ARAÚJO SÁ (2006):

(...)

"Ora, é necessário estabelecer uma articulação entre os estudos sobre a memória e alguns perigos que, via de regra, podem acontecer no seu relacionamento com a cultura. De um lado, existe o perigo de reduzir a cultura, política e a ideologia, ao invés de alargar o campo político para o social e o experimental, a uma história cotidiana da memória. De outro, também há o perigo de reduzir a cultura a uma noção vaga de memória, na qual ela é separada de outras memórias na sociedade e da cultura produzida em torno delas. Portanto, a memória como representação simbólica e prenhe de significado político é óbvia e explica pouco se não for inserida na rede global de transmissão social e representações simbólicas. (...)" In: ARAÚJO SÁ, 2006, p.39

(...).

E se dentro de uma ciência que necessita de métodos que estabeleça na íntegra a relação sociedade e a natureza, e que possui, uma área que não nos possibilita prever eventos futuros... Como, é que, a geografia social quer se estabelecer como Ciência Geográfica? Que se enquadra no arcabouço geocientífico.

Para que se possa visualizar melhor as questões que trago à tona, a questão da historicidade e história, recorre-se ao dicionário de filosofia (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2001 p.93,94):

(...) "história (lat. E gr. Historia). A palavra "história" designa ao mesmo tempo: a) uma certa disciplina, constituída de relatos, análises, pesquisas de documentos etc., cujos artífices são os historiadores: b) a matéria dessa disciplina, sobre a qual trabalham os historiadores, ou seja, a síntese de acontecimentos (sucessões de reis. Alianças, assassinatos, eleições, guerras etc.) ou de estados (prosperidade, miséria, dependência, independência etc.) realizados ou sofridos pelos homens no passado. Assim como a matemática tem por objeto as grandezas e as relações, (...). A história tem por objeto a história.

2. Etimologicamente, designa o relato, e não os acontecimentos contados; em grego. Historia significava "pesquisa, informação"; em seguida, "conhecimento" daquilo sobre o que fomos informados e "relato" daquilo que aprendemos. Até o séc.XIX. havia uma distinção entre a história natural (que corresponde ao que hoje denominamos "ciências naturais": geologia, zoologia, botânica etc.) e a história civil (que hoje chamamos pura e simplesmente de história). Por uma extensão de sentido, o termo "história" (relato de fatos) passou a designar também esses fatos. Objeto do relato. Mas, nesse sentido, o termo só se aplica aos homens, ao conteúdo da história civil. (...). A história-relato é tomada e inserida na história-acontecimentos: os conhecimentos evoluem, os métodos se depuram etc. F. o historiador estuda a situação, os

problemas, as disputas, as contradições dos homens do passado, mas considerando-se a si mesmo um indivíduo em situação, num outro momento, vivendo outros problemas e outras contradições: o historiador é uma parte da história.

Ver historicidade: historicismo. História, filosofia da Toda concepção filosófica admitindo que a história obedece. Senão a uma intenção, pelo menos a um sentido. Consubstancial ao pensamento de \*Hegel e de \*Marx, a filosofia da história implica a concepção de uma temporalidade linear e orientada (um sentido) no interior da qual realiza-se, progressivamente, a racionalidade universal. Opõe-se a uma temporalidade cíclica, como em \*Platão e em \*Nietzsche. Seu alvo lógico consiste em saber se a história do mundo se desenrola no sentido de um aperfeiçoamento moral, de um progresso da cultura ou se exprime uma decadência dos costumes. Mais concretamente, consiste em procurar saber se ela se orienta no sentido de certa forma de capitalismo ou de certa forma de socialismo.

Ver materialismo histórico. História, fim da Do ponto de vista filosófico. A expressão “fim da história” (bastante utilizada nos últimos tempos pelos defensores das teorias econômicas neoliberais, por exemplo. Fukuyama) designa a derrocada da filosofia da \*história (à maneira de \*Hegel e de \*Marx) e o surgimento da multiplicidade dos horizontes de sentido. Com o desmoronamento das grandes visões filosóficas, políticas e religiosas do mundo (mega-relatos), hem como com o declínio ou enfraquecimento do mito do \*progresso e da emancipação, e das visões integradas e coerentes de mundo que explicam todos os aspectos da realidade, dando coesão aos grupos humanos e fazendo-os aceitar as normas que regulam seus comportamentos e legitimam seus sistemas de valores (características da \*modernidade) —, a expressão “fim da história” passou também a significar um novo estilo de pensamento. Que estaria sendo elaborado num mundo onde prevalece uma nova \*episteme. A episteme da indiferenciação, às voltas com uma pluralidade de horizontes de sentido, uma vez que não existiria mais um horizonte estável onde o homem contemporâneo pudesse situar os acontecimentos. Responsável por tal situação, a mídia (segundo \*Baudrillard) induz os homens a viverem sem quadro de referência, fragmenta os fatos e os acontecimentos, permite que eles sejam observados de todos os ângulos, mas impedindo-os de se referirem a uma totalidade que lhes dê sentido.

Historicidade 1. Caráter de tudo aquilo que se é conhecido como tendo realmente acontecido no passado ou realmente existido: a historicidade de Jesus.

2. Condição da existência humana que, em-bora comprometida com o tempo e solidária com seu passado histórico, define-se por sua projeção livre no futuro: “A análise da historicidade da realidade humana tenta mostrar que este existente não é ‘temporal’ pelo fato de encontrar-se na história, mas, ao contrário, se ele não existe e não pode existir senão historicamente, é porque ele é temporal no fundo de seu ser” (Sartre).

3. A filosofia da história é uma concepção segundo a qual a ‘seqüência dos acontecimentos não é incoerente e casual, mas segue um movimento determinado e se faz segundo certas grandes linhas de força. O justo conhecimento do passado, embora não nos permita prever o futuro com clareza de detalhes, pode nos indicar, pelo menos, um sentido ou uma direção. Nessa perspectiva, duas doutrinas são clássicas: a) o idealismo histórico, representado por Hegel, doutrina segundo a qual a razão se realiza através do devir dos acontecimentos: “a história universal é a representação do espírito em seu esforço para adquirir o saber daquilo que é” (Hegel); b) o materialismo histórico, criado por Marx e Engels, doutrina segundo a qual as forças materiais (especialmente econômicas) dominam e dão forma às forças espirituais (pensamentos, idéias políticas, religião, arte etc.). Marx e Engels criticam e ironizam Hegel por terem colocado a história “sobre a cabeça”, e se orgulham de tê-la repostos “sobre seus pés”: o espírito é o produto da história, não seu motor.

4. O sentido da história e o fim da história são concepções marxistas segundo as quais o processo histórico é determinado ao mesmo tempo por causas antecedentes (em última

instância. Econômicas) e pelos homens, desenrolando-se necessariamente de modo dialético e culminando necessariamente na sociedade sem classes (fim da história). O “sentido” quer dizer ao mesmo tempo “significação” e “direção”. In: (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2001 p.93,94 – internet – domínio público).

Um esclarecimento importantíssimo deve ser explanado neste momento, em que: muitos pesquisadores se embasam, ao se tratar das ciências sociais, como nicho da Geografia. A causa deste tipo de pensamento, é a remanescente percepção vertiginosa de que: os filósofos observavam a superfície da terra e extrapolavam sua visão ao celeste. Tal fato é demonstrado neste mesmo artigo, anteriormente analisado MOREIRA, (seg. p. 5), conforme se revela:

(...) “Os gregos definiam a geografia em seu sentido etimológico, como “descrição da terra”, em termos de um enciclopedismo que era fruto de sua visão sistêmica dos fenômenos. O objeto da geografia seriam os fenômenos passados na superfície terrestre, mas como estes tinham sua gênese numa escala fenomenológica que transcendia a epiderme do Planeta, suas dimensões eram cósmicas. Esta foi a herança que arrastou-se até o século XVIII e desenvolvida por Estrabão, Ibn Khaldun, Cuverius, Avenarius, cada qual alargando apenas o campo de conhecimento e esboçando uma primeira sistematização da ciência.

Deve-se entender, que os filósofos, eram pensadores, pessoas comuns, que se preocupavam com a essência do: Quem sou? Para onde vou, Onde estou?

Ptolomaeus, (que desenvolveu tratados como “Peri diastáseos” que retrata a dimensão, tentando provar que só podia existir espaço tridimensional, e “Peri ropon” que peita ao equilíbrio – física mecânica); em um conto “Suassunaciano”: saía de manhã para analisar o sol, depois, à tarde ia cartografar a costa e quando se cansava, voltava à noite e ia observar as estrelas e as constelações. Registrando suas posições e nomeando-as. Realizando assim, o que se poderia considerar como cartografia celeste.

E para se realizar estas tarefas, necessitaria de procedimentos, era necessário se estabelecer um método e/ou utilizar-se de materiais e abordagens experimentais, que antes de Ptolomeu já era empregado.

Mas isso não descarta a Geografia de ser, atualmente, uma geociência, muito pelo contrário, porque os tratados de Ptolomaeus, voltados à geografia, sendo manuscritos de oito volumes, dão vida à Geografia. E se pensar em espaço, este se manifesta no trabalho “Sobre a Dimensão”. E não se pode descartar seu antropônimo, que nasceu das reflexões de Strabo, após descrever as coisas que via em suas viagens. E se concretizando nas experimentações de Ptolomaeus. Tendo em mente que estes filósofos não cartografavam e descreviam apenas a Terra, conforme já mencionado.

(...)

“7. PTOLOMEU, Apparit. Epileq., in JOÃO LIDO, Sobre os Presságios, 275, 1.

Copiei destes as variações de tempo e classifiquei-as segundo os egípcios, Dositeu... (e) Demócrito. Os egípcios fizeram suas observações em nosso meio..., Demócrito na Macedônia e na Trácia. Por isso poder-se-ia aplicar as variações de tempo mencionadas pelos egípcios às regiões próximas a esta zona... e as de Demócrito... Segundo ele, o dia mais longo é o 159 dia depois do equinócio”. (...).

In: SOUZA, KUHNEN. "Os Pré-Socráticos". Tradução de: José Cavalcante de Souza, Arma Lia Amaral de Almeida Prado, Ísis Lana Borges, Maria Conceição Martins Cavalcante, Remberto Francisco Kuhnen, Rubens Rodrigues Torres Filho, Carlos Ribeiro de Moura, Emildo Stein, Arnildo Devegili, Paulo Frederico Flor, Wilson Regis. Const. José Américo Motta Pessanha. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1ª ed, p.301.

(...)

“É que isso não se deduz diretamente do direito natural, como conclusão imediata, mas somente como dedução remota e, além do mais, fundada sobre o direito positivo, que pode variar. As razões de Aristóteles não nascem, pois, da natureza das coisas, mas exclusivamente da inveja que ele tinha de Platão, tanto mais quanto ele próprio recorda muitas nações que viveram desse modo. Vem, igualmente, em nosso apoio, Santo Tomás, que, na questão 154, artigo 9, confessa que nenhuma conjunção é contra a natureza, salvo a do filho com a mãe e a do pai com a filha, pois que, segundo Aristóteles, os próprios cavalos a repelem. Eu próprio vi, em Montedoro, um cavalo que não queria unir-se com a mãe. E assim é, não porque não resulte a geração, mas por uma reverência natural. No entanto, segundo o testemunho de **Ptolomeu**, a união com as mães era um costume comum entre os persas. Entre os animais, os galináceos e muitos outros praticam o mesmo. Apesar disso, na república, evitei que as mães se unissem aos filhos e os pais às filhas, embora este último caso seja menos contra a natureza”. (...).

In: Sobre o infinito, o universo e os mundos / Giordano Bruno. O ensaiador / Galileu Galilei. A cidade do sol / Tommaso Campanella; traduções de Helda Barraco, Nestor Deola e Aristides Lôbo; editor Victor Civita. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores). 3ª. ed. P. 317.

Ao se entender das questões tratadas até o presente momento, nosso caro leitor irá analisar a construção territorial e as abordagens utilizadas no Município de Três Barras do Paraná, que se utilizou do procedimento metodológico conhecido como: “Diagnósticos Interativos Municipais”. Tendo como resultado o livro lançado em 2000 e completado neste ano: NITSCHKE (2016).

Tendo, neste momento (durante a realização deste manuscrito) a inclusão de textos de teses elaboradas por pesquisadores de outras áreas (História, Arqueologia, Sociologia, Biologia e as geografias), com o intuito de enriquecer o trabalho ora citado. Que irá direcionar a visão de vós, para o refutamento do espaço geográfico (defendido por Lacoste e Moreira), como objeto de estudo. E que o referido, nada mais é que a representação da construção do território e da territorialidade. Que se utilizando de analogia com o pensamento de Lacoste, Moreira e Santos, seria: território – espaço; Territorialidade – espaço geográfico. Que no artigo apresentado, logo no início deste capítulo, Moreira diz que são dois espaços, um sem respaldo, outro mencionando Milton Santos. E que este é interdisciplinar.

Antes, deve-se ressaltar aqui, que: o autor não está impondo ideais, não construo um debate. É um diálogo e não um confronto com a pessoa/autor Ruy Moreira, Milton Santos, Lacoste e com os demais colegas geógrafos. O intuito principal, é chegar ao marco demarcatório do estabelecimento científico da Geografia. Mas com o refutamento do referido “Espaço Geográfico”, que na opinião deste que vos delinea, nada mais é que: o território, associado ao processo de construção e características que embasam e dão forma ao espaço geográfico. E que análises puramente sociológicas não se estabelecem no arcabouço geográfico/geociências.

A ciência não é feita para os cientistas, mas para a sociedade. De quê adianta trabalhar tanto para descobrir ou resolver algo, se, este algo não poderá ser compartilhado ou utilizado? Lembrando que a ciência é feita por cientistas!

E quem e qual o motivo que te pagam para realizar estas coisas? Por quê se dar ao trabalho de publicar algo, refutar ou confirmar?

Claro que o cientista irá se beneficiar de suas descobertas (Tesla, Franklin, Bell e outros), como é o caso de todos os expoentes que inventaram alguma coisa e que até hoje a sociedade paga por estes. Havendo raras exceções, como Santos Dumont (abriu mão de todas as suas patentes à humanidade, com exceção de uma).

Dessa forma compreendido, projetar-se-á o trabalho já mencionado NITSCHÉ (2016):

## MUNICÍPIO TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MAPA REGIONAL DO BRASIL

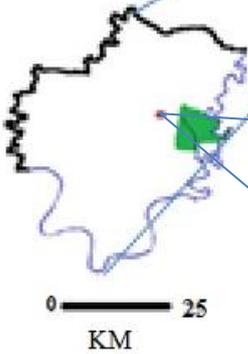
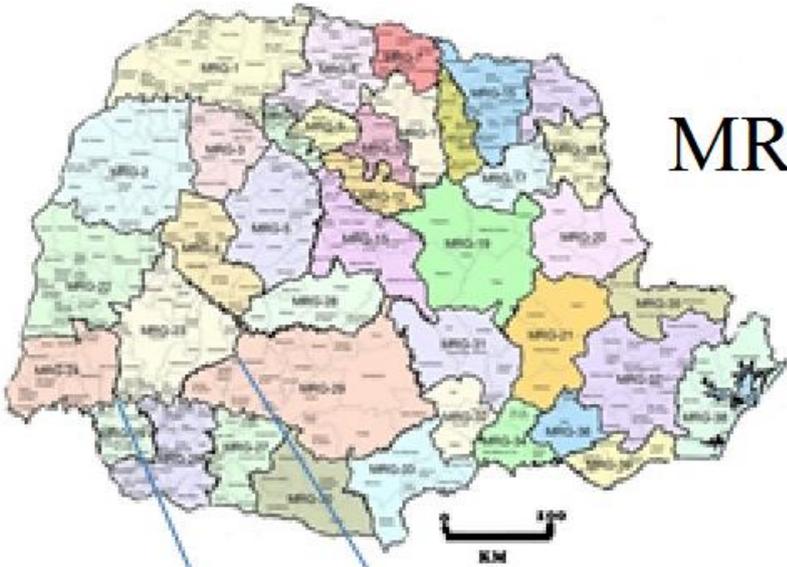


MAPA DE LOCALIZAÇÃO  
DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ



O Município de Três Barras do Paraná tem seus limites estabelecidos nas seguintes coordenadas geográficas: 25° 30' e 25° 15' de latitude sul. E 53° 00' e 53° 15' de longitude oeste, pertencendo a microrregião de Cascavel (MRG-23), com área de 507.431 Km<sup>2</sup>.

# MRG - 23



Seu estabelecimento geográfico impões limites territoriais, sendo assim descrito:

**Norte:** Cascavel e Catanduvas

**Sul:** Nova Prata do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu e Cruzeiro do Iguaçu.

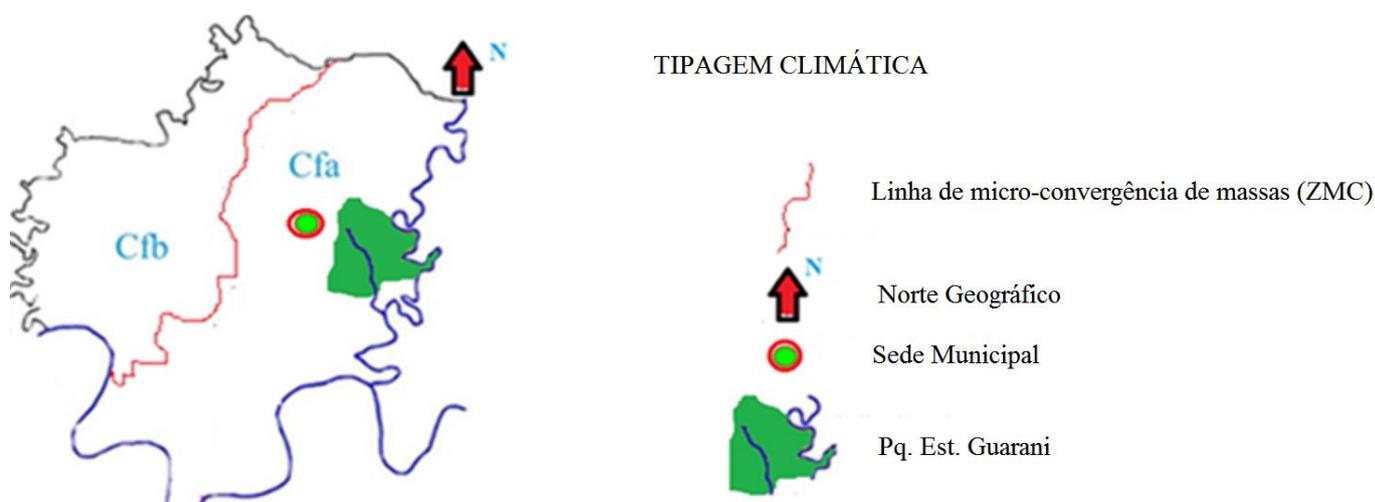
**Leste:** Quedas do Iguaçu, Rio Iguaçu e Rio Guarani

**Oeste:** Boa Vista da Aparecida e Rio Tormenta.

Ao aplicar os métodos de identificação climática local (método descrito na monografia deste autor (1999), foi possível registrar que graças a sua localização geográfica, o Município é caracterizado climatologicamente (embasado na classificação de Köeppen (1918, 1923 e 1936, adaptado para o Brasil)), como: **Cfb** – Clima sempre úmido, sendo que os meses mais quentes registram média de temperaturas menores que 22° C. e nos meses mais frios, a média é a cima de 10° C. Com até cinco geadas por ano.

Tendo ainda, a classificação **Cfa** – Clima subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes e geadas pouco frequentes. Tendência de concentração de chuvas nos meses de verão, sendo que a média de temperatura nesta época são superiores a 22° C. e as médias durante os meses mais frios é inferior a 18° Centígrados. Logo, evidenciamos dois tipos climáticos distintos, sendo estes, observados em pesquisa de campo (1996), antes da existência do Pq. Est. Guarani e a represa Salto Caxias.

Deve-se ressaltar, que no livro Três Barras do Paraná (2000), o clima está caracterizado como Cfb, somente. Pois, houve um equívoco no momento de preparar o texto para a editoração e publicação, ficando assim, sem esta informação que ora apresento:



Esboço - tipagem climática. Fonte:  
Elaborado pelo autor

Esta peculiar característica, de dois climas distintos, na área em questão, deve-se a geomorfologia local e as feições topográficas, que criam um divisor de massas de ar que atuam na região. Sendo que a leste temos depressões e baixios. E a oeste, o relevo se eleva e em sua porção extrema SW (sudoeste), o relevo novamente declina. Além das influências dos rios Paraná, Iguaçu, Três Barras, Tormenta, Adelaide e Guarani, que promovem o deslocamento de ar na região, devido ao aquecimento e resfriamento de suas águas. Sendo que as massas de ar originárias do Iguaçu, encontram as massa dos rios Tormenta e Guarani, que ao se resfriarem na máxima cota altimétrica, convergem aos seus vales de origem. Tais conclusões são de autoria do próprio autor, conforme pesquisa de campo (1996 a 1999). Aproveito o momento para lançar uma hipótese: Acredito que a taxa de evapotranspiração regional contribui diretamente no sistema climático local.

É necessário observar (nos dias atuais), se não houve mudanças neste padrão (sistema de massas de ar), devido a construção da barragem de Salto Caxias e a implementação do Parque Estadual Guarani.

Para se conhecer um pouco mais sobre o Parque Estadual do Guarani, vamos incluir neste, algumas observações feitas pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), com sua equipe Técnica:

#### EQUIPE TÉCNICA DA STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA.

Coordenador Geral

Joésio Deoclécio Pierin Siqueira – Engenheiro Florestal, Msc

Coordenador Técnico

Aguimar Mendes Ferreira – Engenheiro Florestal, Msc

Consolidação dos Textos

Celia Sayama Pastore

Sérgio Augusto Abrahão Morato

Equipe Técnica

#### MEIO ABIÓTICO

Celia Sayama Pastore – Geóloga

Emerson Antônio de Oliveira – Engenheiro Agrônomo, Msc

#### MEIO BIÓTICO

Angélica Uejima – Bióloga Msc, avifauna

Carlos Roberto Sanquetta – Engenheiro Florestal, Dr, flora

Liliani Marília Tiepolo – Bióloga Msc, mastofauna

Magno Vicente Segalla – Biólogo, anurofauna

Reginaldo Machado – Biólogo Msc, anurofauna

Sérgio Augusto Abrahão Morato – Biólogo Dr, herpetofauna

#### MEIO SOCIOECONÔMICO

Airton Laufer Jr. – Sociólogo

#### USO PÚBLICO

Bruno Ferronato – Médico Veterinário, pós-graduando em Ecoturismo

Françoise Queiroz – Turismóloga, pós-graduanda em Ecoturismo

Gustavo Gaertner – Biólogo, pós-graduando em Ecoturismo

Priscila Busatto – Turismóloga, pós-graduanda em Ecoturismo

Sigrid de Mendonça Andersen – Socióloga, especialista em Ecoturismo

#### ARQUEOLOGIA

Miguel Antônio Leoni Gaissler – Arqueólogo

Vera Regina Biscaia Vianna Baptista – Historiadora

#### MAPEAMENTO

Anderson Flavio Viana – Especialista em Autocad

Juliana Boschirola Lamanna Puga – Engenheira Cartógrafa, SIG

Simone Tonetti – Geógrafa, Arcview

#### APOIO

Ana Cláudia Zampier – Engenheira Florestal, Msc

Flávio Bettio – Engenheiro Florestal

Giselle Pepplow – Auxiliar Administrativo

Leticia Karmann Monteiro de Almeida Ulandowski – Bióloga

Majoe de Meirelles Siqueira – estagiária em Biologia

Mirian Padilha de Freitas – estagiária em Tecnologia Química Ambiental

Walfred Klitzke – Técnico em Informática

(...) “O Parque Estadual do Rio Guarani foi criado como medida compensatória pela instalação da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. A área foi declarada pela COPEL como utilidade pública para fins de desapropriação em dezembro de 1994, através do Decreto Estadual de nº 4.356. Em 13 de agosto de 1996, a área foi adquirida e escriturada pela COPEL com 2.235 ha de mata nativa no município de Três Barras do Paraná, região Oeste do Estado do Paraná. O Parque Estadual do Rio Guarani foi oficialmente criado em 19 de julho de 2000, através do Decreto Estadual nº 2.322”. (...) In: PARANÁ – IAP; “Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Guarani”, Curitiba, IAP, 1ª ed. 2002, p.49

O referido parque, recebe o seu nome graças a derivação do rio homônimo, que divide Três Barras do Paraná e Quedas do Iguaçu. Ainda embasado nas informações PARANÁ-IAP (seg. p. 64), (...) “O Parque Estadual do Rio Guarani está inserido na bacia hidrográfica do rio Iguaçu, o qual ocupa, no Estado, uma área de 57.329 km<sup>2</sup> (EMBRAPA, 1984)”.

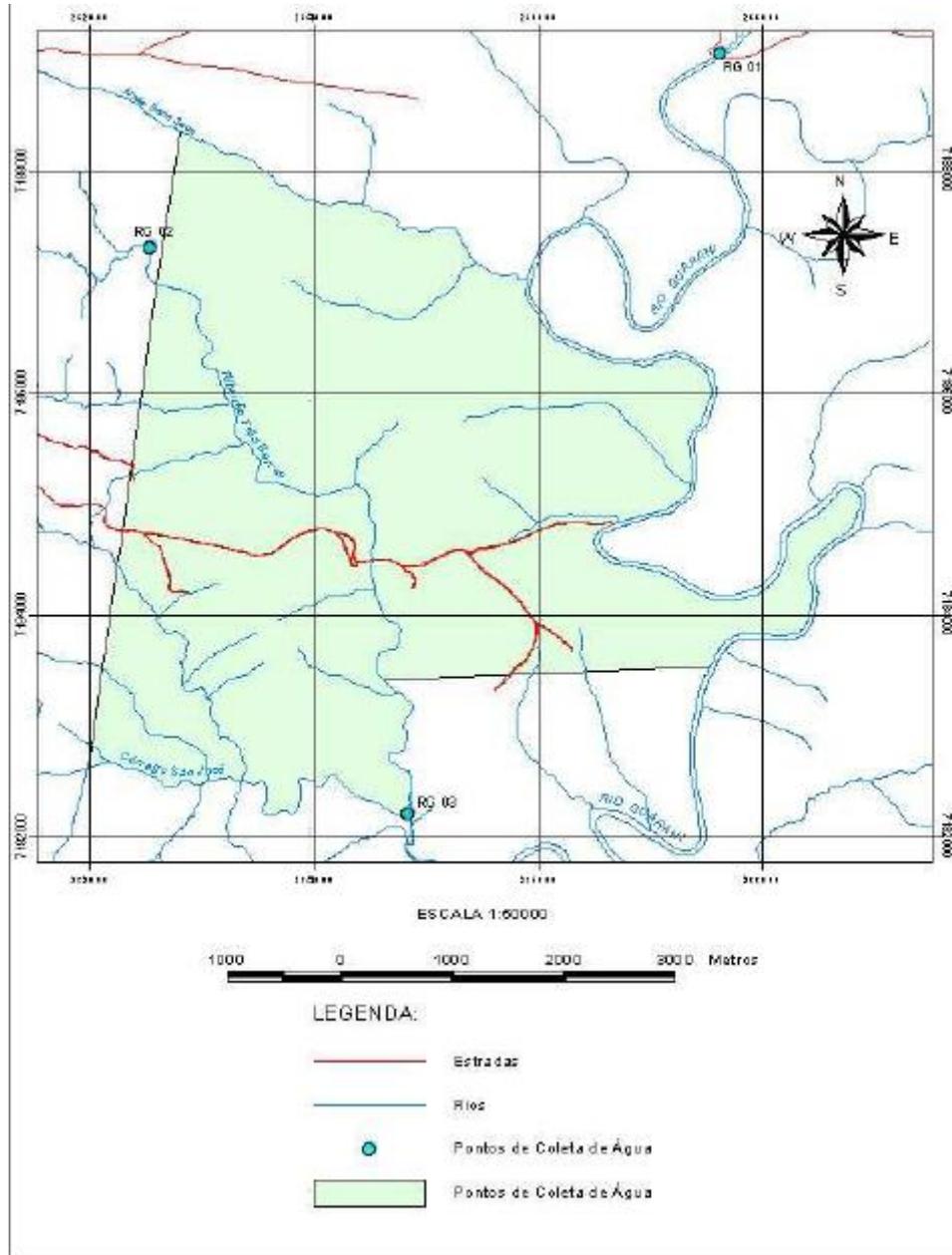
Tendo seus limites estabelecidos nesta mesma fonte PARANÁ-IAP (seg. p. 53):

#### (...) “2 – LOCALIZAÇÃO E ACESSOS

O Parque Estadual do Rio Guarani está localizado no município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná e tem como centro as coordenadas geográficas 53° 8' de Longitude W e 25° 26' de Latitude S (figura III.01). O acesso ao Parque se dá a partir da cidade de Três Barras do Paraná, como indicado na figura III.02. A distância entre os principais centros urbanos e o Parque é apresentado a seguir no quadro III.02. Por via aérea o acesso se dá até Cascavel e complementado por via terrestre. Cascavel possui vôos regulares para Curitiba, de onde é possível fazer conexão com todas as cidades atendidas pelo transporte aéreo no Brasil e também fazer conexão para vôos internacionais (figura III.02)”. (...).

Para visualizar as proporções territoriais deste parque, recorre-se a carta de localização do parque, representada no Plano de Manejo PARANÁ-IAP (seg. p.89):

## CARTA DE LOCALIZAÇÃO



Carta de Localização. Fonte: PARANÁ-IAP (seg. p.89)

Um texto muito importante deve ser inserido aqui, para corroborar com as análises até agora dissertadas:

A área de influência, que é retratada como o território pertencente, conforme vos é mostrado PARANÁ-IAP (seg. p.65):

(...) “8 – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA

Por abrigar a unidade de conservação, Três Barras do Paraná apresenta-se como unidade territorial de influência direta do parque, analisado no contexto municipal e na área do entorno, sendo Quedas do Iguçu o município de análise da dinâmica de influência indireta da avaliação.”

Sendo que o uso e a ocupação do solo é apresentada na mesma fonte PARANÁ-IAP (seg. p. 80):

(...) “1.3 – USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Com base na classificação da imagem de satélite Landsat de 2001, e no levantamento in loco, a zona de amortecimento do Parque Estadual do Rio Guarani caracteriza-se pelo predomínio de áreas de agricultura e pecuária em sua maior extensão, tanto ao norte, como ao sul e a oeste. No seu limite leste, na margem esquerda do rio Guarani, ainda existe remanescentes florestais expressivos, bem como reflorestamentos de Pinus spp. E Araucaria Angustifolia pertencentes em sua maioria à empresa Araupel S. A., antiga Giacomet-Marodin, pioneira na colonização da região. Fora dos domínios da Araupel, a cobertura florestal é muito baixa, via de regra não atendendo ao mínimo legal em termos de Reserva Legal e Preservação Permanente.

Conforme pode ser observado no mapa de uso e ocupação, o Parque do Rio Guarani compreende um bloco praticamente íntegro e contíguo de Floresta Estacional Semidecidual com influência de Floresta Ombrófila Mista. Existe apenas uma área de 33,48 hectares que corresponde à vegetação secundária que se forma ao longo da faixa de acesso à área e ao longo da linha de transmissão de energia elétrica que existe no interior do Parque. Ao longo desta faixa estreita a vegetação continuamente se regenera após sucessivos e Angustifól cortes realizados pela empresa responsável pela manutenção da linha de transmissão.”

Com relação a vegetação, a fonte nos revela PARANÁ-IAP (seg. p. 39):

(...) “MEIO BIÓTICO

O estudo contemplou a descrição e o mapeamento da vegetação existente na área da UC, associados à interpretação de imagem de satélite, onde foram definidas as seguintes formações:

- Floresta Estacional Semidecidual com influência de Floresta Ombrófila Mista (dossel aberto, semi-aberto e fechado); e,
- Vegetação Secundária.” (...).

Contendo, ainda, a descrição das espécies vegetativas, que devem ser conservadas PARANÁ-IAP (seg. p.100):

(...)

As principais espécies encontradas na área de estudo, para fins de conservação são:

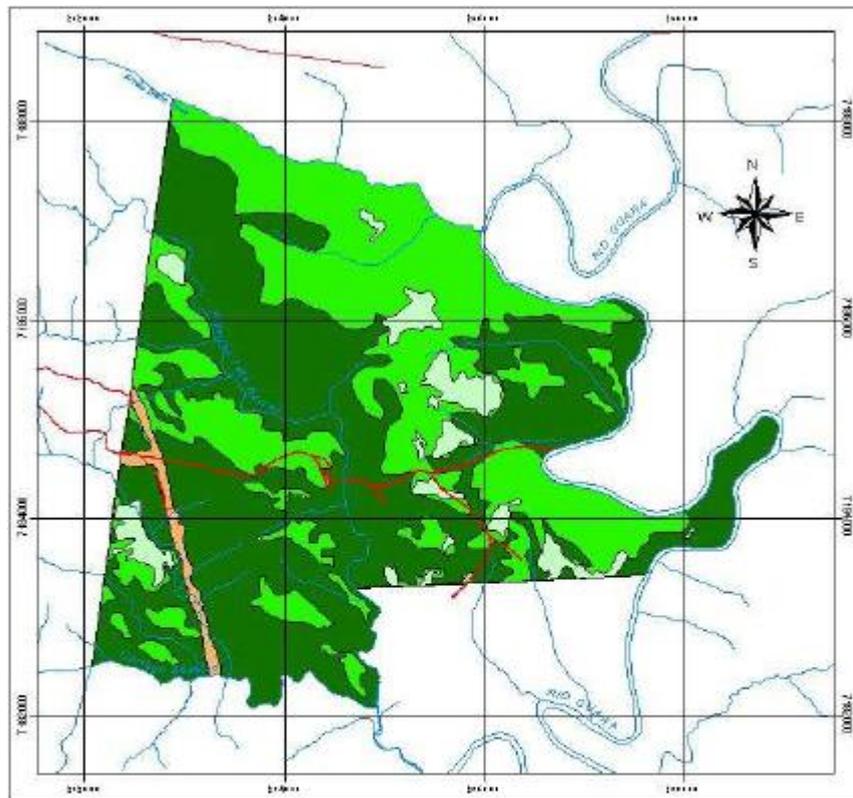
- Palmito (*Euterpe edulis*);
- Cabreúva (*Myrcarpus frondosus*);
- Grápia (*Apuleia leiocarpa*);
- Guajuvira (*Patagonula americana*);
- Canafístula (*Peltophorum dubium*);
- Peroba (*Aspidosperma polyneuron*);
- Pau-marfim (*Balfourodendron riedelianum*);
- Cedro (*Cedrela fissilis*);
- Angico-velho (*Parapiptadenia Angust*);
- Xaxim-bugio (*Dicksonia sellowiana*); e,
- Pinheiro (*Araucaria Angustifolia*).

#### • ESPÉCIES RARAS, ENDÊMICAS E AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO

O Parque Estadual do Rio Guarani é um dos remanescentes mais bem conservados da Floresta Estacional Semidecidual do Oeste do Paraná. Possivelmente, após o Parque Nacional do Iguaçu, seja a porção mais importante dessa que é a formação florestal mais ameaçada pela ação desordenada do homem no espaço territorial paranaense. Por conseguinte, a área abriga espécies hoje raramente observadas e ameaçadas de extinção. Dentre essas espécies pode-se citar com destaque a 52ngustif (*Myrcarpus frondosus*), agrápia (*Apuleia leiocarpa*), a guajuvira (*Patagonula americana*), a canafístula (*Peltophorum dubium*), a peroba (*Aspidosperma polyneuron*) e o pau-marfim (*Balfourodendron riedelianum*). Destaca-se ainda a ocorrência de grandes exemplares de cedro (*Cedrela fissilis*) e angico-velho (*Parapiptadenia Angust*), muitos difíceis de serem observados nos dias de hoje. Espécies consideradas como ameaçadas de extinção, tais como *Dicksonia sellowiana* (xaxim-bugio) e *Araucaria Angustifolia* (pinheiro) também merecem menção e especial atenção em termos de conservação.”

Inserindo-se posteriormente uma carta de vegetação do parque, que é denominada de: “Mapa de Vegetação do Parque Estadual do Rio Guarani”, apresentada assim:

## MAPA DE VEGETAÇÃO



ESCALA 1:50000

1000 0 1000 2000 3000 Metros

### LEGENDA:

-  Estradas
-  Rios
-  Floresta Estacional Semidecidual c/ influência de Floresta Ombrófila Mista (dossel aberto) - Área: 117,44 ha (5,26%)
-  Floresta Estacional Semidecidual c/ influência de Floresta Ombrófila Mista (dossel semiaberto) - Área: 891,30 ha (38,53%)
-  Floresta Estacional Semidecidual c/ influência de Floresta Ombrófila Mista (dossel fechado) - Área: 1.218,04 ha (54,54%)
-  Vegetação secundária - Área: 37,22 ha (1,58%)

Mapa de vegetação. Fonte: PARANÁ-IAP (2002)

Estas foram algumas das importantes informações que dizem respeito ao Parque Estadual Rio Guarani. Enfatizando a importância deste trabalho, bem como da implementação deste Parque para a região e para o Estado do Paraná.

Gostaria que a comunidade geográfica, prestasse atenção à constituição da equipe técnica, as áreas atuantes e de como o trabalho foi desenvolvido. Nesse sentido, seria interessante ler o referido "Plano de Manejo" na íntegra. E se possível for, observar que a Geografia, por si só, desempenharia este trabalho. Por este motivo, minha pessoa, deixa claro que o PLANEJAMENTO AMBIENTAL é de cunho da Geografia. Porque tem todos os atributos, básicos, metodológicos e formação técnica e teórica, para desempenhar tal função.

Pois; todos os levantamentos realizados, se atribuem à Biogeografia, Geomorfologia, Climatologia, Geo-hidrografia e as demais áreas que constituem a grade corporativa central da Geografia. Não extrapolando e/ou invadindo as demais áreas do conhecimento. Por quê?

Porque, cada ciência se estabelecerá dentro de seus focos, como por exemplo: A Biogeografia (geográfica) descreve as formações vegetais, mas quem irá estudar suas propriedades, características celulares, enfim, o foco biológico, será a Biologia – em sua área Botânica.

Mas como o geógrafo não se impõe no mercado de trabalho, restou-lhe o Arcview!

Ou seja: O Instituto Ambiental do Paraná-IAP, deveria, através de licitação, encarregar uma instituição (que possuísse em sua estrutura o campo geográfico), que logicamente, vencesse o processo licitatório, à realizar o levantamento que ora foi-lhes apresentado. Mas isso não ocorreu, porque, talvez, a geografia serve antes de mais nada, para desvendar máscaras sociais. E se continuar assim, é melhor criar uma geografia pedagógica e fechar o curso científico. Bastando compilar o que as ciências realizam (Biologia, Geologia, Históricas e outras) e trabalhar somente com métodos de transmissão do conhecimento.

Ao se prestar a atenção nos levantamentos realizados pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP-2002), que se encontra na página:

[http://observatorio.wwf.org.br/site\\_media/upload/gestao/planoManejo/PM\\_PE\\_RioGuarani.pdf](http://observatorio.wwf.org.br/site_media/upload/gestao/planoManejo/PM_PE_RioGuarani.pdf) ,

e compará-los com os livros "Três Barras do Paraná" (2000 e 2016), perceberá uma semelhança intensa entre um e outro. Pois se visualiza a implementação do "Diagnóstico Interativo", in: J.C.V. & ALMEIDA, C. D. de. "Proposta Metodológica para Elaboração de Diagnósticos Municipais". Rev. Paran. Geogr. N. 5, Curitiba, 2000 p. 49-54. Além do fato, deste último ("livro Três Barras"), associado aos trabalhos (NITSCHKE, 1999; 2000 e 2016) terem sido realizados somente dentro do âmbito das geografias (Curso de Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR)). Porém, com bagagem básica da área de Arqueologia, ministrada pelo Prof. Dr. Igor Chmyz – Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Saindo destas análises, regressar-se-á ao assunto de construção territorial, embasando-se no Município de três Barras do Paraná. Que conforme visto, tem seus limites estabelecidos nas seguintes coordenadas geográficas: 25° 30' e 25° 15' de latitude sul. E 53° 00' e 53° 15' de longitude oeste, pertencendo a microrregião de Cascavel (MRG-23), com área de 507.431 Km<sup>2</sup>.

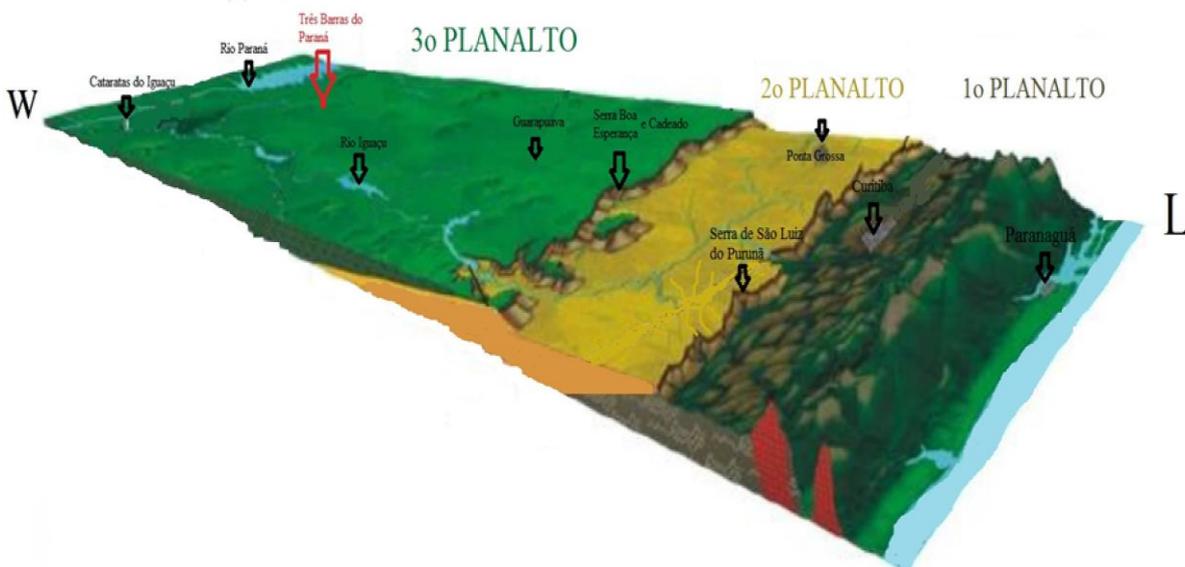
A importância de revelarmos a localização, os aspectos geomorfológicos, geológicos e climáticos da região, implica em conhecermos quais os elementos responsáveis por existir determinados tipos de solos, de vegetação, vales, morros e rios. Além de serem, estes, o principal foco para tomadas de decisões que são responsáveis pelo povoamento, atuações políticas e econômicas locais, tendo ainda, as influências para a base de concretização da formação cultural do Município. Porque todos os imigrantes e os próprios brasileiros que mantinham convívio com a região, tiveram que se adaptar ao tipo de relevo, condições climáticas, tipo de solos e a hidrografia deste local.

É importante entender que todos os aspectos físicos estão diretamente ligados e interligados com os aspectos humanos e que não devemos ver distinção entre eles. Separei, aqui, a localização e os aspectos geográficos físicos, para que o leitor possa ter a ideia de onde e de como é Três Barras do Paraná, que foi fundada no Terceiro Planalto Paranaense, também conhecido como Planalto Guarapuava, geologicamente conhecido como Formação Serra Geral, com as seguintes características geológicas e geomorfológicas:

## COMPARTIMENTOS GEOMORFOLÓGICOS

Perfil do R. Iguaçu.

Adaptado de: Marcelo Marine e Paulo Xisto. MINEROPAR, 2000



Compartimento Geomorfológico.

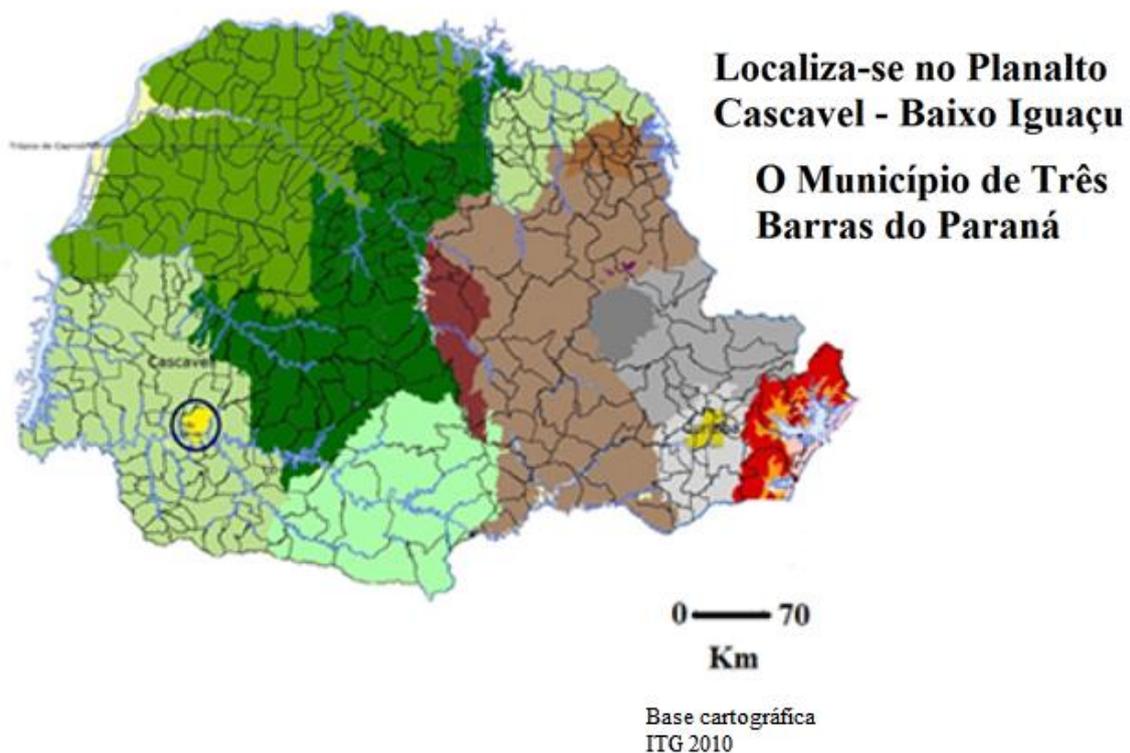
Fonte: MINEROPAR, 2000

Tendo ainda dois mapas, de localização no compartimento geológico e geomorfológico, in: NITSCHKE (seg. p.16):



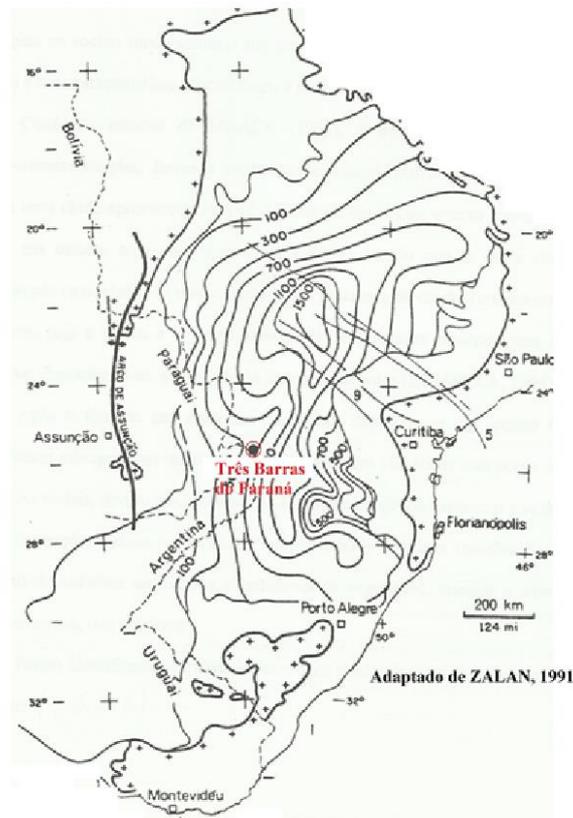
Mapa de localização - compartimento geológico. Fonte: Elaboração própria do autor.

## MAPA GEOMORFOLÓGICO



Nesta mesma fonte, é atribuída a altitude do Município, utilizando-se de mapa de isópacas das rochas eruptivas, in: NITSCHKE (seg. 15):

# ISÓPACAS DAS ROCHAS ERUPTIVAS BÁSICAS FORMAÇÃO SERRA GERAL



Mapa de isópacas. Fonte: In: NITSCHE (2016. P.15).

Ao observar o mapa de isópacas, pode-se concluir que a topografia demonstra altitudes elevadas a leste de 1.250m e declinação para 300m nas margens do Rio Paraná. Significando que Três Barras do Paraná está comprimido em uma micro bacia, com altitude de 562m.

Conforme os primeiros estudos da Bacia, MAACK (1968), a geologia do terceiro planalto é razoavelmente simples, formada por basalto e arenito, provenientes do vulcanismo de Trapp/fissura/rift e de condições climáticas áridas, com idade aproximada de 140.000.000 (cento e quarenta milhões de anos).



Rift – Fonte: Internet, 2016

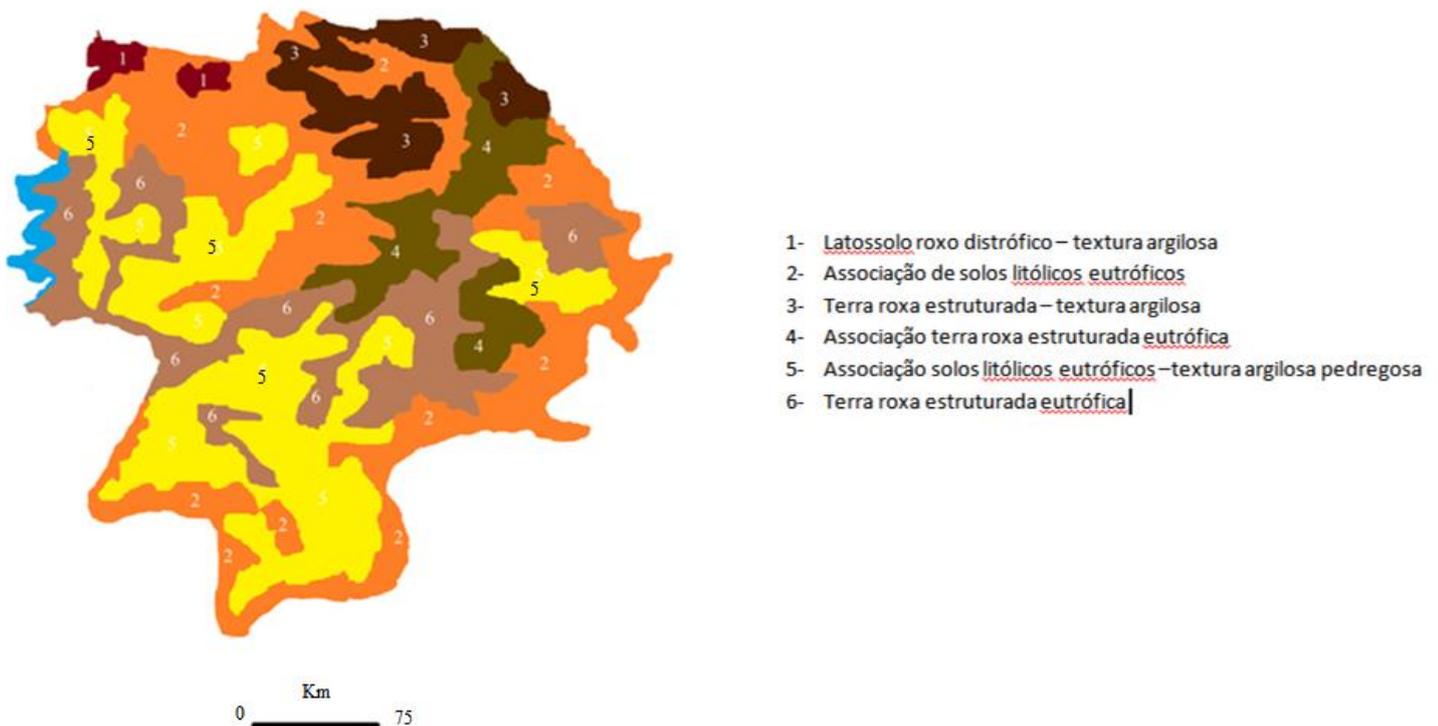


Derramamento de magma. Fonte: Internet, 2016

Após o término das erupções, que são responsáveis pelo embasamento basáltico (rochas magmáticas básicas – basalto), depositou-se um arenito fino eólico, concordante sobreposto ao basalto, indicando clima com pouca umidade e processo de desertificação árida. Tais eventos formaram as rochas sedimentares areníticas (arenito).

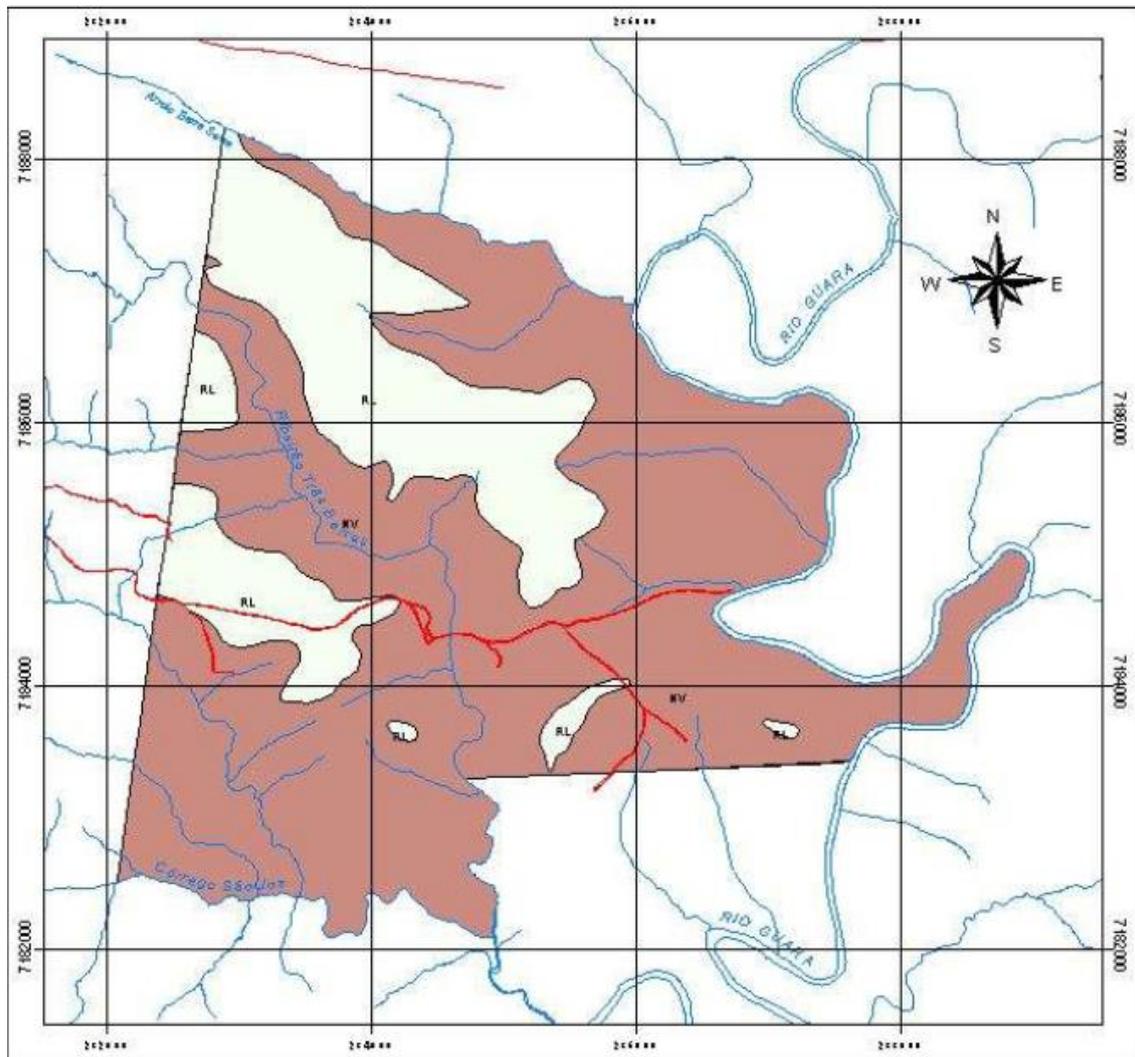
Alguns milhões de anos depois, graças a contribuição do clima, que, devido a chuva e o vento, que são responsáveis pelos processos de erosão (intemperismo físico e químico) que auxiliam na formação dos solos e no modelado do relevo BIGARELLA (1994). Com este processo, surge na região os tipos de solos, sendo o mais expressivo: terra-roxa estruturada ou nitossolo, que é rico em ferro (mineral responsável pela coloração avermelhada deste tipo de solo). Seguidos de solos argilosos e solos denominados de latossolo roxo disfórmico, conforme trabalho de campo (1998) e interpretações de dados do mapa pedológico EMATER (1976), In: NITSCHKE (2016), que foi usado como suporte às interpretações das observações em campo. Tende-se que abrir uma ressalva aqui: as cores na referência ora citada NITSCHKE (2016) não correspondem com as cores da monografia NITSCHKE (1999), que segue a nomenclatura e suas respectivas cores da base EMATER (1976), que se estabelece no. Logo; a coloração desta carta, é alusiva ao uso didático social geral, apenas para designar as ocorrências. Conforme pode-se observar:

MAPA PEDOLÓGICO MUNICIPAL



Neste momento, deve-se comparar a carta pedológica do Parque Guarani PARANÁ-IAP (2002), com a carta pedológica anteriormente demonstrada in: NITSCHKE (2016 p.18), para que se possa constatar as mudanças das denominações e nomenclatura dos tipos de solos:

## CARTA PEDOLÓGICA DO PARQUE GUARANI



ESCALA 1:50000

1000 0 1000 2000 3000 Metros

### LEGENDA:

- Estradas
- Rios
- RL - Associação NITOSSOLOS LITÓLICOS Eutróficos típicos, A chernozêmico, proeminente e moderado, textura argilosa e média, relevo ondulado a forte ondulado + NITOSSOLOS VERMELHOS Eutróficos latossólicos e típicos, A proeminente e moderado, textura argilosa, relevo suave ondulado a ondulado, ambos fase Floresta Estacional Semidecidual, com influência de Floresta Ombrófila Mista, substrato rochas eruptivas básicas.
- NV - NITOSSOLOS VERMELHOS Eutróficos latossólicos e típicos, com inclusão de NITOSSOLOS VERMELHOS Distroféricos latossólicos, ambos A proeminente e moderado, textura argilosa, fase Estacional Semidecidual, com influência de Floresta Ombrófila Mista, substrato rochas básicas.

Carta pedológica do Parque Guarani. Fonte: PARANÁ-IAP (2000)

As classes de solos evidenciadas no Parque, são demonstradas em forma de tabelas, apresenta conforme se segue PARANÁ-IAP (seg. p.93):

SÍMBOLO	CLASSE DE SOLO
RLe1	NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico típico, A chernozêmico, textura argilosa, fase Floresta Estacional Semidecidual, com influência de Floresta Ombrófila Mista, relevo ondulado a forte ondulado, substrato rochas eruptivas básicas.
RLe2	NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico típico, A chernozêmico, textura média, fase Floresta Estacional Semidecidual, com influência de Floresta Ombrófila Mista, relevo ondulado a forte ondulado, substrato rochas eruptivas básicas.
RLe3	NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico típico, A moderado, textura argilosa, fase Floresta Estacional Semidecidual, com influência de Floresta Ombrófila Mista, relevo ondulado a forte ondulado, substrato rochas eruptivas básicas.
RLe4	NEOSSOLO LITÓLICO Eutrófico típico, A proeminente, textura argilosa, fase Floresta Estacional Semidecidual, com influência de Floresta Ombrófila Mista, relevo ondulado a forte ondulado, substrato rochas eruptivas básicas.
NVdf1	NITOSSOLO VERMELHO Distroférico latossólico, A moderado, textura argilosa, fase Floresta Estacional Semidecidual, com influência de Floresta Ombrófila Mista, relevo suave ondulado a ondulado, substrato rochas eruptivas básicas.
NVdf2	NITOSSOLO VERMELHO Distroférico latossólico, A proeminente, textura argilosa, fase Floresta Estacional Semidecidual, com influência de Floresta Ombrófila Mista, relevo suave ondulado a ondulado, substrato rochas eruptivas básicas.
Nvef1	NITOSSOLO VERMELHO Eutroférico latossólico, A moderado, textura argilosa, fase Floresta Estacional Semidecidual, com influência de Floresta Ombrófila Mista, relevo suave ondulado a ondulado, substrato rochas eruptivas básicas.
Nvef2	NITOSSOLO VERMELHO Eutroférico típico, A proeminente, textura argilosa, fase Floresta Estacional Semidecidual, com influência de Floresta Ombrófila Mista, relevo suave ondulado, substrato rochas eruptivas básicas.
Nvef3	NITOSSOLO VERMELHO Eutroférico típico, A moderado, textura argilosa, fase Floresta Estacional Semidecidual, com influência de Floresta Ombrófila Mista, relevo suave ondulado a ondulado, substrato rochas eruptivas básicas.

Ao observarmos a carta pedológica, mencionada recentemente, concluímos que está embasada na nova nomenclatura de 2006, determinada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Sendo que os registros de solos do Município de Três Barras do Paraná, não foram atualizados, porque se deve manter a classificação de base da carta EMATER (1976). Não alterando as análises estabelecidas em 1999, para fins de comparação e comprovação do que foi feito. Ou, seja: Se está correto ou não e se há divergências no que foi feito, com estudos recentes.

A importância de se preocupar com os solos, recai no estabelecimento de determinadas concentrações de: pedreiras, vegetais e animais. Sendo também útil como matéria-prima aos preceitos econômicos, como por exemplo, pedra:



Pedreira e ao fundo solo Nitossolo. Foto: do autor, 1996.



Solo argiloso, foto: do autor, 1997.

Os rios da região sofrem influências do clima e são condicionados pela litologia, conforme demonstrado nas fotografias que se sucedem:



Cascata (altura 6 metros).  
Trecho rejuvenescido do R. Guarani. Foto:  
do autor, 1997.



Trecho sinuoso – Rio Tormenta. Foto: do autor, 1997.



Rio Adelaide – trecho sinuoso. Foto: do autor, 1997.



Ponte sobre o Rio Adelaide, com relevo modificado artificialmente por inundação ou transgressão fluvial da cota altimétrica 326. Foto: do autor, 1999.



Cotovelo – Rio Adelaide. Faixa de mata ciliar muito estreita e impactada por atividade agrícola.  
Foto: do autor, 1997.

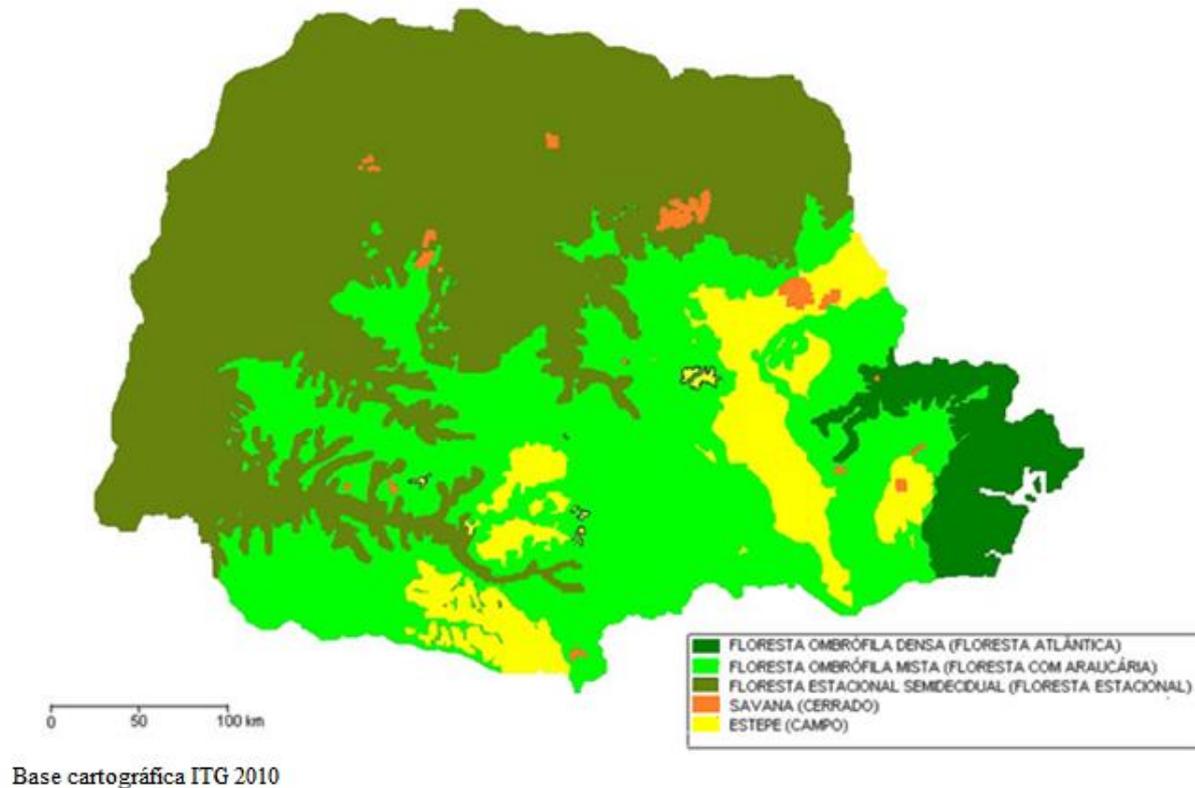
Conforme podemos observar, o clima contribui para a formação de solos, características hidrológicas, fitogeográficas e auxilia no modelado de relevo, além de influenciar nas atividades agropecuárias e no modo de vida das pessoas.

A vegetação é responsável pelo equilíbrio ecológico da região e ainda contribui para a proteção do solo.

Pode-se afirmar que a fitogeografia local tem suas origens ao final da última glaciação pleistocênica, há 10.000 anos, quando surge a mata de ***Araucarie*** e ***Palmaceas*** (MAACK, 1968), que passa a ser denominada de “Floresta Ombrófila Mista”, caracterizada pela presença da espécie *Araucária angustifolia* BIGARELLA (1994).

Deve-se ressaltar, que as matas de *Araucária* não existem mais na área do município, devido a exploração madeireira. Porém, ainda existem pequenas manchas na área do terceiro planalto.

## MAPA FITOGEOGRÁFICO DO PARANÁ



O sistema fitogeográfico municipal é composto das seguintes formações vegetais:

**Floresta Estacional Semidecidual:** Encontrada abaixo da cota altimétrica de 450m, sendo esta, a mais comum na região. A vegetação é caracterizada por árvores que perdem suas folhas no inverno ou em períodos de seca.



*Área preparada para plantio, preservando uma faixa da Floresta Estacional Semidecidual. Ao fundo dique basáltico. Foto do auto, 1998*



Associação Floresta Estacional Semidecidual, matas de galeria e campos limpos. Foto do autor, 1998

No Município, a Floresta Estacional Semidecidual é composta pelos exemplares mais comuns que são: palmito, peroba, alecrim, arariba, pau-marfim, contendo ainda: bromélias e orquídeas.

**Savana gramíneo lenhosa ou Campos sujos:** Constituem e formam as matas de galeria e capão. Principais representantes: vassourinha, carqueja, caragatá e carrapichinho.



Savana gramíneo lenhosa. Foto do autor, 1998

**Várzea:** São campinas cultivadas, localizam-se em terrenos baixos e planos, margeando os rios.



Várzea – Rio Tormenta. Ao fundo, associação Mata de Várzea e Floresta Estacional Semidecidual. Foto do autor: 1998

Neste momento, entendemos que os solos, a vegetação, a característica hidrográfica e o tipo climático da região foram produzidos por processos geossistêmicos, que resultaram na formação paisagística da área em estudo, que por sua vez, conformata os ambientes, que são responsáveis pela origem e manutenção dos ecossistemas e biomas.

Com as características geográficas do Município e da região, foi possível aprender que todas as coisas estão interligadas e que os fatores geo-ambientais e/ou geossistêmicos são responsáveis pela construção e/ou destruição, modelagem e remodelagem das feições de relevo, tipo climático, tipos de solos, vegetação, caracterização dos rios e por fim, as especificações dos ecossistemas.

Nos ecossistemas, todos os ambientes estão interligados e interferem, bem como, sofrem interferências nas e das ações e relações humanas, havendo um complexo sistema de integração, inter-relação e relação entre a sociedade/sociedade e a natureza. Tais conjuntos e os entrelaçamentos destes, originam sistemas e desencadeiam os processos de criação do território local, municipal, estadual, federal, formando em suas esferas micro territórios e/ou, território dentro de um território já existente ou pré-estabelecido. Que por sua vez, são construídos por aspectos culturais (religião, expressão artística, maneira de se vestir, moda, ordens doutrinárias, ordens anarquistas, e vários outros componentes e aspectos que formam e representam a cultura), econômicos e políticos. E estes, são responsáveis pelo desencadeamento de novos ambientes, graças a modificações na paisagem, que podem ser benéficas ou não ao planeta, seres vivos e aos próprios seres humanos.

As modificações paisagísticas ocorrem, tanto nas esferas urbanas (cidades, vilas, e outros), rurais (porção do espaço terrestre utilizado para habitação, atividades agropecuárias, exploratórias e agroindustriais) e naturais não antropofizada (até o momento de intervenção humana).

PARELLADA (2013), retrata a alteração paisagística em seu artigo:

ARQUEOLOGIA DO VALE DO RIO PIQUIRI, PARANÁ: PAISAGENS,  
MEMÓRIAS E TRANSFORMAÇÕES

Claudia Inês Parellada  
Museu Paranaense, Dra.

### **Resumo**

O vale do rio Piquiri corta o centro-oeste do Paraná e foi ocupada, segundo os dados já conhecidos, a partir de dez mil anos atrás por diferentes populações, abrangendo caçadores-coletores, ceramistas e agricultores, conquistadores e colonizadores europeus, entre outros. Pesquisas desenvolvidas de 2008 a 2012 identificaram paisagens transformadas, e os artefatos encontrados, as imagens e a tradição oral documentada somam-se para ampliar a compreensão da arqueologia da região.

**Palavras-chave:** Arqueologia do Paraná, Rio Piquiri, Arqueologia da Paisagem

Ao se entender a importância dos relatos até o momento descritos, pode-se adentrar nas questões históricas do Município. Iniciando, assim, o novo capítulo, este denominado de...

## HISTÓRIA DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

Pode-se dividir o acompanhamento da evolução humana em duas partes, sendo a primeira fase denominada de pré-história, que registra os acontecimentos sociais e individuais de nossos antepassados, sendo estes identificados por vestígios de antigas civilizações, ou locais abandonados, representados e conhecidos como sítios arqueológicos.

Os sítios arqueológicos trazem muita informação sobre a vida das pessoas que viviam entre 3.000 e 11.000 anos, relatando ainda, as características ambientais, geográficas, sociais e culturais naquele tempo.

Graças ao trabalho de campo (1997), foi possível encontrar artefatos indígenas, próximo ao Rio Iguazu, localidade de Barra Bonita – Sítio do Ambrósio e pôde-se registrar pontas de projéteis e lâmina de machado. Estes foram talhados com técnica padronizada, que os arqueólogos denominam de tradição (modo como estas peças foram manufaturadas), sendo estas pertencentes a tradição **UMBU** (pré-cerâmica). A principal característica desta tradição, evidencia-se pela presença de pontas de flechas e uma indústria lítica com lascas retocadas (preparação de uma borda ou modificação das formas das lascas, sendo feita mais de uma vez).

O lascamento por pressão foi amplamente utilizado na confecção de tais artefatos, podendo inferir que estes achados pertençam a fase **BITURUNA**, classificado pelo autor, embasado nos estudos de Igor CHMYZ (1968). Deve-se ressaltar, que nos trabalhos de PARELLADA (1999), a fase Bituruna é considerada como tradição. Logo, está em desuso o termo/denominação fase.

Sendo assim, recorre-se aos trabalhos de PARELLADA (2013), que em seu artigo registra: (...) A tradição Bituruna é representada por sítios com grandes pontas de projéteis pedunculadas e foliáceas, além de grande variedade de raspadores, elaborados sobre lascas, micro lascas e lâminas, geralmente a metade em silexito.

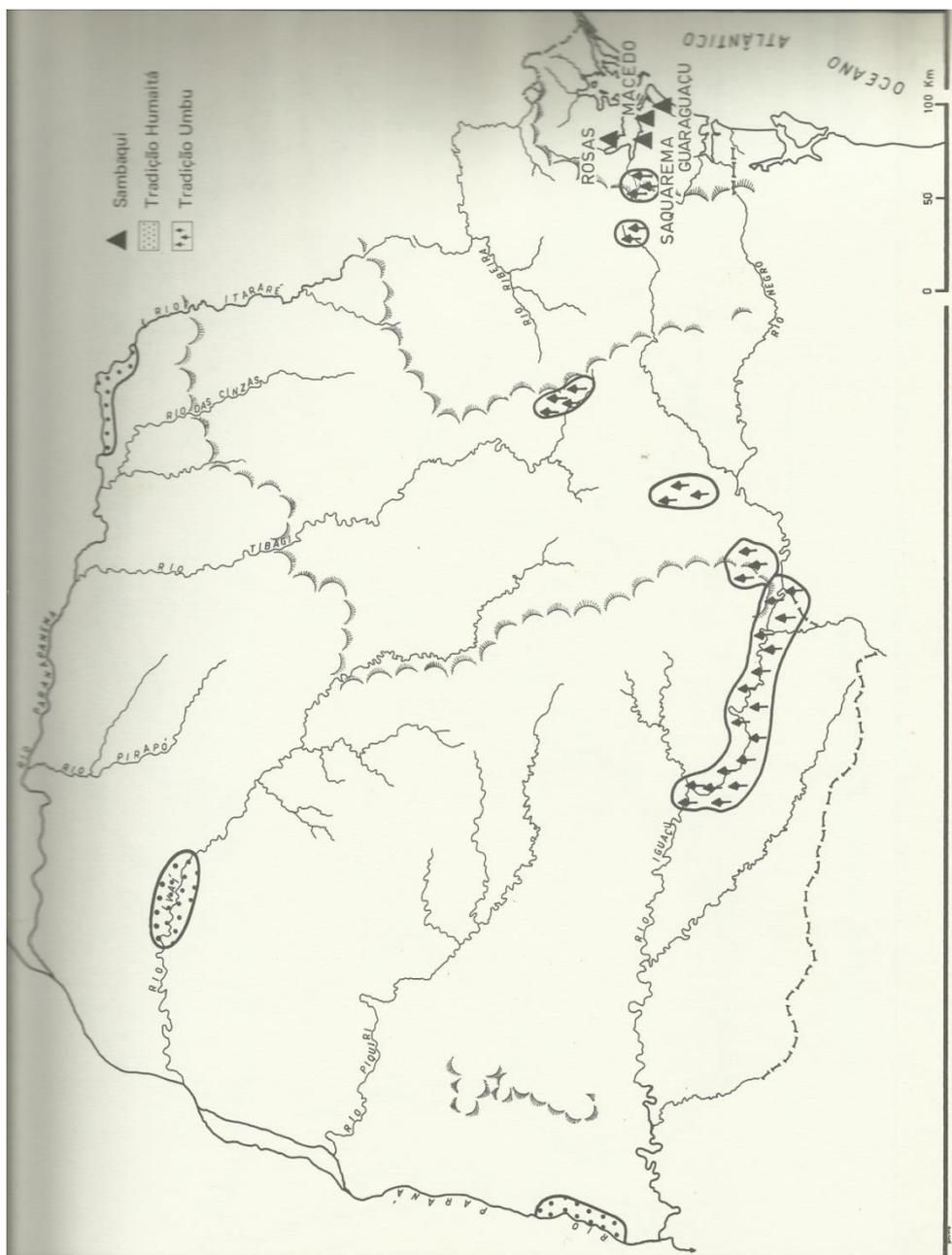
(...) A Tradição Umbu compreende os sítios pré-cerâmicos caracterizados, principalmente, pela grande presença de pontas de projéteis (KERN, 1981; SCHMITZ, 1984). A ocupação destas populações foi tanto em abrigos, sempre que os mesmos estivessem naturalmente disponíveis, como a céu aberto. Existem sítios multifuncionais com reocupação relativamente frequente, sendo alguns, somente estações de caça SCHMITZ, (1991). Geralmente estão localizados próximos a arroios, rios, banhados ou lagoas. No Paraná ocorrem também nos vales dos altos rios Iguazu, Tibagi, Ivaí, Ribeira, e litoral.

Os artefatos líticos típicos seriam pontas de projétil pedunculadas, triangulares, foliáceas, de formas e dimensões variadas, lascas, raspadores, furadores e percutores, aparecendo ainda talhadores, buris, grandes bifaces, lâminas polidas de machado, polidores e picões SCHMITZ, (1984).

Trata-se de uma indústria sobre lascas, onde a matéria-prima mais utilizada é o riolito, seguido pelo silexito, basalto, arenito silicificado e quartzo cristal. As pontas de projéteis evidenciam retoques por pressão, sendo que estes retoques também aparecem em raspadores e facas. Ainda ocorrem furadores, bifaces, talhadores e plainas, além de grande quantidade de microlascas (...).

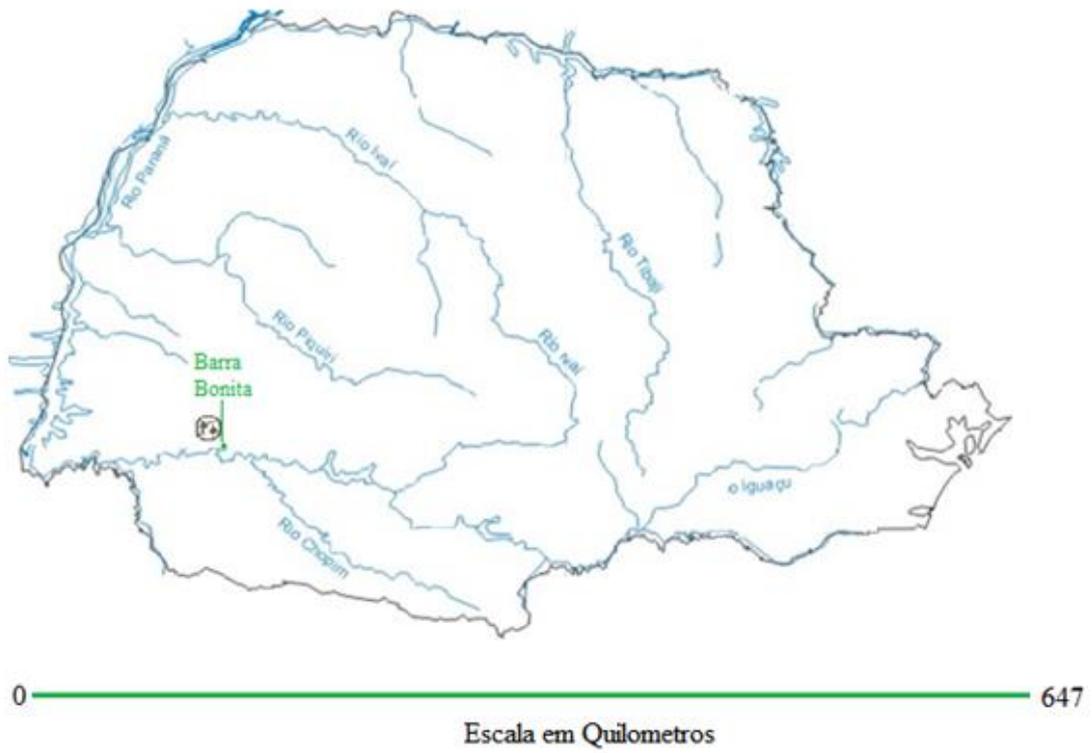
Embasado nestas informações, caracteriza-se, estes achados, como sendo Tradição Umbu.

Não foi possível datar estas peças, pois foram encontradas espalhadas sobre o solo e não havia marcadores confiáveis (vegetais, pólen, carvão, ou qualquer outro material para tal intenção). Porém, CARDOSO & WESTPHALEN (1986), registram a Tradição Umbu em 2.500 e inferindo até 7.500 anos, embasados nas pesquisas de Igor CHMYZ (1976) :



## LOCALIZAÇÃO DOS ACHADOS

Base cartográfica ITG - 2010



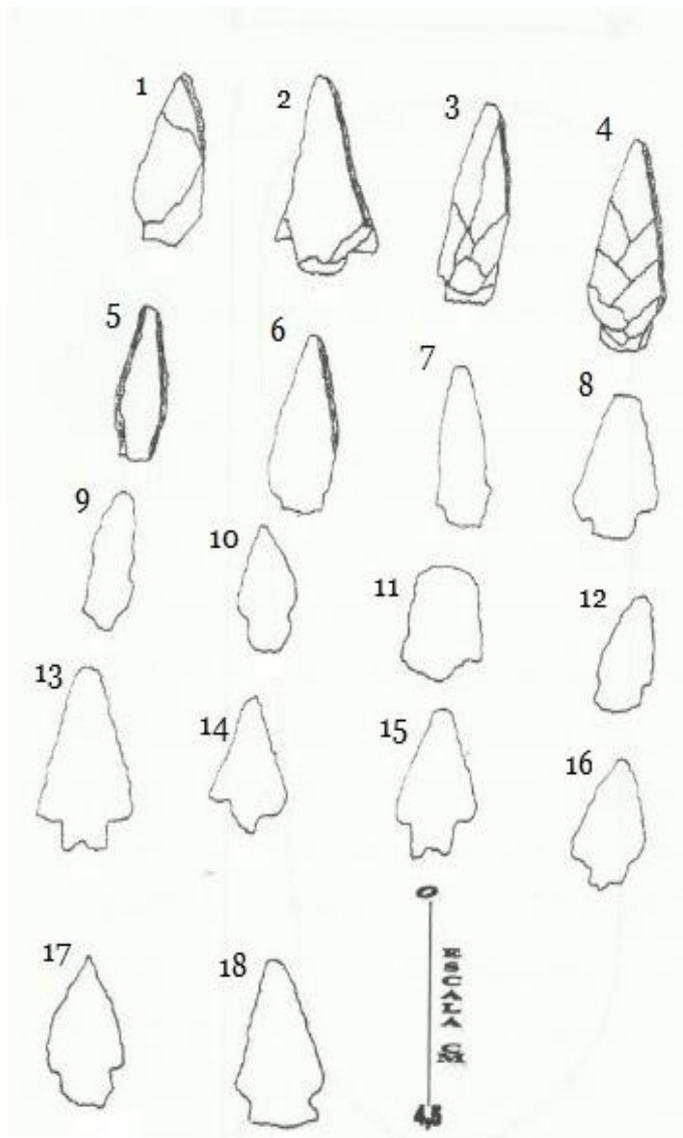
Localização dos achados: Base cartográfica  
ITG-2010, confecção Valéria e Denise Nitsche

As pontas de projéteis e a lâmina polida de machado, possuem as seguintes características:



Artefatos indígenas. Foto do autor, 1997.

INDÚSTRIA LÍTICA – TRADIÇÃO UMBU  
CLASSIFICAÇÃO E DESENHO DO AUTOR

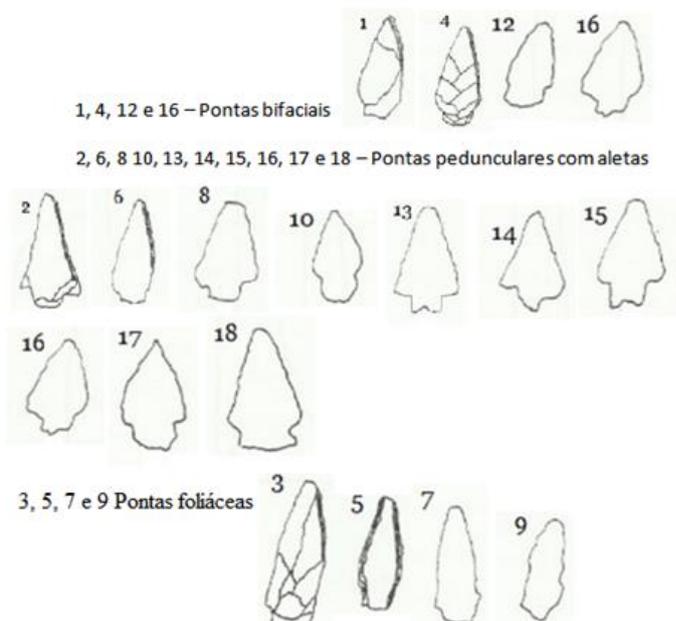
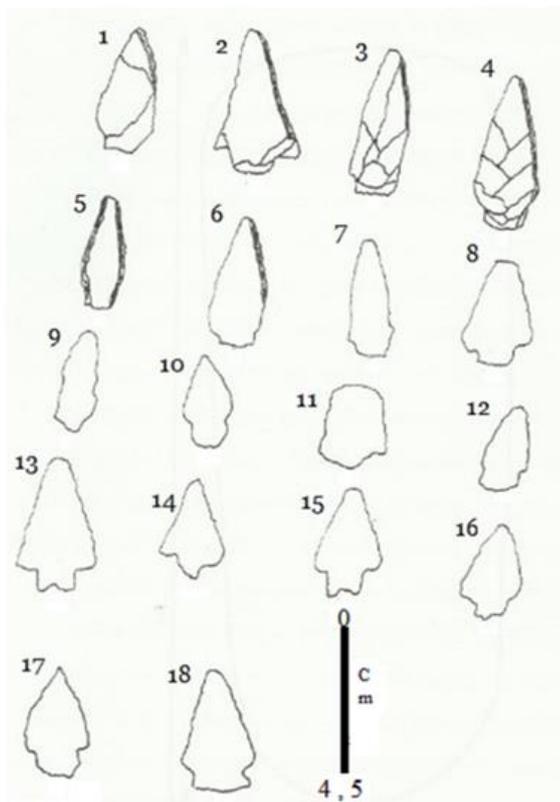


Características das pontas de flechas. (1,4,12 e 16 pontas bifaciais – 2,6,8,10,13,14,15,16,17 e 18 pedunculares com aletas – 3,5,7 e 9 pontas foliáceas). OBS: Não segue a ordem da fotografia. A escala é definida pelo corte vertical da maior ponta/projétil. As pontas de n. 2 e 13 são confeccionadas em basalto, sendo que a 2 possui base de quartzo leitoso. As pontas 7, 10 e 16 são de quartzo cristal-branco. As demais, são trabalhadas em quartzo leitoso.

## PONTAS DE PROJÉTEIS

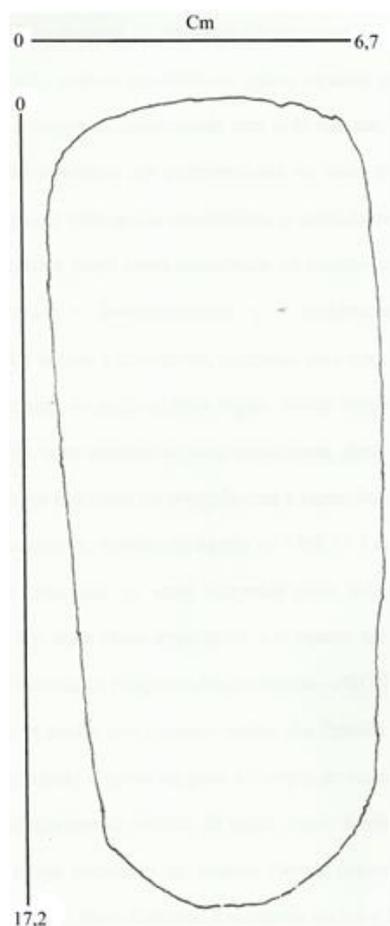
As pontas de n. 2 (base de quartzo cristal) e 13 são confeccionadas em basalto, as pontas 7, 10 e 16 são de quartzo cristal-branco. As demais, são trabalhadas em quartzo leitoso.

### INDÚSTRIA LÍTICA – TRADIÇÃO UMBU (classificação e desenho do autor)



Desenho – características e perfil das pontas de projéteis.

## LÂMINA DE MACHADO – FORJADO EM ARENITO



Desenho/perfil e foto da lâmina de machado.

Estes artefatos por si só, não possibilitam caracterizar ou definir a que povo pertenceu.

Os indígenas pertencentes a esta tradição eram coletores e caçadores, caracterizados devido ao seu modo de vida e suas relações com a natureza.

Os pré-ceramistas associados a Tradição Umbu utilizavam-se de três tipos de habitação: a céu aberto; em abrigos-sob-rocha; e nos dois últimos milênios, aterros artificiais em áreas alagadiças NOELLI (1999 – 2000).

É importante mencionar que este material descrito caracteriza um ponto de caça (local de espera – tocaia), devido a falta de fogueira, aterro artificial, rocha matriz/fábrica e vestígios que indicassem acampamento ou qualquer feição/característica de estadia prolongada.

A bibliografia etno-histórica consultada demonstra que o Rio Iguazu desempenhou importante função como passadouro ou fixador de grupos humanos, facilitando o desenvolvimento e o surgimento de núcleos habitacionais, com atividades sociais que envolviam

o comércio, relações artísticas, linguagem, modo de cultivo da terra, domesticação de animais, construções de habitação e várias outras influências e interferências culturais, que relatam as aventuras humanas após o advento da escrita. Iniciando assim, a segunda fase denominada de **história**.

A região de Três Barras do Paraná foi intensamente percorrida por expedições exploratórias, tanto espanholas como portuguesas, desde meado do Século XVII. Graças a este fato, a hegemonia dos grupos indígenas foi interrompida com a expansão do povoamento em direção do campos de Guarapuava, quando D. Luiz Antônio Botelho Mourão, foi enviado para conquistar as áreas ocupadas pelos nativos da terra (indígenas), encerrando sua campanha em 1774. Sendo que em 1820, após várias expedições, a conquista dos campos gerais era uma realidade (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA, 1970).

Conforme pesquisa de campo, a região foi ponto de parada dos tropeiros originários dos Estados: Rio Grande do Sul e Santa Catarina, objetivando a venda de gado e mercadorias trazidas da Argentina. Esses tropeiros, divulgavam as notícias de terras, conseqüentemente, fundava-se vilarejos. E foi assim, que a porção do espaço terrestre, onde se encontra Três Barras do Paraná (atualmente), foi ocupada por pessoas vindas de outros Estados, tais como: Espírito Santo, Bahia, São Paulo e Mato Grosso.

É importante observar que a ocupação de uma porção do Planeta Terra, não significa a criação de espaço. Logo; a sociedade não criou este espaço. O que ocorre após o estabelecimento de um aglomerado de pessoas em uma determinada área, é a constituição e a formação territorial, que se dá, através das características culturais, políticas, econômicas e religiosas de cada povo e/ou indivíduo controlador, que por sua vez, será defendida por seus donos e/ou moradores, pelos governos internos (donos dos territórios da porção territorial que determina os limites do país), conforme se poderá acompanhar no decorrer desta história:

Embasando-se nos estudos de FERREIRA (1996) e CARDOSO & WESTPHALEN (1986, p.62 e 63), em nosso Estado, ocorreram várias intervenções políticas para elaboração e estabelecimento de concessões de terras. Porém, as que conotam maior importância para a história de fundação do Município de Três Barras do Paraná, se estabelecem nos períodos de:

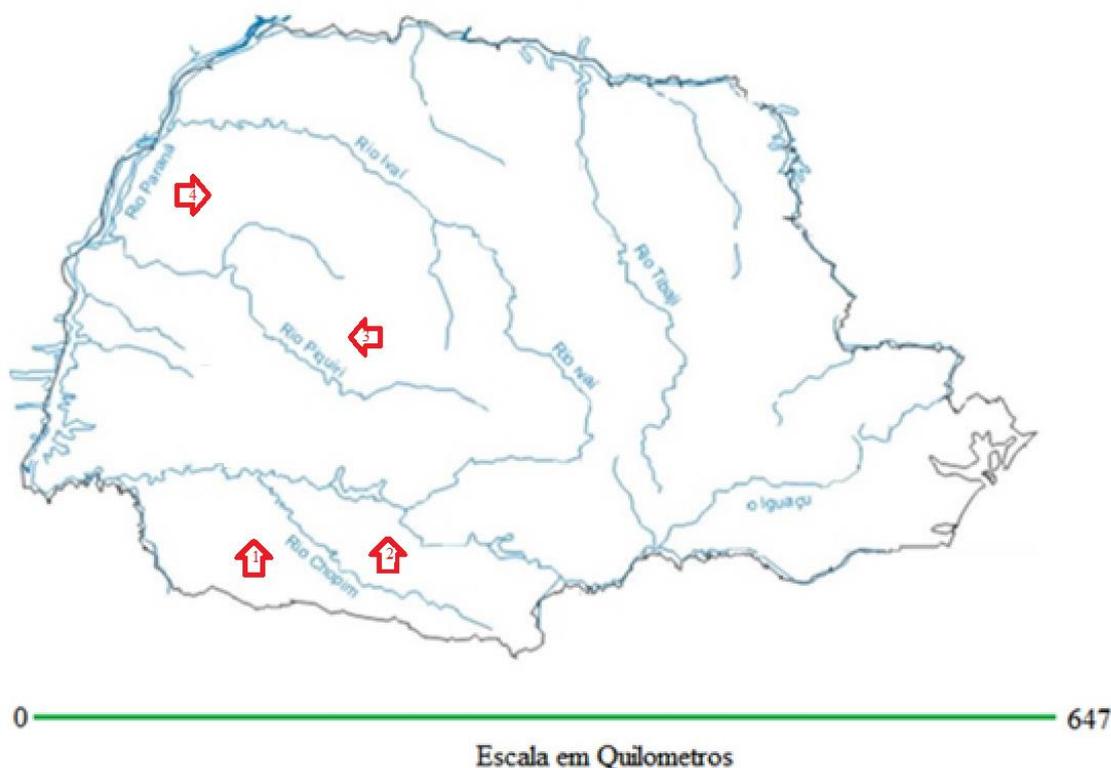
**Entre 1900 a 1920**, houve concessão de terras, realizadas na conjuntura da Primeira República, pelo Governo do Estado do Paraná, a partir da lei de terras de 1892. As leis estaduais n. 1.147/12 e n. 1642/16 possibilitaram a concessão de áreas de 50.000 hectares para o estabelecimento de colônias nacionais e estrangeiras, promovendo mudanças latifundiárias em todo o Estado e entrou em vigor as seguintes concessões:

- Manuel José da Costa Lisboa, sendo procurador de: Domingos Barthe, para compra de 50.000 hectares de terras destinados a acomodação de imigrantes e para fins industriais em **Guarapuava**, no ano de 1901.
- Lei Estadual n. 610/05, estabelece concessão de terras devolutas para a venda ao Sr. Jorge Schimelpfeng, para colonização e fundação de uma povoação ligada por **estrada ao Rio Paraná**.
- Para Nuñez y Gibaja; concessão de 50.000 hectares, em 1905.
- Concessão de 1907, para Companhia Madeireiras del Alto Paraná, 251.000 hectares.
- Concessão de 1918, à Miguel Matte 50.000 hectares.
- Concessão de 1920, estabelece 50.000 hectares à Julio Allica.

No período de 1920 a 1924, O Estado do Paraná realiza concessões de terras com valores abaixo do mercado, iniciando o povoamento do norte paranaense, tendo como seus povoadores: paulistas, mineiros e nordestinos, além de imigrantes japoneses.

Em 1924, durante o período revolucionário, revela-se a miséria e exploração existente no sudoeste e oeste do Paraná, graças a passagem da coluna Prestes, que registrou as atividades das companhias que extraíam erva-mate e madeira de forma depredatória. CARDOSO & WESTPHALEN (1986, p.64)

Neste mesmo período, ocorre a corrente povoadora vinda do sul do País, formada por agricultores de origem alemã e italiana, que adentraram na região por Pato Branco (1), infletindo depois pelos vales dos rios Chopim (2), Piquiri (3) e Paraná (4).



Getúlio Vargas, pelo Decreto Lei Federal n. 5.812, de 13 de setembro de 1943, cria o **Território Federal do Iguaçu** que engloba a área de Catanduvas, sendo esta unidade federada. Deve-se ressaltar que o Estado do Paraná perdeu quarenta e sete mil quilômetros quadrados de seu **território** (47.000 Km<sup>2</sup>). Sendo que em 18 de setembro de 1946, durante o governo do General Presidente Eurico Gaspar Dutra, o Território do Iguaçu é extinto, voltando a ser território paranaense, iniciando assim, a colonização definitiva do oeste. (PMTBPr, 1995).

Conforme pesquisa de campo (entrevista com os moradores mais antigos) e pesquisa bibliográfica (FERREIRA, 1996), (PMTBPr, 1995) a história de Três Barras do Paraná, está intimamente ligada a Catanduvas (Pr), sendo seus pioneiros as famílias Lacerda, Krammer, Pureza e Rodrigues da Cunha.

Três Barras do Paraná ainda não existia, a área era conhecida como Encruzo, sendo que em 1966, tornou-se distrito administrativo de Catanduvas. Que ao se decretar a Lei Estadual nº 7305, em 13 de maio de 1980, sancionada pelo governador Ney Braga, passa a ser

considerada município e desmembrada do Município de Catanduvas, reconhecida oficialmente em 01 de fevereiro de 1983. Passando a ser reconhecida/instalação oficial como Município de Três Barras do Paraná. Por este motivo, este Município possui duas datas de fundação.

Porém, deve-se ressaltar que em 1930, Tiburcio da Silva e seu filho Valdivino da Silva, encontraram três nascentes, localizada na Vila Alta, próxima a pedreira e a ponte na entrada da cidade, vindo de Curitiba. Sendo que uma destas nascentes, não existe mais, devido a construção da Rua Mato Grosso, formando um canal fluvial de segunda ordem. Este fato, fez com que Tiburcio batizasse o local como Três Barras. Mas tal nomeação, pode ter outro motivo, de ser natural de Três Barras – Santa Catarina. (Fonte: Pesquisa de campo – saturação reincidente).

Este personagem histórico, ainda construiu um cemitério próximo ao encontro das sangas, onde sepultou amigos e parentes, além de crianças que não resistiram as doenças, que hoje consideramos insignificantes, como: diarreia, gripe, varíola e sarampo.

Atualmente (2000), existem três distritos administrativos, sendo: Distrito de St' Izidoro, criado pela Lei Municipal 038/77 de 06 de dezembro de 1977, até este momento, era considerado Distrito de Catanduvas. Distrito de Alto Alegre, criado pela Lei Municipal 060/84, de 05 de outubro de 1984. E o Distrito de Barra Bonita, constituído pela Lei Municipal 065/84, de 09 de outubro de 1984.

Conforme documentação e entrevistas com antigos moradores, pode-se afirmar que os primeiros moradores teriam sido: Doralino Pedroso, Pedro Silvério, João Ramos, João Lautério e Eugênio Santana. Sendo que todos moravam próximos as nascentes, pontuando o Rio Três Barras como o principal foco colonizador da região e/ou se preferir, do território tri-barrense.

As condições precárias das vias de acesso, falta de estradas pavimentadas, enfim, a falta de infraestrutura, dificultava a permanência das pessoas no local.

O Rio Iguçu, sempre foi um obstáculo, tendo como meio de travessia uma balsa de madeira, movida por remos de quatro metros, meio precário de transporte, que ocasionou vários naufrágios, como no ano de 1960, relatado pelo Sr. Eugênio Santana, que estava abordo da balsa, com mais quatro pessoas e dois cavalos. Sendo que o mesmo, salvou um garoto de 12 anos e perdeu um cavalo, todos os mantimentos e os remédios. Ainda, embasado em entrevistas locais, foi possível descobrir a ocorrência de mais um naufrágio, este no dia 19 de setembro de 1973.



Balsa de remo usada no Rio Iguaçu. Fonte: Internet, 2010

Com estes relatos, torna-se possível observar a precariedade dos transportes e suas implicações ao se efetuar transações comerciais e fluxos de mobilidade social. As estradas eram inadequadas e ineficientes, impedindo o desenvolvimento econômico desta região, bem como, do Estado em si.

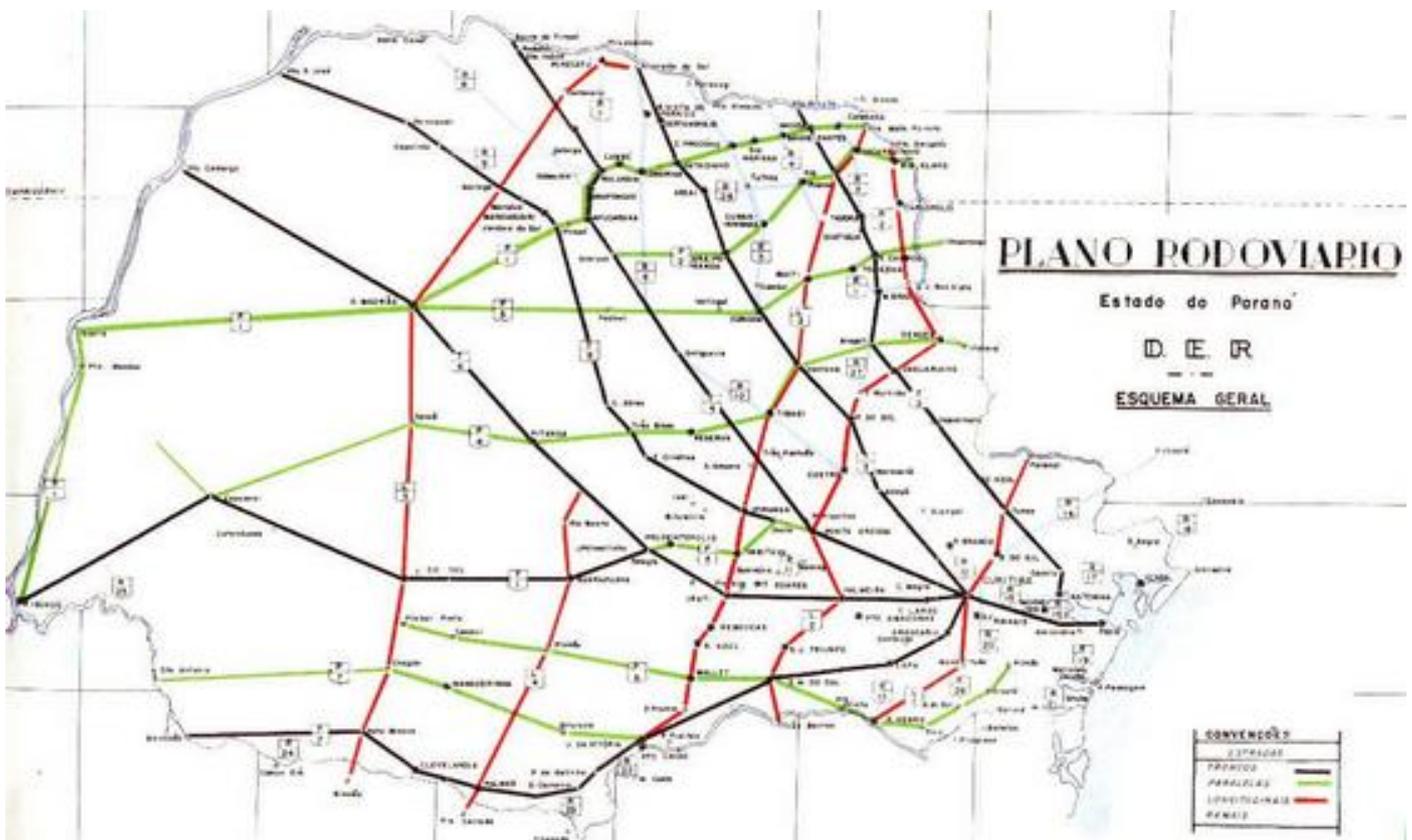
Ao tomar conhecimento deste fato, reúne-se na sala das sessões do Edifício Garcês, no 5º andar, na cidade de Curitiba, em 02 de março de 1951, o Conselho Rodoviário, com a presença dos conselheiros: Felizardo G. Costa, Alberto P. Miranda, Eunilo Corrêia, Pedro Viriato parigot de Souza e Luiz Carlos Tourinho, com a finalidade de solucionar e analisar as etapas do Plano Quinquenal e Planos de obras para 1951. Através do Decreto Lei n. 2188 o Plano Rodoviário do Estado do Paraná é elaborado pelo Departamento de Estradas e Rodagem (DER) e aprovado pelo Conselho rodoviário, em resolução de 05 de julho de 1951, inicia-se a construção das vias de acesso TOURINHO (1976, p.327), denominadas ou classificadas como:

Troncos: do litoral para o interior \_\_\_\_\_

Paralelas: do leste para oeste \_\_\_\_\_

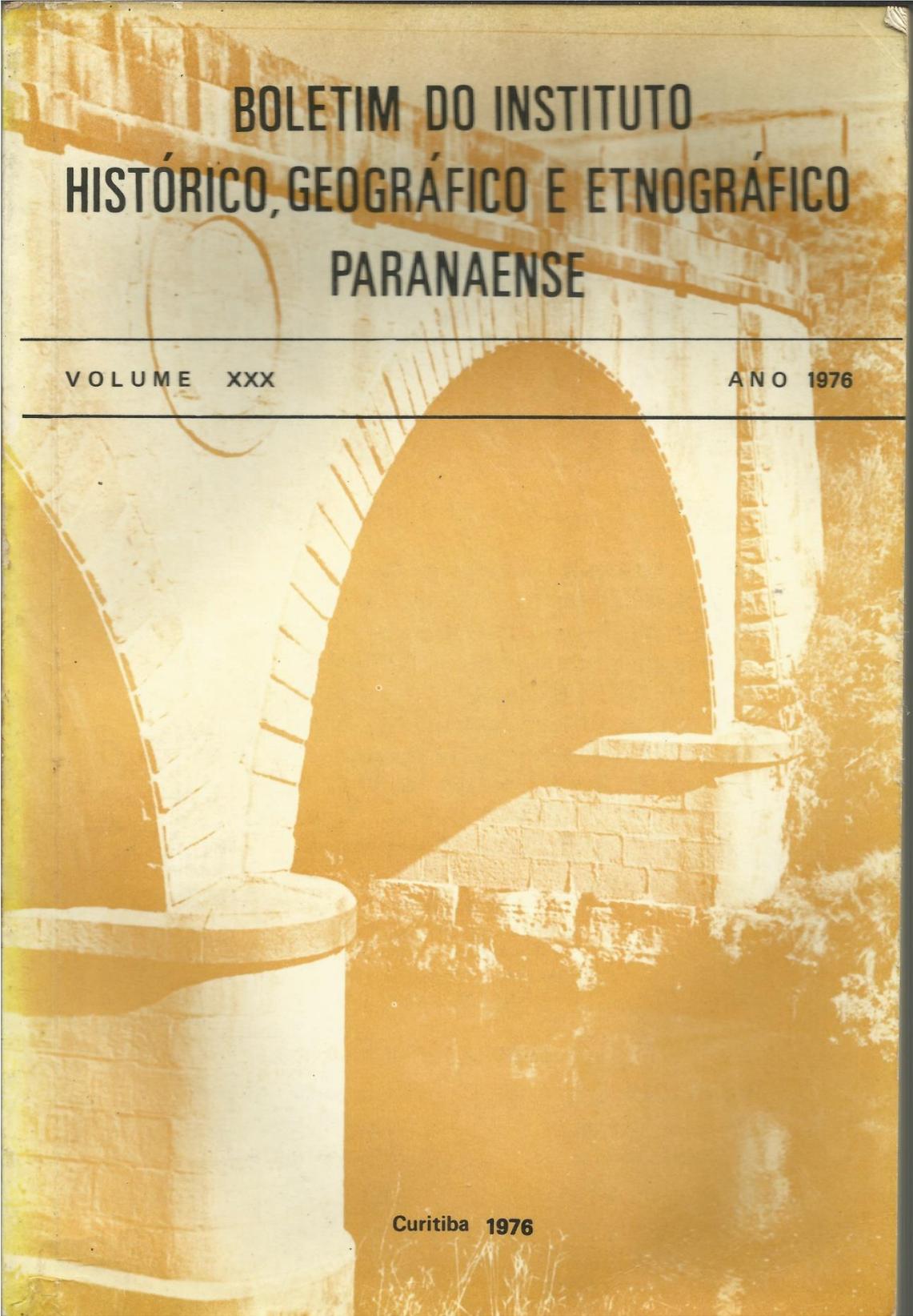
Longitudinais: norte para sul \_\_\_\_\_

Ramais: ponto inicial da rodovia principal \_\_\_\_\_



Plano Rodoviário de 1951. Fonte: DER. In:  
TOURINHO, p.356

Este plano foi elaborado apoiando-se em dois sistemas: 1) Rígido ou indeformável e 2) Variável ou adaptável, conforme é esclarecido pelo próprio Sr. TOURINHO (1976, p.346 a 355) – (apresentado aqui como memorial e preservação do documento histórico):



**BOLETIM DO INSTITUTO  
HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO  
PARANAENSE**

---

VOLUME XXX

ANO 1976

---

Curitiba 1976

## ÍNDICE

<b>NOSSA CAPA – Um Século da Ponte Sobre o Rio dos Papagaios</b>	<b>03</b>
<b>(Luiz Carlos Pereira Tourinho)</b>	
<b>Apontamentos Históricos de União da Vitória. ....</b>	<b>09</b>
<b>(José Júlio Cleto da Silva)</b>	
<b>A Escolha do Melhor Caminho para o Oeste. ....</b>	<b>229</b>
<b>(Oswaldo Pilotto)</b>	
<b>As Condições do Setor Agrário Exportador do Paraná na Década de 1930 .....</b>	<b>241</b>
<b>(Profª Marisa Correia de Oliveira)</b>	
<b>Pesquisas Arqueológicas no Estado do Paraná – Ano de 1957 – Síntese .....</b>	<b>253</b>
<b>(Waldomiro Bley Júnior)</b>	
<b>Crônica Social do Século Passado. ....</b>	<b>269</b>
<b>(Dezenove de Dezembro)</b>	
<b>As Três Figuras mais Discutidas da História do Brasil. ....</b>	<b>273</b>
<b>(Davi Carneiro)</b>	
<b>Relatório do Estado Sanitário da Província no Ano de 1879 .....</b>	<b>309</b>
<b>(Dr. Leocádio José Correia)</b>	
<b>Um Quarto de Século do Plano Rodoviário do Paraná (1951-1976) .....</b>	<b>327</b>
<b>(Luiz Carlos Pereira Tourinho)</b>	
<b>Registro Bibliográfico .....</b>	<b>357</b>
<b>(Edilberto Trevisan)</b>	

comunicação, não só da capital com o interior, mas também do Estado com o restante do país.

As primeiras seriam resolvidas com um sistema de radiais, que partindo de Curitiba alcançassem os pontos extremos do Estado: as barrancas dos rios Paraná, Paranapanema e Barracão, sobre o divisor Iguaçu-Uruguaí. Aliás, a situação em que se encontra Curitiba, à entrada das melhores gargantas de comunicação com o litoral, vem facilitar a solução, confundindo num só sistema os troncos de exportação com as radiais de penetração do sertão. Seriam, ao outro lado, rodovias de grande importância militar, cuja construção tem interessado o Exército, de longo tempo.

As segundas, ligações entre o norte e o sul do país através do nosso território, poderão ser feitas através de longitudinais que, ao mesmo tempo, servirão à penetração e ao já falado intercâmbio com São Paulo.

## O PLANO RODOVIÁRIO

1 — Do exposto na MEMÓRIA JUSTIFICATIVA conclue-se que o PLANO RODOVIÁRIO deverá prever a existência das seguintes linhas de comunicações:

- a) — que facilitem o escoamento da produção pelos portos de Paranaguá e Antonina;
- b) — que permitam melhor intercâmbio entre São Paulo e Paraná;
- c) — que estabeleçam a ligação do norte com o sul do país através do nosso território;
- d) — que auxiliem a penetração no sertão.

Para preencher tais finalidades, estabelecemos:

1º — **LINHAS TRONCOS** — de preferência montadas sobre os grandes divisores e orientadas no sentido do litoral, destinadas ao escoamento da produção pelos nossos principais portos;

2º — **LINHAS PARALELAS** — acompanhando aproximadamente a orientação dos paralelos e em condições de facilitar o intercâmbio com São Paulo e a penetração no nosso território;

3º — **LINHAS LONGITUDINAIS** — acompanhando aproximadamente a orientação dos meridianos, em condições de estabelecer a ligação norte-sul do país, facilitar o intercâmbio com São Paulo e a penetração do interior.

Um sistema assim montado preenche as condições que estipulamos na Memória justificativa, não somente quanto aos objetivos a atingir, mas também no que toca à clareza, à simplicidade e à exequibilidade do Plano. Sob outro aspecto, entretanto,

torna-se um sistema rígido, indeformável, e, por conseguinte, não satisfaz à condição de flexibilidade, que julgamos indispensável. Para satisfazer a mais essa condição, sem a qual o Plano não estará em condições de resistir aos ataques do tempo, às injunções de ordem política a que todos os governos ficam sujeitos, ou aos imprevistos, mormente numa terra onde as cidades costumam brotar da noite para o dia, é aconselhável sobrepor ao sistema rígido de TRONCOS, PARALELAS e LONGITUDINAIS, um sistema variável, ou melhor, adaptável. Daí elaborarmos o PLANO RODOVIÁRIO apoiado sobre dois sistemas.

1º – SISTEMA RÍGIDO OU INDEFORMÁVEL – compreendendo os TRONCOS, as PARALELAS e as LONGITUDINAIS;

2º – SISTEMA VARIÁVEL OU ADAPTÁVEL – compreendendo os RAMAIS – rodovias que se situam entre pontos importantes de outras rodovias do sistema rígido ou que apenas têm origem numa rodovia sem atingir outra e cujo número vai sendo aumentado de acôrdo com as necessidades econômicas, políticas e administrativas de várias regiões do Estado.

2 – Na elaboração do presente PLANO FORAM AINDA LEVADAS EM CONTA AS SEGUINTEs CONSIDERAÇÕES:

1ª – O entrosamento com as linhas do PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL, que cruzam o território paranaense, a saber: BR-2, BR-14, BR-35, BR-75 e BR-59.

2ª – As ligações inter-estaduais já estipuladas em planos anteriores, assim discriminadas:

Como São Paulo:

- a) Porecatú-Pirapósinho.
- b) Cambará-Salto Grande.
- c) Bocaiuva do Sul-Juquiá.
- d) Cacatú-Cananéa.

Com Santa Catarina:

- a) Passo da Galinha-Matos Costa.
- b) General Carneiro-Chapada.
- c) Palmas-Ponte Serrada.
- d) Pato Branco-Rincão.
- e) P-7-Campo Erê.

3ª – Aproveitar, na medida do possível, as estradas já existentes, em construção e em estudos.

4ª – Designar cada rodovia por uma sequência de pontos nos seguintes sentidos:

- a) – TRONCOS – do mar para o interior.
- b) – PARALELAS – do leste para oeste.
- c) – LONGITUDINAIS – do norte para o sul.
- d) – RAMAIS – ponto inicial na rodovia principal.

5ª – Codificá-las como se segue:

- a) – TRANCOS – T.
- b) – PARALELAS – P.
- c) – LONGITUDINAIS – L.
- d) – RAMAIS – R.

A numeração das rodovias será feita em algarismos arábicos (T-1, T-2. . etc.), da seguinte forma:

- a) – TRANCOS – sentido contrário aos ponteiros do relógio, tendo como origem a primeira rodovia tronco de leste, exceção feita da T-1, designação dada à Paranaguá-Fóz do Iguaçu, espinha dorsal do sistema paranaense;
- b) – PARALELAS – do norte para o sul;
- c) – LONGITUDINAIS – de leste para oeste;
- d) – RAMAIS – à proporção que forem sendo necessários.

A cada trecho, entre dois pontos importantes de cada rodovia, corresponderá uma letra minúscula do alfabeto, por exemplo:

T-1a – Tronco um, Trecho Paranaguá–Curitiba.

T-1b – Tronco um, Trecho Curitiba–Campo Largo, etc.

As condições técnicas de cada rodovia terão as seguintes identificações:

E – Classe especial.

1 – 1ª classe.

2 – 2ª classe.

3 – 3ª – classe.

Por exemplo:

P-3e2 – Paralela três, trecho Curiúva-Natinguí, 2ª classe, etc.

6ª – Os pontos de passagem principais indicados para todas as rodovias deste PLANO, ainda não construídas, não visam fixar, desde já, os traçados no sentido técnico, dessas estradas, mas apenas constituir indicações gerais de largas faixas diretrizes de linhas troncos. Os estudos a serem procedidos oportunamente, fixarão em definitivo, os verdadeiros traçados das linhas do presente PLANO.

## – II –

1 – O sistema de TRANCOS compreende SETE GRANDES RODOVIAS, a saber:

T-1 – Paranaguá-Fóz do Iguaçu.

T-2 – Antonina-Pôrto Bráulio.

T-3 – Curitiba-Alyorada do Sul.

T-4 – Curitiba-Barra do Pirapó.

T-5 – Uvaia-Pôrto São José.

T-6 — Relógio-Pôrto Camargo.

T-7 — Curitiba-Pato Branco.

T-1 = BR-35 — É a espinha dorsal do sistema rodoviário paranaense e justa aspiração do nosso povo desde os tempos do segundo reinado. Faz parte do PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL com a designação de TRANSVERSAL DO PARANÁ. Muito conhecida também por “ESTRADA DO PARALELO”, porque os seus pontos principais de passagem estão situados aproximadamente à mesma latitude, como se verifica do quadro abaixo:

Localidade	Latitude	Altitude
Paranaguá	25° 31' 18"	5 m.
Curitiba	25° 25' 04"	908 m.
Campo Largo	25° 25' 25"	955 m.
Palmeira	25° 25' 44"	864 m.
Iratí	25° 27' 45"	812 m.
Relógio	25° 27' 20"	730 m.
Guarapuava	25° 23' 36"	1095 m.
Laranjeiras		
Foz do Iguaçu	25° 33' 00"	80 m.

Partindo da velha cidade de Paranaguá, que hoje vai se remoçando com o vulto da exportação de café, percorre a planície litorânea até o Anhaia, em altitude que varia de 5 a 10 metros acima do nível do mar; no Anhaia começa praticamente a galgar a muralha da Serra do Mar até alcançar a garganta do Itupava, a 900 metros de altitude, atingindo Curitiba, sobre o planalto, no quilômetro 100. Este trecho (T-1aE) tem condições técnicas especiais, devendo a porção que atravessa a Serra do Mar ser construída com duas pistas independentes. A construção está sendo financiada pelo Governo do Paraná, de acôrdo com a Lei 105.

Os trechos Curitiba-Campo Largo-Palmeira (T-1b1 e T-1c1), no momento permitem o tráfego em boas condições, não obstante serem rodovias antigas, construídas ainda no império, parte da chamada “ESTRADA DE MATO GROSSO”. Tão logo seja possível, o Departamento voltará suas vistas para os trechos em questão, melhorando-os ou fazendo traçado inteiramente novo, afim de colocá-los em condições de 1ª classe.

O trecho Palmeira-Iratí (T-1d1) foi construído pelo Estado em condições de 1ª classe e de Iratí a Relógio (E-1e1), a construção vai bem adiantada, sendo também financiada pelo Estado. De Relógio a Fóz do Iguaçu a construção está a cargo do C.E.R.-1, estando os trabalhos bem adiantados. Temos fundadas esperanças de que até Dezembro de 1953, em que o Paraná comemora o primeiro centenário de vida emancipada, estejam concluídos os 859 quilômetros da grande rodovia TRANSVERSAL DO PARANÁ.

## Serra da Esperança entre Relógio e Pitanga.

T-7 — Está praticamente permitido trânsito de Curitiba a Pato Branco, ou seja 481 quilômetros. Entre Curitiba e União da Vitória faltam apenas as pontes sobre os rios Iguaçu (em construção), Potinga e Claro (postas em concorrência). Este trecho foi construído pelo Estado, em condições de 1ª classe, reduzindo o percurso entre a capital e aquela cidade, de 311 para 226 quilômetros, ou seja 85 quilômetros! De União da Vitória para oeste, exceção do trecho até Gal. Carneiro, a rodovia foi construída pelo Exército, entre 1926 e 1928, satisfazendo plenamente as necessidades da região. Ficarão faltando, para conclusão desse grande tronco, a construção da variante do Passo da Galinha, e o último trecho, entre Pato Branco e Barracão. É, além de tudo, uma estrada de grande valor militar, visto que percorre a linha seca que divide as águas do Iguaçu e Uruguai, até a fronteira argentina.

2 — O sistema de PARALELAS compreende SETE GRANDES RODOVIAS, a saber:

- P-1 — Melo Peixoto-Foz do Iguaçu
- P-2 — Rio Itararé-Ararua
- P-3 — Rio Itararé-Campo Mourão
- P-4 — Itararé-Porto Mendes
- P-5 — Ponta Grossa-Relógio.
- P-6 — Rincão-Pinhal Preto.
- P-7 — União da Vitória-Santo Antonio.

No ESMQUEMA DE PARALELAS verifica-se perfeitamente a função da P-1, P-2, P-3 e P-4, que é a de facilitar o intercâmbio com São Paulo. Elas percorrem a região produtora de cereais, madeira e a P-4 serve à fábrica de papel de Monte Alegre. A P-6 visa a levantar uma região de colonização antiga, mas em decadência, por falta de vias de transporte — vale do Rio Negro — e estende-se até a futura região situada ao sul de Guarapuava, servindo a Pinhão, Candoí e Pinhal Preto. A P-7, finalmente, tem por objetivo o desenvolvimento econômico do vale do Iguaçu.

Passaremos, em seguida, à descrição sumária das linhas PARALELAS.

P-1 = BR-75 — Faz parte do PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL. Entretanto, dada a necessidade absoluta de sua construção, não foi possível, ao Estado, aguardar verbas federais para atacar tão importante via de comunicação. Entre Cambé e Londrina o movimento de veículos em épocas normais é de 1 500 em 24 horas, subindo para 3 000 em época de safra do café! Cidades novas surgem à margem da rodovia, como por encanto; cafezais estendem-se a perder de vista e, nos intervalos dos cafeeiros, milho e feijão. Dentro de cinco anos será a mais importante zona agrícola brasileira, maior produtora de café do mundo e também a que mais contribuirá para entrada de cambiais no Brasil! É justo, portanto, que o governo federal dedique mais atenção a essa grande rodovia, auxiliando os empreendimentos do Estado. (figs. 14 e 15)

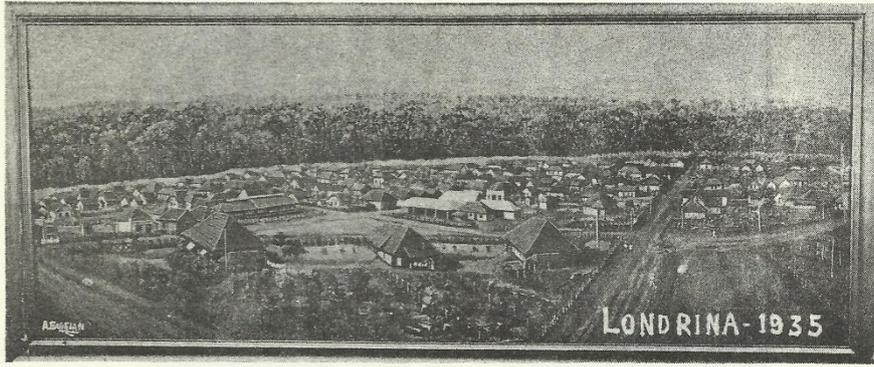


Fig. 14



Fig. 15

Não obstante o seu traçado ser obrigado a transpor vários afluentes do Paranapanema, o traçado é excelente, pois o terreno é apenas ondulado. Além disso, a construção é facilitada dada a espessa camada de terra arável que atinge quase sempre 11 metros de profundidade!

A situação atual é a seguinte:

- a) atacada de Melo Peixoto a Jataizinho;
- b) permitindo tráfego de Jataizinho a Apucarana, necessitando, entretanto, de melhoramentos;
- c) estado precário entre Apucarana e Jandaia do Sul;
- d) virgem entre Jandaia do Sul e Foz do Iguaçu;

P-2 – Tem seu ponto inicial no rio Itararé, onde estabelecerá ligação com Piraju, no Estado de São Paulo. Servirá a Ribeirão Claro, Santo Antônio da Platina, Ribeirão do Pinhal, Congonhinhas, Araiporanga e Araruva, esta sobre a T-4. Cruza uma região riquíssima, que produz café, algodão e cereais.

P-3 – Como a P-2, parte dum ponto do rio Itararé, onde será feita a ligação com Itaporanga, no Estado de São Paulo. Servirá, depois, Siqueira Campos, Tomazina, Ibaiti, Curiúva, Natingui, Faxinal e Campo Mourão, onde encontra a P-1, a T-6 e a L-5. Serve à zona carbonífera de Pinhalão.

P-4 – Parte de Itararé, cidade paulista, e vai até Porto Mendes, no Rio Paraná, numa extensão de 664 quilômetros. O trecho Itararé-Ventania está sendo construído pelo D.E.R. com verba federal e tem por objetivo o escoamento do papel da grande fábrica de Monte Alegre. De Ventania, onde cruza com a T-3, segue por Tibagi, Reserva, Três Bicos, Pitanga, Cancã, Cascavel e Porto Mendes, cruzando grande extensão do vale do Piquiri, cuja riqueza está atraindo os colonos de origem alemã e italiana, que em outros tempos se estabeleceram apenas na localidade de Toledo, é de 200 famílias mensais. Esta rodovia tem um trecho em comum com a L-3, entre Ventania e Tibagi.

P-5 – Trecho da rodovia federal construída pelo Exército C.E.R.-1, entre Ponta Grossa e Foz do Iguaçu, antiga Transversal do Paraná. Com o deslocamento dessa transversal para Irati, restou isolado um pequeno trecho entre Ponta Grossa e Relógio, passando por Imbituva e Prudentópolis. Está concluída, tem condições de primeira classe e revestimento de macadame hidráulico.

P-6 – Rodovia de penetração que poderá ser construída em condições de terceira classe. Parte de Rincão, na R-20, passa por Aruatã, Agudos do Sul, Pien, Rio Negro, Antônio Olinto, São Mateus, Mallet, Pinhão, Candoí e Pinhal Preto. Servirá uma zona antiga de colonização um tanto decadente por falta de comunicações, que é o vale do Rio Negro, e outra em franco desenvolvimento, a de Candoí e Pinhão, no município de Guarapuava, onde o Governo está localizando um grande núcleo de colonização alemã.

P-7 – Rodovia de penetração em condições técnicas de terceira classe, destinada a servir à rica região do vale do Iguaçu. Ponto inicial em União da Vitória, servindo Bituruna, Mangueirinha, Chopim e Santo Antônio, na fronteira com a Argentina.

3 – O sistema de LONGITUDINAIS compreende CINCO GRANDES RODOVIAS, a saber:

- L-1 – Paranaí – Rio Negro
- L-2 – Porto Emigdão – Três Barras
- L-3 – Melo Peixoto – União da Vitória
- L-4 – T-6 a Ponta Cerrada
- L-5 – Alvorada do Sul – Rincão

No ESQUEMA DAS LONGITUDINAIS, verifica-se bem a importância dessas rodovias, quatro das quais vencem o nosso território de norte ao sul, estabelecendo ligação eficiente também entre o norte e o sul do Brasil. Além disso, a L-2, L-3 e L-5 facilitam o intercâmbio do nosso interior com São Paulo.

Passaremos em seguida à descrição sumária das rodovias LONGITUDINAIS:

L-1 = BR-2 – É a rodovia federal “Getúlio Vargas”, constante do PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL, ligando Belém a Porto Alegre. Está concluída em território paranaense, com exceção de algumas obras de arte entre Mandirituba e Rio Negro.

L-2 – Extensa rodovia com 441 quilômetros que parte de Porto Emigdão, na margem sul do Paranapanema, e atinge Três Barras, na margem sul do Rio Negro, em território catarinense. Entre Sengés e Porto Emigdão, as estradas são municipais e tudo está por fazer. Entre Ponta Grossa e Sengés está sendo construída uma estrada de primeira classe. Entre Ponta Grossa e Palmeira, apesar de antiga, a rodovia existente está em magníficas condições, exigindo apenas variantes de pequeno vulto. De Palmeira a Três Barras as existentes são precárias e há necessidade de novos estudos.

L-3 = BR-14 – É a grande rodovia TRANSBRASILIANA, do PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL. O seu traçado ainda não foi definitivamente fixado, eis porque o D.E.R. sugeriu ao D.N.E.R. a seguinte diretriz: Melo Peixoto – Jacarezinho – Santo Antônio da Platina – Ibaiti – Ventania – Tibagi – Ipiranga – Imbituva – Irati – Rebouças – Rio Azul – Mallet – Paulo Frontin e União da Vitória. Servirá com esta diretriz a zona carbonífera ao norte e a zona produtora de batata, entre Irati e União da Vitória, ao sul. É uma rodovia de grande interesse econômico para o Paraná.

L-4 – Parte da T-6 e serve Rio Bonito, Guarapuava, Pinhão e Palmas, dirigindo-se para Ponta Cerrada, no Estado de Santa Catarina.

**L-5** — Grande rodovia destinada a cruzar todo o território paranaense, de norte a sul, numa extensão de 498 quilômetros. Parte de Alvorada do Sul e serve a Porecatu, Centenário, Maringá e Campo Mourão, região cafeeira. De Campo Mourão continua para o sul, servindo Cancã, Laranjeiras do Sul, Pinhal Preto, Chopim, Pato Branco e dirige-se para Rincão, no Estado de Santa Catarina. Neste segundo trecho, de Campo Mourão para o sul, cruza os riquíssimos vales do Piquiri e do Iguaçu, região dos pinheirais e criação de porcos. Pato Branco, sobre a T-7, é hoje o centro de uma região de colonização que se dedica à cultura de trigo.

4 — O sistema de RAMAIS, como procuramos justificar anteriormente, constitui a parte maleável do atual PLANO e, por isso mesmo, o seu número é variável, crescendo com as necessidades econômicas, administrativas e políticas do Estado. Tem ele a grande vantagem de facilitar a ação dos governantes no que diz respeito às injunções de ordem política, algumas vezes tão fortes que fazem desviar troncos de importância vital, como aconteceu à atual T-4, que, desviada por Tibagi, aumentava de 27 quilômetros o caminho da exportação. Para o momento, projetamos vinte e oito ramais, cuja descrição passamos a fazer.

**R-1** — Ligando Tomazina (P-3) a Wenceslau Braz (T-2), São José da Boa Vista na L-2, e rio Itararé.

**R-2** — Ligando Joaquim Távora (T-2) a Carlópolis (L-2), a Passo dos Leites, no rio Itararé, com ligação para Fartura, no Estado de São Paulo.

**R-3** — Ligando Joaquim Távora (T-2) a Jacarezinho (L-3), a Cambará (P-1), estendendo-se até Salto Grande, no Estado de São Paulo.

**R-4** — Ligando um ponto da L-3 a Ribeirão do Pinhal (P-2), a Bandeirantes (P-1) e Porto Almeida, sobre o rio Paranapanema.

**R-5** — Ligando Curiúva (T-3) a Cambuí, Congonhinhas (P-2), Cornélio Procopio (P-1) a Paranagi, próximo às barrancas do Paranapanema.

**R-6** — Ligando um ponto da T-4 a Londrina (P-1), Bela Vista do Paraíso e Alvorada do Sul (T-3 e L-5). Visa a facilitar o escoamento da safra de café dessa região pela T-4.

**R-7** — Liga Rolândia (P-1) a Porecatu (L-5) e Pirapozinho, esta no Estado de São Paulo.

**R-8** — Liga Arapongas (P-1) a Sabáudia e Astorga, prolongando-se até a barra do rio Caiuá.

**R-9** – Liga Rolândia (P-1) a Capelinha (T-5) com o objetivo de encurtar o caminho de Londrina a Porto São José.

**R-10** – Estabelece a ligação entre T-4 e T-3, por Ortigueira, Tibagi e Castro.

**R-11** – Estabelece uma ligação entre a L-3 e L-2. É uma rodovia já existente, porém em péssimas condições técnicas. Parte de Irati e passa em Fernandes Pinheiro, Teixeira Soares, Guaraúna, Guaragi e L-2.

**R-12** – É uma ligação muito necessária em vista da instalação da grande indústria de cimento que está se processando na vila de Rio Branco do Sul.

**R-13** – Liga Palmeira (P-1) a Rio Negro (P-6) (L-1), passando por Porto Amazonas e Lapa (T-7).

**R-14** – Ramal que tem por finalidade ligar Bocaiúva do Sul (L-1) a Juquiá, no Estado de São Paulo.

**R-15** – Estrada da Graciosa, a mais antiga do Estado e que vem prestando serviços há quase oitenta anos. Liga Curitiba a Antonina. Deve ser considerada um monumento histórico do Paraná (Figs. 32 e 33).

**R-16** – Ligará um ponto da T-1, a auto-estrada Curitiba-Paranaguá, a Morretes e Antonina (R-15).

**R-17** – Ligará Ararapira, cidade de São Paulo, a Cacatu (T-1), atravessando as ricas terras de Serra Negra, próprias para a cultura do café.

**R-18** – Ligará um ponto da R-17 a Cananéia, no Estado de São Paulo.

**R-19** – Liga Alexandra (T-1) a Caiubá e Porto da Passagem.

**R-20 = BR-59** – Estrada federal que liga Curitiba a Joinville (Fig. 34).

**R-22** – Ligação entre Passo da Galinha (T-7) com a estação ferroviária de Matos Costa, em Santa Catarina.

**R-23** – Ligação entre General Carneiro (T-7) e Chapada, em Santa Catarina.

**R-25** – Ligação entre Barracão (T-7), Santo Antônio (P-7) e um ponto conveniente da T-1. Sem esta rodovia, madeireiros residentes em Barracão e Santo Antônio são obrigados a despachar a madeira em portos fluviais argentinos.

R-26 – Ligação entre Mandirituba (L-1), Agudos do Sul (P-6), Fragosos em Santa Catarina.

R-27 – Ligação entre Joaquim Murtinho (L-2) e Arapoti (P-4).

R-28 – Ligação entre Assaí (T-3), Tulhas (R-5) e Ribeirão do Pinhal (R-4 e P-2).

### CONCLUSÃO

A realização do PLANO RODOVIÁRIO que acabamos de elaborar importa na construção de DEZ MIL NOVECENTOS E SETENTA E DOIS QUILOMETROS DE RODOVIAS, assim discriminadas (esq. 5):

Classe	Troncos	Paralelas	Longitudinais	Ramais	Soma
ESPECIAL	210	—	—	—	210
1ª CLASSE	2.602	976	1.193	940	5.711
2ª CLASSE	—	1.057	307	150	1.514
3ª CLASSE	1.131	761	356	1.205	3.453
SOMA	3.943	2.794	1.856	2.295	11.068

Desse total, cerca de TRÊS MIL QUILOMETROS estão prontos e MIL atacados, restando SETE MIL POR CONSTRUIR. É tarefa para dois períodos governamentais, no mínimo, se a arrecadação estadual continuar a crescer em progressão geométrica, como até agora, e se não houver inconstância ou solução de continuidade. Uma vez realizado, porém, ficará o Estado dotado de uma rede rodoviária capaz de permitir transporte barato, seguro e rápido, facilitando as trocas que transferem as riquezas das mãos do produtor para as do consumidor. Pela rodovia construída, professor e médico marcharão para o interior, resolvendo definitivamente dois problemas de base para o nosso país: alfabetização e saúde. Nesse dia, o Estado do Paraná, graças ao trabalho de seus filhos aplicado a uma Natureza realmente generosa, estará na vanguarda dos Estados da federação, só superado pelo grande Estado bandeirante, cooperando decididamente pelo engrandecimento, enriquecimento e fortalecimento do BRASIL (esq. 6).

Major Luiz Carlos Tourinho  
Diretor do D.E.R. — Paraná

Outro fato relevante para se preservar a memória deste artigo, é que, raríssimos são os pesquisadores que sabem de sua existência.

Após a conclusão das obras, a travessia do Rio Iguaçu passou a ser motorizada, porém ainda continua sendo de madeira a balsa, que interliga a PR-473 na divisa de Quedas do Iguaçu com Cruzeiro do Iguaçu/Dois Vizinhos.



Balsa de madeira – com rebocador. Foto do autor, 1996

Após a construção da hidrelétrica de Salto Caxias, a região recebeu uma nova balsa, mais segura e moderna.



Nova Balsa – rebocador. Foto do autor, 1999

A primeira estrada construída na região é a que liga Três Barras do Paraná à Santa Cruz, sendo que Sr. Eugênio Santana e seu pai trabalharam juntos nesta obra (relato do próprio morador). É importante mencionar que antes, o transporte era realizado com cavalos, carro de boi e charretes. Após a construção, os veículos de pequeno porte e caminhões já podiam trafegar livremente.

Graças ao desenvolvimento rodoviário e aos aspectos fitogeográficos da região, iniciou-se as instalações das serrarias, sendo a primeira conhecida como Carvalho, depois surgiu a Pena Verde, Itaguaçu e a Zórtea Brancher (com matriz em Capinzal – SC), recebendo posteriormente o nome de Serraria Procopiack.

É neste ponto que começam os descasos sociais, tanto para os governos, bem como para as empresas e a população em geral (grileiros, posseiros e proprietários de direito).

Para entendermos melhor, as linhas que se sucedem irão se entregar totalmente a esta questão.

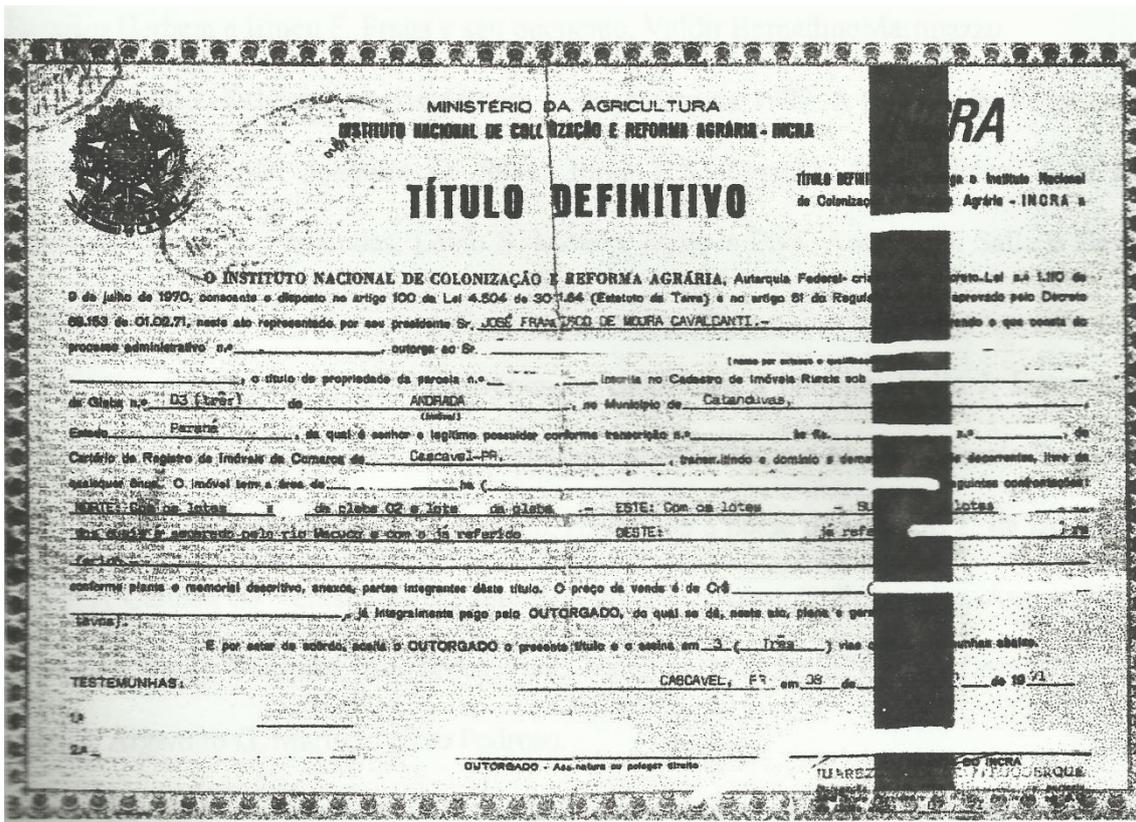
Com as estradas abertas, e uma região com aspectos ambientais geográficos propícios ao desenvolvimento agropecuário e agroindustrial, vieram pessoas de todas as partes do Brasil e imigrantes de várias etnias, sendo as mais representativas: italiana, alemã, polonesa, austríaca e japonesa.

Os descendentes de italianos são formadores de costumes e tradições que refletem na agricultura, nas construções, nos esportes e na música. São os principais responsáveis pelo processo inicial e estabelecimento permanente de colonização, vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os descendentes de alemães, oriundos dos mesmos Estados anteriormente citados, iniciaram a ocupação em 1942 até meados de 1949. Seus conhecimentos nos deram a tecnologia de plantio voltada a floricultura e horticultura, ampliando a produção e expandindo as atividades econômicas da região.

Os japoneses e poloneses, nos anos de 1953 a 1970 aperfeiçoaram as técnicas de trabalho no campo agro-hortícola, sendo implementado, pelos descendentes de japoneses a cultura do bicho-da-seda.

No decorrer de sua história, o Município foi construído com muito labor e marcado por momentos de lutas sangrentas, como o ocorrido em 1964, quando eclodiu a revolta pela tomada e conquista da posse de terra, envolvendo jagunços, posseiros e pessoas já estabelecidas regularmente. Sendo que em 1965, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), solucionou o problema concedendo títulos de posse definitiva.



Título de posse definitiva. Doado por: João Rotta

Para que se possa compreender os conflitos e revoltas ocorridos dentro do Município, tem de se realizar um retrospecto histórico analítico, sendo assim desenvolvido:

Nos trabalhos desenvolvidos NITSHE (1999, 2000 e 2016), observa-se a recusa em descrever os eventos históricos dos conflitos e revoltas que envolviam populares que ainda hoje vivem na região. Porém, não há como deixar de se manter tal conduta, se quisermos ter um documento útil ao respeito histórico deste Município e ao nosso País. Sendo assim, se inserirá os resultados ocultados NITSCHÉ (1999), associados aos levantamentos históricos de outros autores, para que se possa valorizar à memória daqueles que lutaram por seus territórios, por suas famílias e por seus direitos. Levando-nos à uma jornada épica, ao que concerne aos munícipes e aos leitores, a constatação de que a sociedade ainda permanece em suas cavernas, contemplando uma bandeira sem a cor vermelha, representando a ausência de sangue derramado de nossos.

(OBS): O autor não é socialista/comunista! E muito menos adepto de partidos políticos, sejam eles quais forem. E o pior...é ser obrigado ao voto! Mas é um direito...dizem os "amantes das sombras"! Um direito que se não for respeitado, seu salário é suspenso/cancelado, não há como realizar financiamentos e outras. E se alguém tem a noção de que: se um pesquisador não se atém ao político, não é um cientista social. Defender bandeiras e políticos/politicagem, não é de alçada de um pesquisador. A pesquisa tem de levar informação etérea, tanto para a população em geral, bem como a sociedade científica, sem influenciá-las por convicções pessoais partidárias ou religiosas. Além do mais, a ciência social recai na área das ciências humanas! Não sendo esta, de cunho geográfico.

A cor vermelha é o sangue, mais nada. Não tem conotação política, não se estabelece com partidos e muito menos com politicagem. É só para expressar o que é dito nas escolas. E o que aprendemos no âmbito de 1970 aos dias atuais. Mais uma virtual venda psíquica. As sombras! E não deve ter a cor vermelha na bandeira! Simplesmente porque a deixaria opaca e sem vida. Mas a verdade deveria ser dita: Os territórios, bem como a Nação, são criados e defendidos(a), à custo de sangue, conforme evidenciar-se-á no decorrer dessa história, em andamento:

Mayara da Fontoura das Chagas (2005), será nosso aporte inicial aos trâmites históricos e à “narrativa de colonos e posseiros da revolta de Três Barras do Paraná (1964 – 2014)”, sendo este o título de sua dissertação de mestrado, que nos revelará alguns fatos importantes desse período.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar como as memórias sobre a revolta de Três Barras do Paraná são narradas, explicitando como os sujeitos – que participaram da revolta ou que tomaram conhecimento desta pelas narrativas de terceiros – interpretam e atribuem significados a esse conflito social pela posse da terra.

Para alcançar tal objetivo, buscamos identificar sujeitos que participaram do conflito e outros que o conheceram por meio de narrativas, entrevistando-os sobre suas experiências de vida e entendimentos sobre a revolta de Três Barras. Além disso, nos propomos a compreender os significados atribuídos a este conflito e, perceber nas fontes selecionadas, bem como nas narrativas orais e no livro sobre Três Barras do Paraná e o processo “Três Barras”, as diferentes versões que são apresentadas desse momento histórico.

Para pensarmos o problema de pesquisa proposto, adotamos como recorte temporal o período de 1964 a 2014, do momento em que se desenvolveu o conflito até a atualidade. Esse recorte, até 2014, se deve a compreensão de que a (re)elaboração da memória se dá no presente. Ainda assim, remeteremos a períodos anteriores ao ano de 1964, devido à necessidade de compreendermos o processo de ocupação e colonização do estado e também algumas questões políticas, que fomentaram um ambiente propício para o desenrolar de conflitos agrários no estado do Paraná e no âmbito de Brasil.

A revolta de Três Barras ocorreu entre os dias 6 e 8 de agosto do ano de 1964, no distrito de Três Barras, em Catanduvas, região oeste do estado do Paraná – atualmente onde se localiza o município de Três Barras do Paraná. Esta revolta foi um conflito armado que envolveu colonos, posseiros, grileiros, companhias imobiliárias e a polícia. Os colonos e posseiros possuíam apenas o direito de posse, adquiridos de terceiros, sem o título legal das terras. Já os grileiros e também as companhias imobiliárias se diziam donos destas mesmas terras.

Vamos dar um salto histórico, caros leitores, para que se possa compreender o ambiente social (que inclui: político, religioso e econômico) que nosso País estava passando. Recortando assim, algumas das narrativas históricas mais expressiva à este contexto. Voltando às pesquisas de: Chagas, logo após.

## **A POSSANÇA DO POSSESSOR**

Os recortes históricos que melhor representam as realidades vividas antes do XX e perduram aos dias atuais, são representadas neste momento. Pois; são fatos e atos importantíssimos à compreensão do que é o Brasil. Além de entender como funciona a criação, constituição e fundação de vilarejos, vilas e cidades. Para que possamos trilhar nesta vereda, regressaremos ao momento conhecido como “Guerra de Canudos”.

## CANUDOS

(...)

"Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam ruidosamente cinco mil soldados (CUNHA, 2003, p. 756)." (...)



Mapa – Canudos e sua área de influência. Fonte: (domínio público) <http://odia-a-historia.blogspot.com.br/2016/04/guerra-a-dos-canudos.html>

De forma bem simples e em visão dissociativa neutra...tudo aconteceu porque um líder religioso, conhecido como Antônio Conselheiro, defendia o fim da cobrança de impostos. Sendo ainda, como a história o intitula, fanático religioso, que se afirmava enviado de Deus. Logo; em sua percepção, a união de casais no civil não era sagrado. Tinha a convicção de que lutava contra as diferenças e as injustiças sociais. Além de ser um fervoroso ofensor do regime republicano, que acabara de se instalar. Sendo que em sua comunidade habitavam mais de 20.000 (vinte mil) congregados. (continua na página 104).

Vasculhando a internet, encontra-se esta imagem de Antônio Vicente Mendes Maciel, vulgo "O peregrino". Mais conhecido por Antônio conselheiro:



Imagem de O Peregrino. Fonte: (domínio público):  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio\\_Conselheiro#/media/File:Antonio\\_Conselheiro\\_\(P%C3%A1tria\\_Brazileira\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Conselheiro#/media/File:Antonio_Conselheiro_(P%C3%A1tria_Brazileira).jpg)

A Colônia de Conselheiro, pode ser visualizada na imagem seguinte, advinda da internet (domínio público):



REPRODUÇÃO MEMORIAL ANTONIO CONSELHEIRO

**Povoada em 1893, a primeira Canudos se tornaria palco de batalhas três anos depois. Antônio Conselheiro lideraria a resistência contra as tropas do Exército. Após cinco investidas, Belo Monte acabou destruído em 1897.**

Imagem do assentamento de Belo Monte (Fazenda Vaza-Barris). Fonte: (domínio público) <http://retironoticias.com.br/com-a-estiagem-cidade-de-canudos-volta-a-aparecer-apos-17-anos/>

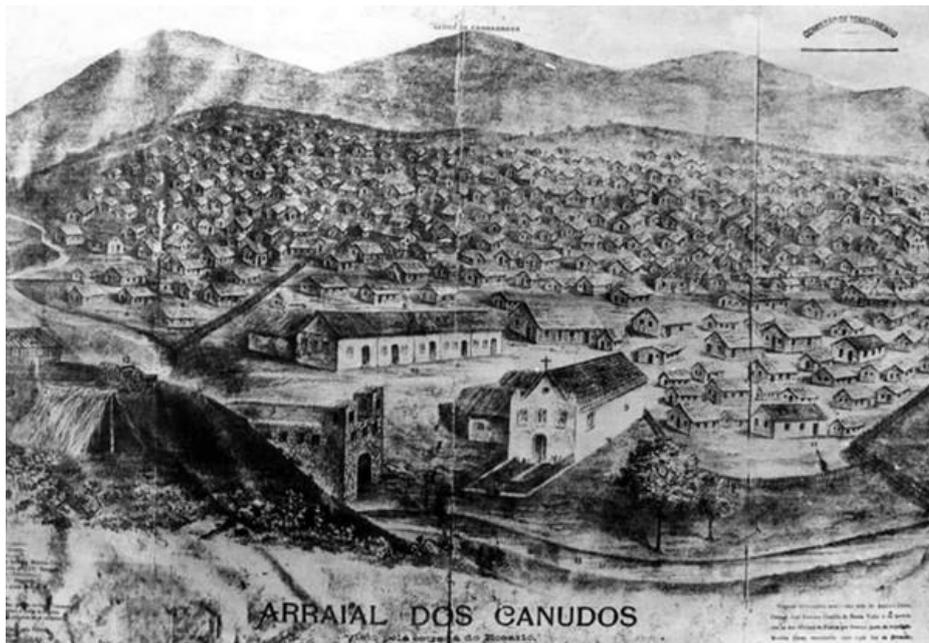


Imagem de Arraial dos Canudos (domínio público). Fonte: [infograficos.estadao.com.br](http://infograficos.estadao.com.br)

Além dos interesses de Antônio, o governo da Bahia-BA, que tinha sua economia voltada principalmente ao latifúndio (RIBEIRO, 1995), que requisitavam as áreas (os latifundiários) para ampliação das atividades, mas que ao mesmo tempo, mascara a preocupação ideológica que o governo teia. E se lembrares do que foi escrito na página 33 (Mao Tsé Tung), saberão do que exatamente se trata. Este evento ocorreu em novembro de 1896 e após um ano, no dia 5 de outubro, encerrou-se CUNHA (1975).

Estes simplórios desejos, tanto do governo, igrejas, comerciantes, latifundiários e uma parcela da população local, quanto de Antônio Conselheiro, vai gerar uma luta sangrenta, uma disputa por territórios e territorialidades.

(...)

*“(...) tudo aquilo que está fora da escrita, da história e do espaço da civilização: terra de ninguém, lugar da inversão de valores, da barbárie e da incultura. São territórios misteriosos, fora da história e da geografia, que não foram mapeados de forma sistemática. São regiões à margem da empresa escritural e discursiva”<sup>751</sup>.*

(...).

In: (ARAÚJO SÁ, 2006; p.356)

Canudos foi inspirada em um vegetal/planta endêmica, conhecida por (“canudo-de-pito”), logo renomeada para Arraial de Belo Monte, por Conselheiro. Embasado nos dados da Prefeitura Municipal de canudos-BA, 2009, quando “O Peregrino” foi buscar material que havia comprado, na cidade de Juazeiro, Como a madeira não foi entregue, os conselheiristas foram reivindicar a madeira, nesse tempo, foram atacados por um batalhão da polícia na localidade de Uauá. Originando assim, à “Guerra de Canudos”. Informação embasada (PDMSC, seg.14), sendo que a planta nativa é denominada assim como transcrito.

Em sua página 15, encontramos a seguinte observação (PDMSC, seg.15):

(...) “Após três grandes batalhas, em 05 de outubro de 1897, Canudos foi totalmente destruída, restando apenas um pequeno grupo. Depois de uma década estes remanescentes reconstruíram a segunda Canudos, tendo a frente às famílias Ciriáco, Guerra, Régis, Pedrão e Canário.

Na década de 40 do século XX, o então presidente da República, Getúlio Vargas, em visita à região, em contato com a população local, recebe uma reivindicação do senhor Isaiás Canário para a construção de uma barragem represando o rio Vaza Barris. O pedido foi atendido, e em 1951 foram iniciados os estudos de sondagem para a construção da barragem. O lugar escolhido foi no mesmo local do acontecimento histórico da guerra, **dando a entender** que o intuito do governo era apagar qualquer vestígio que lembrasse o acontecimento.” (...).

Observem a frase em vermelho. Agora, reflitam. Isso é algo que se escreva em um trabalho de desenvolvimento ambiental?

É estranho um relatório oficial afirmar tal conjectura. Nesse sentido, é que se faz a neutralidade científica. Com certeza quem os realizou, tinham formação sociológica embasada em teorias socialistas, Marx, por exemplo.

Como é possível um cientista/pesquisador se enraizar tanto em convicções pessoais e ao mesmo tempo em associativas comuns, sendo influenciado pelo pensamento teórico.

A teoria serve para nos mostrar como algo funciona, dentro da realidade mais próxima do momento histórico. Servindo esta, como base para os desenvolvimentos científicos/pesquisas, corroborando ou refutando esta. É para ser analisada e utilizada sem o envolvimento pessoal.

Porque, ao expor suas idéias sem base comprobatória histórica ou empírica, pode colocar em risco a aprovação do projeto, ou este, pode ser visto/interpretado com rigor técnico. Acarretando no descarte.

Faz-se necessário averiguar os dois lados envolvidos. Porém, em um planejamento ambiental, os fatos históricos devem se preservar dentro do racional e não do emocional. Pois, se assim for, não haverá base de sustentação, empobrecendo, não apenas o trabalho, mas a história. Fazendo-se uma ressalva: Não apenas os fatos históricos!

Aos céticos diga-se:

Você está em sua moradia, há um terreno imenso, abandonado bem ao lado. Todos os dias sua pessoa se levanta, pega uma xícara de café e abre a janela. Lá está, um maravilhoso baldio com lixo, ratos passeando e mato alto.

Alguns dias se passam e é a mesma rotina, até que, abre a janela e se depara com quatro pessoas limpando o terreno. Logo, sua alegria é despontada e diz: Finalmente vieram limpar essa porcaria! Então sai para o trabalho, depois que pagou o imposto de renda, os documentos do veículo, enfim, todas as taxas e impostos que se é obrigado a pagar.

No dia seguinte, ao puxar a cortina, tem uma casa construída. Mas então sua perspicácia se volta ao poste de iluminação pública e vê que seu vizinho está com uma conexão irregular (rabicho) e a água na piscina está transbordando. Sendo que não há higrômetro. Mas de onde vem a água? Esta é sua indagação.

Três anos se passaram, seu vizinho, todos os finais de semana faz churrasco e festas, possui uma televisão enorme no quintal, todos os dias lava o carro. Mas todas as ligações são clandestinas (energia elétrica e água).

Em um determinado dia seu filho fica doente, tem que passar por procedimento médico, que o plano de saúde não cobre e que, pelo Sistema Único de Saúde, poderá esperar até oito anos. Além de já tê-lo encaminhado à uma centena de curandeiros e religiões, inclusive a do seu vizinho.

Sua saída é vender o carro e hipotecar a casa.

No mês seguinte, sua "luz" e sua água são cortadas.

E seu vizinho está lá...fazendo festas todos os dias, enchendo a piscina e vendo a televisão. E para piorar o quadro, ainda constrói uma igreja, que também não paga impostos.

E agora...o que fazer?

Como pessoa, pode-se ir ao vizinho e confrontá-lo, acionar o sistema de segurança pública e denunciá-lo aos órgãos públicos (água e esgoto/iluminação pública).

Mas como pesquisador; as atitudes elegidas constituem em ações e reações confrontantes com ideais de pensamento de contrassenso, que reflete os interesses individuais e ao mesmo tempo coletivo, porque nem todos são obrigados a agir como sua pessoa e/ou respeitar as leis de imposição de impostos e taxas, bem como não estão presos aos sistemas doutrinários erigidos no âmago dos poderes políticos, econômicos, religiosos e culturais éticos. Simplesmente, porque as leis existem, mas quem irá decidir se elas devem ou não serem respeitadas, será o indivíduo, bem como o grupo de pessoas que são contra estas.

É nesse momento que propicia um estudo destas questões identificadas no momento em que seu vizinho está evangelizando, realizando os churrascos e esbanjando água na piscina.

Mas não é a Geografia que irá se preocupar com as questões de cunho social ('chamar a polícia' e analisar o confronto de convívio de vizinhanças/ comportamento social).

O Geógrafo irá analisar os impactos desta disputa social (relação sociedade com a natureza), onde com certeza, haverá o processo de saturação do solo e conseqüentemente microfissuras, devido ao escoamento e/ou transbordamento do canal/fonte artificial (piscina - torneira/mangueira). Tentando sanar ou diluir os impactos causados com sugestões de manutenção e desenvolvimento socioambiental, para que não aconteça essa situação corriqueiramente no ambiente de convivência de vizinhos.

Ou dizer as agências espaciais para enviarem seus lixos tecnológicos (satélites e detritos de artefatos aeroespaciais) em direção ao sol, ao invés de usar os oceanos como lixões. E analisar quais as conseqüências destas duas atitudes e/ou opções.

Em um projeto de desenvolvimento, seja ele: ambiental, cultural, regional, enfim, os vários tipos destinados ao melhoramento econômico, social e de cunho a preservar a natureza de um determinado território, não deve conter interpretações pessoais, ou imposição de valores políticos, acadêmicos e toda a espécie de fervor emocional e interpretativo teórico. Este tipo de conduta obscurece o foco para o objetivo.

Mais um tópico deve ser mencionado, aproveitando este momento.

Este que vos relata, observa o ambiental como uma relação sociedade e a natureza. Logo; fazem partes deste, todos os processos construtivos sociais, associados aos processos construtivos ambientais e suas inter-relações.

Sendo assim, no Planejamento Ambiental não se pode desvincular uma unidade ambiental sequer. Pois; tende-se levar em conta a cultura local, a cultura regional, os processos econômicos, a religiosidade local e regional, as expressões artísticas e todos os modeladores e definidores de cultura, além do básico social. E de todos os outros fatores que formam e que se desenvolvem naquele ponto onde será feito ou pretendido à se fazer algo. Todos estes, associados e interligados com os ambientes naturais.

Mas realizar este levantamento, sem jamais ultrapassar o ponto de pesquisa de outras áreas. Porque todas estarão envolvidas no processo de planejamento (grupo de pesquisa interdisciplinar para desenvolvimento e implementação dos resultados no/do planejamento ambiental).

Então...logo aparece o teórico não prático e exclama: É impossível realizar tal coisa!

A possibilidade de realmente fazer algo assim, se concentra na união dos profissionais geógrafos. Somente assim, a geografia irá se estabelecer no mercado de trabalho. Pois todos os levantamentos e as equipes para implementar o planejamento ambiental, terá de passar pela e de ter a Geografia (estar no grupo/equipe de planejamento).

Mas o preço à pagar está no descarte do espaço e a fixação da geografia no âmbito geocientífico. As questões sociais puras, não nos pertence.

Retomando o texto e o assunto...

Ao se observar as características locais, por coincidência ou propositalmente, vê-se que o local mais apropriado para tal obra, se estabelece exatamente naquele lócus...Belo Monte/Canudos.

Retomando ao PDMSC(Seg. p.18), saber-se-á onde se localiza a área foco deste projeto:

(...) “Canudos compõe a microrregião de Euclides da Cunha e está inserido no Território Sertão do São Francisco, possuindo uma superfície de 2.984,88 km<sup>2</sup>.” (...).

Ainda, dentro desta página nos embasamos para saber de sua localização: coordenadas geográficas: Latitude 09° 53' Sul e Longitude 39° 01' Oeste com altitude de 402 m.

A caracterização do clima é fornecida na folha 20, sendo descrita como: Árido e semiárido.

(...) “inserida no polígono das secas, apresentando um clima árido e semi-árido, com temperatura média anual de 23,9°C.

O açude Cocorobó é importante porque foi implantado no centro fisiográfico do semiárido baiano onde a pluviosidade anual é uma das mais baixas do Nordeste e do Brasil, média de 454 mm/ano, já se podendo configurar como região semidesértica. Aí se observam os maiores índices de aridez do polígono da seca, mais baixa pluviosidade e mais elevada insolação. No Estado da Bahia, corresponde a uma faixa geográfica que vai do Município de Casa Nova prosseguindo paralelamente ao Rio São Francisco até as proximidades do Município de Paulo Afonso, cobrindo uma superfície da ordem de 80 mil km<sup>2</sup>, tendo o seu coração fisiográfico no Município de Canudos, já na vertente do Rio Vaza Barris.

Exatamente aí, nesta região de forte aridez, foi construído o açude Cocorobó, por muito tempo considerado o maior do Estado da Bahia, tanto em volume (245 milhões de m<sup>3</sup>), como em espelho d'água, tendo sua bacia hidráulica 4.510 ha de área.” (...).

Vejamos o açude, para ter noção de sua proporção e como ficou Belo Monte após a inundação:

#### Açude do Cocorobó

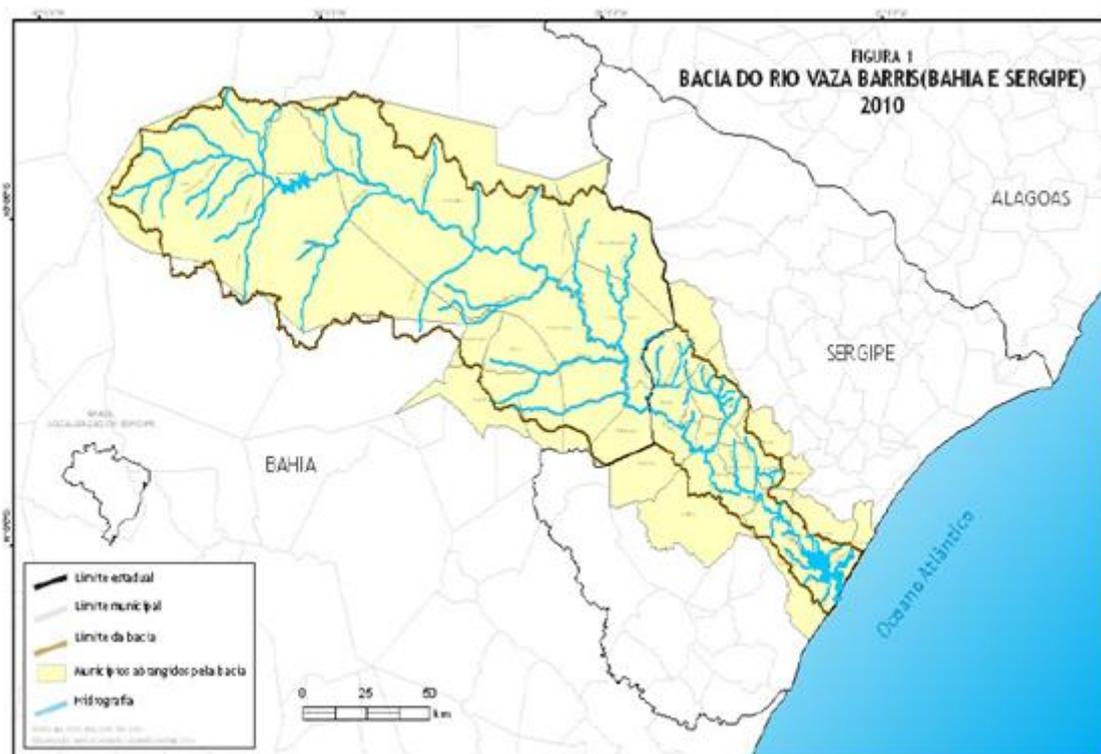


Imagem do Açude. Fonte: In (PMC-BA, p.21)

Esta área não foi feita para afogar a história. Simplesmente a Geografia indicou o melhor ponto para a modificação ambiental, este sendo de intensa necessidade de umidade e

preservação, basta observar a configuração da Bacia Vaza-Barris (mapa a seguir). Propiciando ainda, melhorias que irão mitigar os problemas sociais, ocasionados pela seca.

### MAPA DA BACIA VAZA-BARRIS



Bacia hidrográfica Rio Vaza-Barris. Fonte: CARVALHO E SOUTO (2011, p.3)

Para enriquecer este tema, abordar-se-á as interpretações do Ministério de Minas - Energia - PRODEEM – Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios, associado ao Serviço Geológico do Brasil – CPRM, que nos revela:

(...)

“O município está inserido no “Polígono das Secas”, apresentando um clima do tipo megatérmico semi-árido e árido, com temperatura média anual de 23.9°C, precipitação pluviométrica média anual de 454 mm e período chuvoso de fevereiro a abril. O relevo, esculpido em rochas sedimentares da bacia do Tucano, metassedimentares do grupo Vaza-Barris e em terrenos ígneos metamórficos do embasamento cristalino, corresponde a chapadas do Raso da Catarina, tabuleiros, pediplano, encostas, vales, morros e serras cortados por sistema de drenagem que integra a rede hidrográfica do rio Vaza-Barris e irrigado pelo açude Cocorobó. Solos dos tipos neossolo álico, eutrófico e distrófico, cambissolo eutrófico, luvisolo e planossolo solódico eutrófico, sustentam a vegetação nativa caracterizada por caatinga arbórea aberta e densa sem palmeiras, caatinga arbórea densa com palmeiras, contato cerrado – caatinga e pastagem natural. Parte da vegetação nativa foi substituída por pastagem plantada e lavouras.

(...).

A geologia é descrita e detalhada, tendo como produto final o esboço geológico, como apresentado:

## ESBOÇO GEOLÓGICO

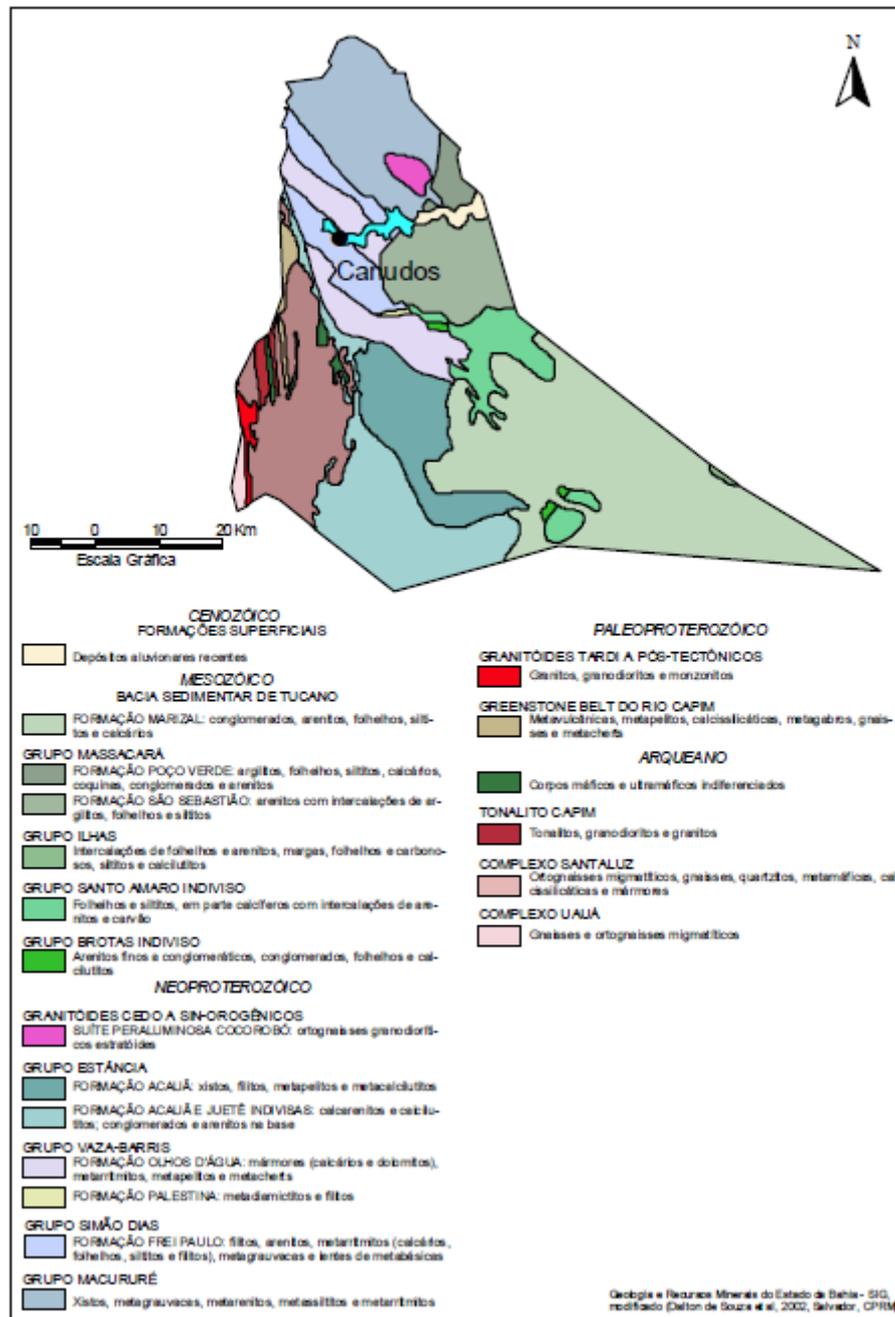
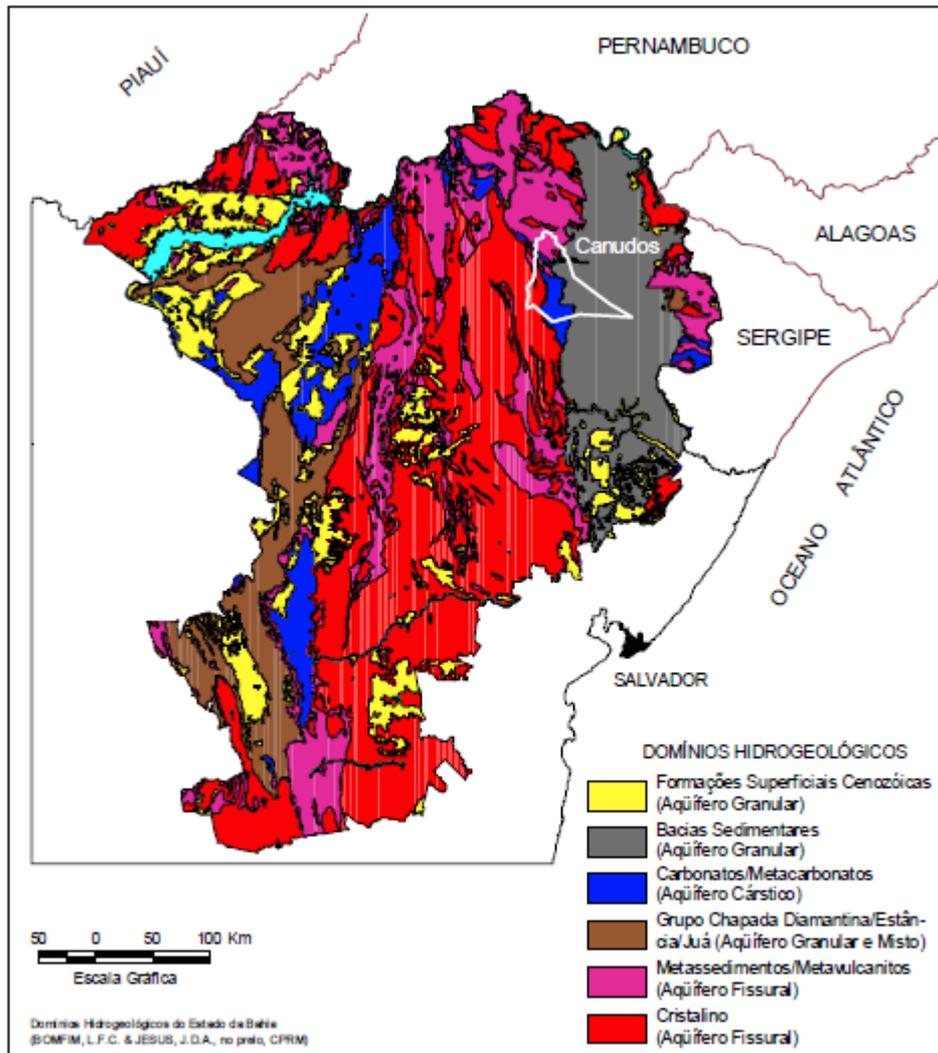


Imagem: Geologia. Fonte: Geologia e Recursos Minerais do Estado da Bahia - SIG, modificado (Dalton de Souza et al, 2002, Salvador, CPRM)

A função desta pesquisa, é o levantamento dos recursos de fontes aquíferas, tendo como base o mapa de domínio hidrológico. A seguir:

### MAPA DOMÍNIO HIDROLÓGICO



Mapa descrição dos aquíferos. Fonte: Domínios Hidrogeológicos do Estado da Bahia (BOMFIM, L.F.C. & JESUS, J.D.A., no prelo, CPRM)

As futuras mudanças climáticas, poderão afetar os níveis e os fluxos das águas subterrâneas, pois, a tendência é que se eleve, causando o solapamento, conseqüentemente, o surgimento de ravinas, boçorocas e até mesmo, furnas, devido as rochas dúcteis e/ou fraturadas/sensíveis.

A geomorfologia pode ser resumida da seguinte maneira (LAGE, 1996):

Creuza Santos Lage, em suas pesquisas, conseguiu resumir as complexas feições, que dão vida ao relevo nordestino, sendo estas representadas nesta tabela (modificada do texto – inserção da última linha):

### Síntese da Geomorfologia Nordestina

Períodos e Épocas Geológicas	Ciclo	Fase	Eventos Geomorfológicos	Sistemas Geomorfológico		Movimentos Tectônicos e Eustáticos	Formas de Relevo
				Clima Dominante	Processos		
Holoceno	Atual	Terraço inferior	Forma atual do litoral do litoral nordestino: retomada de erosão sobre as planícies costeiras e fluviais	Atual quente e úmido no litoral e árido a semi-árido no Sertão	Ações marinhas e eólicas sobre o litoral, escoamento superficial a fluvial, balanços morfogênese/pedogênese ligado as variações climáticas	Movimentos eustáticos transgressões	Dunas – recifes, terraços marinhos e fluviais de 2 a 3 m, depressão e lagoas; pedimentos no Sertão
Wurm-Wisconsin Riss-Illi	Ciclo Polifásico Paraguaçu	Terraço médio Terraço inferior	Formação das planícies costeiras, aprofundamento da drenagem sobre os Tabuleiros	Semi-árido a úmido	Retomada da erosão, pedimentação e erosão regressiva com avançamentos progressivos.	Variações glácio-eustáticas do nível geral de base Neotectônica	Dunas brancas, dissecação fluvial, terraços costeiros e fluviais em torno de 6 a 8 m; pedimentos
Pleistoceno Médio e inferior	Superfície Sertaneja e dos Tabuleiros		Pediplanação generalizada com recuo dos escarpamentos, exumação das superfícies antigas	Semi-árido	Escoamento superficial à torrencial em leitos temporários remanejando os materiais de alteração	Flexura continental	Planícies de erosão degradadas, pedimento regional, superfície exumada
Plioceno Superior e inferior Mioceno Glicoceno Abiano	Superfície Sul-Americana	Superfície da Borborema Superfície Cariris Velhos	Inversão da topografia Dissecação das zonas aplainadas anteriores Superfície de aplainamento generalizado	Quente e úmido	Dissecação fluvial Período de resistância Período de biostasia	Arqueamento  Epieogênese	Peneplano dissecado em altitudes de 200 a 900 m. Formação de um peneplano generalizado extenso
Cretáceo Superior, Médio, Inferior Jurássico	Superfície Gonçalves	Superfície Pós-Gondwana	Topografia regional fossilizada por sedimentos. Uniformização da topografia, discordância regional	Úmido	Escoamento fluvial e sedimentação em depressões. Sedimentação limínica com fases em deltas e fases fluviais	Reativação tectônica.  Início da fase rift Subsidência	Relevo em reativação  Peneplano

Cadernos de Geociências, nº 5, 1996  
[www.cadernosdegeociencias.igeo.ufba.br](http://www.cadernosdegeociencias.igeo.ufba.br)

Geomorfologia nordestina. Fonte: (LAGE, 1996. p. 5 e 6)

Conforme observado, a importância de se arquitetar e construir este reservatório, está em modificar o ambiente, tentando estabelecer uma nova tipologia climática. Ao se realizar tal feito, as mudanças ambientais, proporcionarão o surgimento de novas espécies de vegetais, animais, e de mudanças geomorfológicas, que ao passar de muito tempo, irão contribuir para novos tipos de solos. Mas poderão gerar em curto prazo problemas com relação aos processos de intemperismo. Podendo acelerar o processo de assoreamento dos canais hidrográficos mais sensíveis. Alterando, inclusive, as características físico/químicas das águas dos rios e dos

aquíferos. E como mencionado anteriormente: podendo propiciar aparecimento de sulcos à furnas. Outro possível problema, é extinguir as espécies daquela região, devido a mudança de climática. Que provavelmente se reestabelecerá ou constatar-se-á no tipo climático Af.

Este é o melhor exemplo, até agora exposto, para a comprovação de que: criamos, construimos, modificamos e desenvolvemos ambientes. Em um território já estabelecido ou que irá se estabelecer graças as mudanças ambientais. Defendida nos trabalhos NITSCHÉ (1999, 2001, 2016 e 2016).

Na história brasileira, não é o primeiro registro de fanáticos religiosos desenvolvendo vilarejos com leis, regras, religião e seitas, inclusive, desenvolvendo seu próprio sistema econômico interno. Há resguardado um conto histórico, que contribui com o tema, que ora analisamos. Sendo este registrado assim:

### A REVOLTA DOS MUCKS

“A REVOLTA DOS MUCKS” (falso santo), ocorrido em 1874, no Estado do Rio Grande do Sul, na localidade de Sapiranga (alemã), aos pés do Morro Ferrabraz, logo após a “Guerra do Paraguai”. O líder religioso...não, era a líder: Jacobina Mentz Maurer, considerada e se autodenominava como encarnação de Cristo, que iria fundar a Cidade de Deus. Embasado em WEBER (1999).

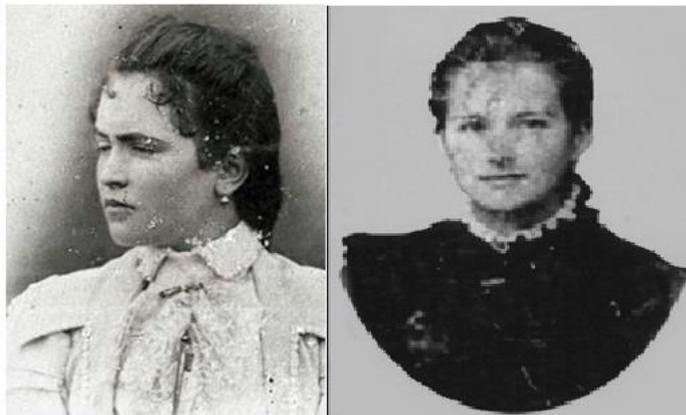


Foto: Jacobiba Mentz Maurer. In:  
(domínio público),

<http://livraria.senado.leg.br/edicoes-do-senado-federal/os-muckers-episodio-historico-ocorrido-nas-colonias-alem-s-do-rio-grande-do-sul.html>

O Morro Ferrabraz, localiza-se no Município de Saporanga, criado pela Lei Municipal 1.400 de 1997, que na época de Jacobina, era território do Município de São Leopoldo. Possui área de 1.987 hectares, estabelecidos nas coordenadas geográficas: 29° 38' 16" S, 51° 0' 25" W. Sendo atualmente Núcleo – “Reserva da Biosfera da Mata Atlântica dos Contrafortes do Ferrabraz”, tombada em 21 de junho de 1992. In: BACKES (2012 p.93 - PESQUISAS, BOTANICA No 63:225-355 São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2012).

MOLZ (2012, p.10), identifica o tipo climático como: Cfa, embasado em MORENO (1961), sendo que a precipitação média anual em Saporanga é de 1.750 mm.

Geologicamente a região está inserida na Bacia do Paraná, na Área Núcleo representada pelas Formações Botucatu, sendo o embasamento, constituída por arenitos de granulação fina a média, de coloração vermelha, rósea ou amarelo-clara, bem selecionados, que se limitam até 200m de altitude. Após esta cota altimétrica, passa a vigorar a Formação Serra Geral. A mesma formação que embasa o Município de Três Barras do Paraná. O conjunto de litologias da Formação Serra Geral é composto por espessos e extensos derrames de lavas, bem como diques e soleiras, com pequenos e eventuais corpos de rochas sedimentares associados. Tais afirmações são embasadas em MOLZ, (2012, p.10), NORTHFLEET, MEDEIROS E MULHMANN (1969).

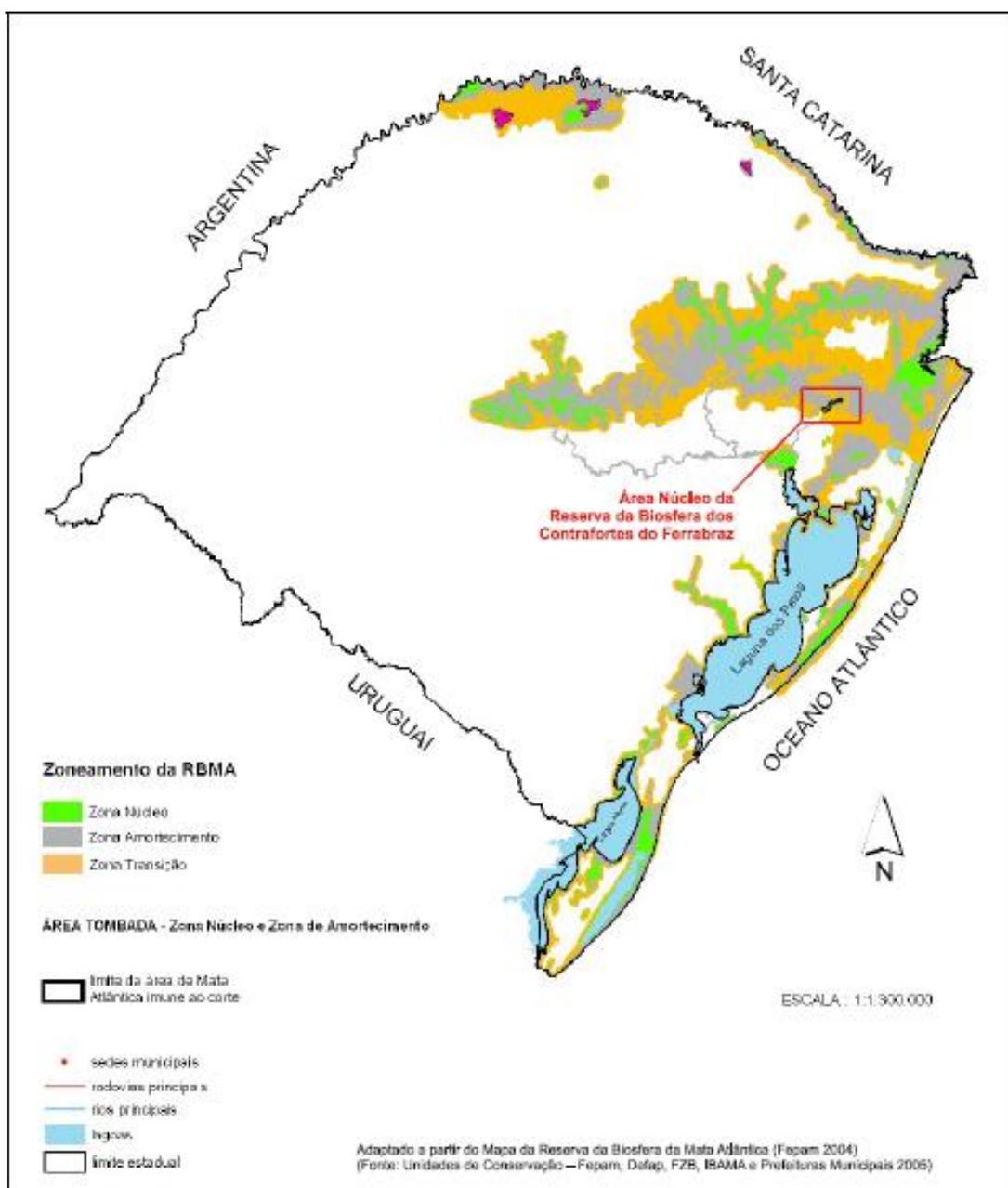
MOLZ (seg. p.11), (...) “A região se enquadra no Domínio Morfoestrutural das Bacias e Coberturas Sedimentares, representado por um único subdomínio de mesmo nome. Na região da área de estudo a presença de litologias com diferentes resistências gerou uma escarpa no contato da fase sedimentar da bacia com as rochas efusivas, conhecida, regionalmente, como Serra Geral. A fase sedimentar, constituída por uma formação gonduânica e modelada por processos erosivos, situa-se no ponto de contato onde a depressão periférica e interrompida pelo avanço da escarpa da Serra Geral (Herrmann & Rosa 1990). A Área Núcleo insere-se nas regiões fisiográficas da Depressão Central Gaúcha, sem grandes variações altimétricas, e da Encosta Inferior do Nordeste (Fortes 1956) esta representada por terminais escarpados, festonados e profundamente dissecados pela erosão pluvial. Esses terminais, dos quais o Morro Ferrabraz e o Morro da Cruz são exemplos clássicos, representam testemunhos do recuo da linha de escarpa e apresentam-se como esporões interfluviais alongados e irregulares que se interdigitam com a porção leste da Depressão Central (Herrmann & Rosa 1990).” (...).

Conforme STUMPF e KOLLING (2008, p.318);

(...) “Os remanescentes florestais ainda existentes na área apresentam-se muito alterados e são em sua grande maioria formações secundárias onde são frequentes cortes de espécies de valor madeireiro. Entre as espécies que se destacam podem ser lembradas *Cordia trichotoma* (louro-pardo), *Apuleia leiocarpa* (Vogel) J. F. Machr. (grábia), *Jacaranda micranta* Cham. (caroba), *Aspidosperma olivaceum* Mull. Arg. (peroba), *Myrcarpus frondosus* Allemão (cabreuva), *Cupania vernalis* Cambess. (camboatá vermelho); nas partes mais elevadas ocorre *Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze (araucária) e *Dicksonia sellowiana* (Presl.) Hook. (xaxim), entre muitas outras. A fauna é igualmente muito diversificada inclusive com várias espécies ameaçadas de extinção (Stumpf & Kolling 2008, Núcleo Socio Ambiental Araucária-piranga s/d)”. (...).

Para melhor visualização da área em questão, observe os mapas e as imagens que se seguem:

## MAPA - “RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA DOS CONTRAFORTES DO FERRABRAZ”



Localização dos Municípios de Araricá, Igrejinha, Nova Hartz, Santa Maria do Herval e Sapiranga, RS, com a área de estudo em vermelho. In: MOLZ (2007p.7)

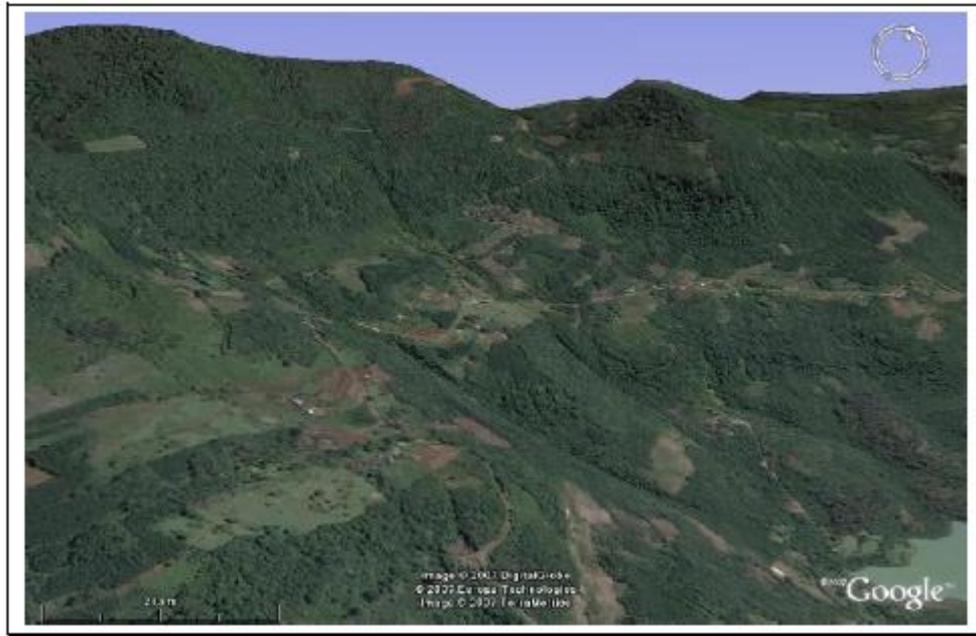


Imagem - Sapiroanga e Nova Hartz com altitudes entre 79 e 760 m. In: MOLZ (2007, p.8)



Imagem: Características do relevo – Colônia de Jacobina. Fonte: (domínio

público) <http://www.historiabrasileira.com/brasil-imperio/revolta-dos-muckers/>

A Colônia onde ocorreu esta trágica história brasileira, é resultado de área concedida ao Barão do Jacuí, pelo Imperador Dom Pedro II, terras limítrofes de São Leopoldo e Taquara entraram numa proposta de colonização planejada. A área é dividida em linhas, ligando pontos de referência geográfica, chamadas travessões, subdivididos em 48 hectares e aí fixadas as primeiras famílias de colonizadores, sendo as famílias de origem germânica, que se instalaram na encosta do Morro Ferrabraz. Informações colhidas na literatura CABRAL (2010).



Foto: Colônia Jacobina. Fonte: In: (domínio público), <http://www.historiabrasileira.com/brasil-imperio/revolta-dos-muckers/>

Era de se esperar que Canudos enfrentasse os mesmos problemas. Porém; em Canudos não havia o preconceito étnico. Embasado nos estudos de WEBER (1999).

Cada canto de nosso País, e garanto, que o mesmo acontece em todo o globo, haverá centenas de milhares de: Canudo, Ferrabraz, Contestado e Três Barras do Paraná.

Atente-se ao Estado do Paraná, local que, dando sequência ao tratado dos conflitos na região do Contestado, que terá suas particularidades, assim como os demais apresentados, mas que se resume ao mesmo dilema: Política e politicagem, Capital, Força de Trabalho, Religião e Cultura.

Deve-se explicar melhor o contexto de cultura: Nesse sentido exposto no texto ora lido. Se refere às culturas criadas por estes grupos (os povos envolvidos e o governo). Ambos possuem cultura, mas com expressões e articulados que se divergem da cultura oficial e até mesmo da popular nacional ou regional e local, caracterizando concentrações culturais desagregadas, que originam foco nuclear cultural social. E nunca confundir cultura com saberes adquiridos no âmbito escolar.

Porque um indivíduo sem estudo pode desenvolver uma comunidade com suas próprias expressões artísticas, religiosas, econômicas, enfim, todos os atributos necessários para se caracterizar a cultura. Os indígenas não tinham escolas quando os jesuítas aqui chegaram. Mas tinham as suas culturas! Que por sinal, nós (“civilizados”) às corrompemos e praticamente a aniquilamos.

Outro retrato historiográfico, é uma revolta popular e ao mesmo tempo, uma luta entre jurisdição estadual, onde se digladiam o Estado do Paraná e o Estado de Santa Catarina, contemplando-nos o seguinte cenário:

## CONTESTADO

É importante lembrar, que esta área (Contestado), possui marcos de confronto, além de somente focos de revolta. Pois esta questão se revela desde 1914 apresentada por Rogério Rosa Rodrigues, in: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, n.4, out.-dez., p.1301-1317. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386138068011>

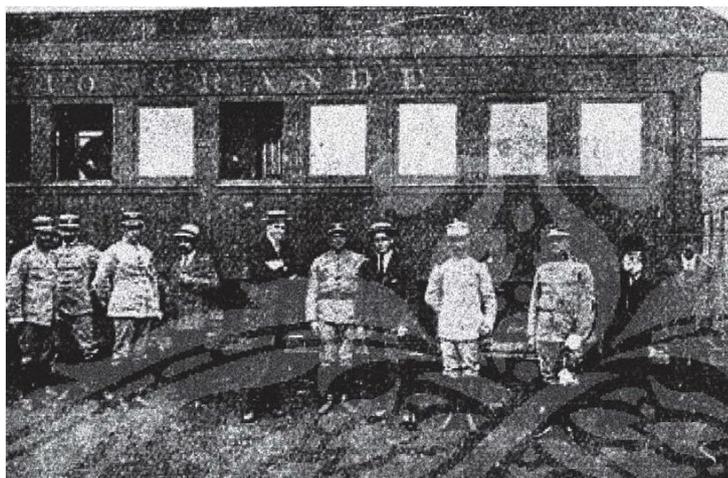
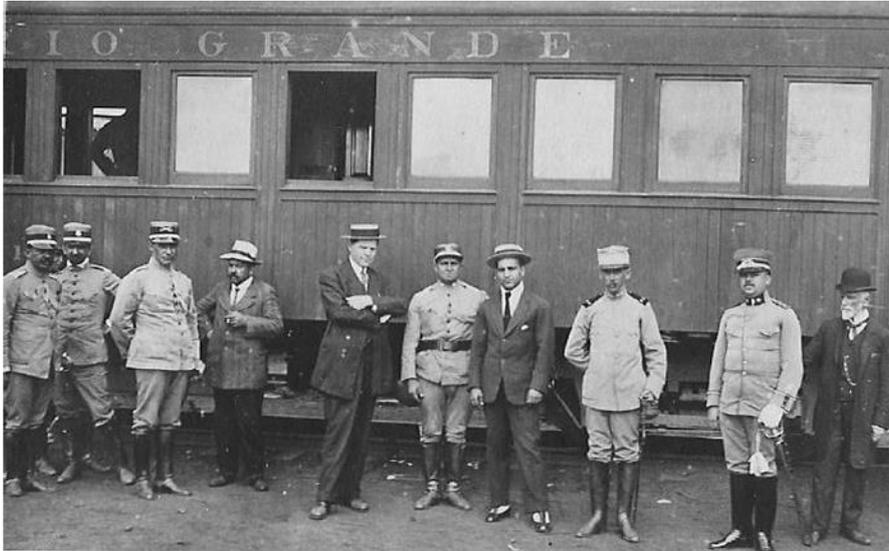


Figura 9: "Fon-Fon! No Contestado. O Sr. General Setembrino visita Três Barras no Paraná, zona conflagrada pelos fanáticos" (Fon-Fon..., 13 fev. 1915, p.48)

Notícia da Revista "Fon-Fon". Fonte:  
RODRIGUES (2012 p.14)

A mesma fotografia pode ser vista sem as alegorias/adornos, no trabalho de Rafael  
Ginane Bezerra (2009):



**Figura 57 - General Fernando Setembrino de Carvalho em passagem por Três Barras, 1914. Fonte: Acervo da família de Claro Jansson – Itararé, imagem digitalizada por Jandira Jansson**

Foto – desembarque do Gen. Setembrino, in:  
(BEZERRA, 2009, p.148)

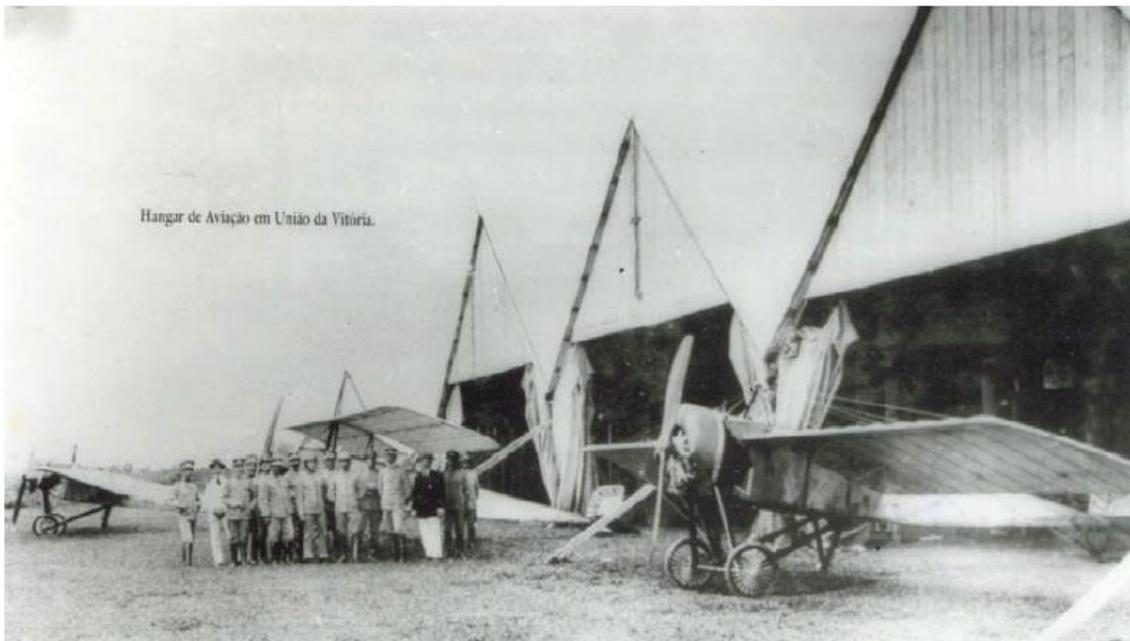
Um fato marcante neste momento histórico, deleita-se na Força Aérea Brasileira, que também foi designada à região, conforme desvelado por VALENTINI (2009, p.232):

(...)

Foi no dia 30 de setembro de 1914 que desceram em Porto União o Tenente Ricardo João Kirk e Ernesto Darioli, experientes pilotos, instrutores de vôo do Aero clube Brasileiro para prestarem serviços às Forças Federais contra os sertanejos. Dos quatro aeroplanos que chegaram, três puderam ser utilizados, pois um ficou inutilizado por ter queimado na viagem. “Kirk e Dariolli voaram sobre Porto União e arredores, fazendo experiências nos seus aparelhos” (SILVA, 1933. p. 121).

Em 25 de fevereiro de 1915, outro aeroplano ficou inutilizável, pois o Tenente Kirk, ao aterrissar, sofreu um acidente, porém conseguiu escapar com vida. O aeroplano “Pára-Soldado” sofreu avarias e ficou “fora de combate”. Restaram os dois “Morane-Saunier” Guarany e Yguassu. Este último foi o do vôo da morte do Tenente Kirk em 1º de março de 1915.

(...)



Fonte: Foto de Claro Gustavo Jansson. Acervo de Joeli Laba

Hangar. Fonte: VALENTINI (2009, p.232)

Recuaremos um pouco no artigo de RODRIGUES (2012 p.3), onde há uma passagem, mencionando as reivindicações da população.

(...)

### **“A fotografia de guerra e o Exército**

Desde a chegada das tropas federais no cenário de guerra, em setembro de 1914, a imprensa brasileira denunciava a possibilidade de se repetir no sul do Brasil o que ocorrera em Canudos. A relação efetuada destacava o despreparo do Exército, a ignorância da população rural e a necessidade de medidas urgentes para pôr fim ao movimento rebelde. A intervenção federal no Contestado se deu pela solicitação formal dos presidentes de governo dos estados contendores. O fato denuncia o poder da resistência e das reivindicações dos fiéis de João Maria, bem como a incapacidade das forças militares dos estados em reprimir o movimento sertanejo. Os rebeldes lutavam pelo direito de compartilhar suas crenças religiosas, mas também contra o desmando dos coronéis locais e contra os interesses capitalistas da Brazil Railway Company e a empresa por ela subsidiada, Lumber and Colonization Company. A primeira (Railway) ficou responsável pela construção da estrada de ferro que promoveu a ligação entre São Paulo e Rio Grande do Sul, a segunda pela colonização das terras e exploração da madeira na região (Monteiro, 1974; Diacon, 1991).” (...):



Figura 7: “Aspecto da ponte provisória da Estrada de Ferro São Francisco, incendiada pelos rebeldes do Contestado, vendo-se ao fundo elementos da Companhia de Engenharia do Segundo Batalhão fazendo o reconhecimento da área” (Álbun..., imagem 49, 1914-1915)

Para se ambientar neste contexto histórico, deve-se entender, que no Brasil estão ocorrendo focos de revoltas e lutas internas, devido a implantação de projetos de desenvolvimentos econômico nacional, porém, foi aberto o mercado às corporações estrangeiras. Devendo-se ater, que nesse período o mundo estava em guerra (1ª Guerra Mundial).

As revoltas se iniciam por volta de 1906 e se estendem até 1916, conforme informes de VALENTINI (2009), que esclarece seu trabalho:

(...)“

Esta tese analisa a atuação da *Brazil Railway Company*, *holding* criada por Percival Farquhar em 1906 nos Estados Unidos e que atuou na Região do Contestado nos ramos ferroviário, madeireiro e colonizador. Através da subsidiária *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, a *Brazil Railway* instalou um grande complexo madeireiro extrativo exportador e promoveu a colonização de terras concedidas ou compradas, estabelecendo imigrantes e colonos nas áreas desmatadas.

Durante o período de 1906 a 1916, a Região do Contestado passou por um processo de profundas transformações, que provocaram mudanças econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais. Estas mudanças foram fatores decisivos na deflagração da luta armada desencadeada em 1912, que se estendeu até 1916 e foi denominada de Guerra do Contestado.

A eclosão da Guerra do Contestado é abordada no contexto das transformações ocorridas com a inauguração da ferrovia São Paulo-Rio Grande, que cortou verticalmente a Região do Contestado em 1910, o início das atividades madeireiras e colonizadoras da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* em 1911 e a conseqüente ocupação das terras para projetos de colonização.

Os antigos moradores da Região do Contestado, muitos dos quais posseiros que ocupavam as terras devolutas que foram concedidas a *Brazil Railway Company*, revoltaram-se e destruíram estações ferroviárias, queimaram a madeireira da *Lumber* de Calmon e atacaram os colonos instalados pela Companhia no Rio das Antas. A Guerra do Contestado deixou um saldo de, aproximadamente, 8.000 mortos, a grande maioria, sertanejos pobres que viviam na Região do Contestado.

Este estudo foi elaborado a partir de uma pesquisa documental fundamentada nos arquivos públicos e particulares, nas bibliografias sobre o tema e, também, através da história oral, a partir de entrevistas realizadas com antigos trabalhadores da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* e seus descendentes.

(...) In:

VALENTINI , Delmir José. **Atividades da *Brazil Railway Company* no Sul do Brasil: a instalação da *Lumber* e a Guerra na Região do Contestado (1906-1916).** Porto Alegre: PUCRS, 2009. 301 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2009. p.8

(...).

Seguindo com as análises de VALENTINI (seg. p.29), nos é dada uma importante informação, que se expressa no seguinte texto:

(...)

Para estudar a História da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, é necessário situar o ambiente onde ela se instalou e contextualizar a sua edificação e atuação até o início da segunda metade do século XX. As características do ambiente, aqui descrito como Sertão Sul-brasileiro, estão fundamentadas em estudos feitos por especialistas da área, que destacaram a Região do Contestado, em seus aspectos naturais e em sua biodiversidade. Também é necessário caracterizar a floresta das araucárias, a histórica ocupação humana, a abertura das trilhas e das veredas primitivas, as disputas pelo domínio deste território, a chegada da ferrovia colonizadora, o início da exploração comercial da madeira e a instalação da *Lumber*. O estudo destes eventos servirá, desta maneira, para o entendimento do processo de mudanças e de transformações que ocorreram na Região do Contestado, especialmente, nas primeiras décadas do século XX.

(...)

Ao se deparar com este texto, pode-se de imediato, perceber que não há a constituição territorial Estadual ou Municipal (em maiúsculo para ressaltar), porém, as áreas pertencem à Nação brasileira, é um Território Nacional.

A maioria dos habitantes desta área em litígio, eram oriundos do Estado do Rio Grande do Sul (RS-Brasil), conforme esclarece VALENTINI (seg. p.37):

(...)“

As origens dos moradores que estão no Contestado e que são alcançados pela ferrovia também são explicadas como refugiados farroupilhas (1835-1945) e federalistas (1892-1894), ligados a pequenas lavouras de milho, abóbora e moranga. Criavam porco solto engordado com pinhão e frutos silvestres, colhiam erva-mate e, segundo Walter Fernando Piazza, não tiveram professores, padres e nem médicos, o que fará deste “caboclo, matuto, fanático, a grande vítima, pois a Nação Brasileira e os Estados de Santa Catarina e do Paraná até então não solucionaram suas necessidades sociais” (PIAZZA, 1982, p. 76).

(...).

Um verdadeiro caos político, social e econômico se instala nesta região, abandonada pelas aferições de cunho nacional e estadual. As terras tinham demarcações ambíguas e sem muito esclarecimento de suas delimitações. Conforme retrata VALENTINI (seg. p.53):

(...)

Em 29 de agosto de 1853, Curitiba, que era a quinta comarca de São Paulo, foi elevada à categoria de Província e recebeu a fastidiosa questão lindeira que continuaria com as disputas e com as contestações; a situação, por seu turno, piorou quando a área disputada foi ampliada, pois, além dos Campos de Palmas, o Rio Negro também entrou nas pretensões do Paraná. Em síntese, foram anos seguidos de discussões e de tentativas de se firmar jurisdição sobre as terras. Assim, uma província alegava a posse e a outra alegava o direito àquelas. Mesmo com a Proclamação da República e a com a transformação das Províncias em Estados, nada estava definido.

Em 1904, a questão foi levada ao Supremo Tribunal Federal que concedeu ganho de causa a Santa Catarina; o Paraná, por sua vez, recorreu da decisão. Em 1910, pela terceira vez, o Supremo Tribunal Federal confirmou em definitivo a sentença em favor de Santa Catarina. Para Cabral: “a decisão da alta Corte Judiciária era criticada abertamente pela imprensa paranaense na insinuação de desrespeito às suas determinações” (CABRAL, 1960, p. 58).

(...).

Essa sentença favorável ao Estado de Santa Catarina, provocou um ambiente psíquico negativo aos habitantes, tanto catarinenses, quanto, paranaenses. Porque no meio desta discussão toda, haviam pessoas que pertenciam, tanto ao lado do Paraná, quanto de Santa Catarina. Tendo, estes, que se adaptarem ao novo território.

Mas a situação ainda era fervorosa, até que se estabelece a paz em 20 de outubro de 1916, nas evidências de VALENTINI (seg. p.53):

(...)

Foi somente em 1916 que um acordo colocou um ponto final nas disputas. O Presidente da República, Wenceslau Brás, depois de várias tentativas frustradas, conseguiu encerrar o agitado litígio. No dia 20 de outubro de 1916, foi solenemente assinado um tratado pelos governadores Filipe Schmidt, de Santa Catarina, e Afonso Camargo, do Paraná. Os limites, no território contestado, ficaram assim definidos:

[...] O Rio Negro, desde suas cabeceiras até a sua foz no Rio Iguaçu, e por este até a ponte da estrada de Ferro S. Paulo - Rio Grande; pelos eixos desta ponte e da mesma Estrada de ferro até a sua intercepção com o eixo da estrada de rodagem que atualmente liga a cidade de Porto União da Vitória à cidade de Palmas; pelo eixo da referida estrada de rodagem até o seu encontro com o Rio Jangada; por este acima até a sua intercepção com a linha divisória das águas dos Rios Iguaçu e Uruguai, e por esta linha divisória das ditas águas na direção geral de Oeste até encontrar a linha que liga as cabeceiras dos Rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu, na fronteira Argentina (PIAZZA, 1983, p. 597).

(...).

Uma paz conquistada ao custo de vidas, de sonhos, sem perspectiva...mas pelo menos um recomeço.

VALENTINI (seg. p.54 e 55) descobre em sua bibliografia consultada o seguinte relato:

(...)

O acordo assinado em 20 de outubro de 1916 marcou, oficialmente, o fim do litígio histórico e das contendas pela Região do Contestado. Além da exaltação dos ânimos envolvendo as disputas políticas e jurídicas da Região, outros fatores são fundamentais à compreensão do contexto histórico que envolveu a população sertaneja da Região do Contestado.

De acordo com Cabral, o acordo foi acatado com constrangimento pelas populações dos dois Estados. Escreve o historiador que “(...) quando o acordo foi assinado, (...) sobre os escombros dos redutos ainda pairava o fumo dos incêndios. E, no fundo dos vales, à beira dos caminhos, na sombra das florestas, cruzeiros recentes diziam que a terra disputada ainda não consumira os corpos dos que haviam caído na luta” (CABRAL, 1960, p. 66). Didaticamente, a data da assinatura do acordo é destacada, também, como o fim da Guerra do Contestado.

Foi somente depois do acerto de limites entre Santa Catarina e Paraná, através do acordo de 20 de outubro de 1916, que ambos os Estados passaram a firmar jurisdição, situação que coube para cada um dos litigantes. Através da Lei n. 1.147, de 25 de agosto de 1917, foram criados os Municípios de Mafra, Cruzeiro (hoje Joaçaba), Porto União e Chapecó. O registro da visita do Presidente do Estado de Santa Catarina à região de tantas disputas somente ocorreu em 1929 quando Adolpho Konder empreendeu uma verdadeira aventura pelo ainda desconhecido Oeste Catarinense, registrada por Carlos H. P. Corrêa nestes termos: “somente em 1929, treze anos depois, portanto, da ‘catarinensização’ oficial da região do Contestado até a fronteira com a Argentina, (...) começava o processo de integração do Oeste às demais regiões de Santa Catarina”. Ocasão em que o Presidente do Estado catarinense também teve um encontro com Getúlio Vargas, futuro Presidente brasileiro (CORRÊA, 1997, p. 179–193).

(...).



Fonte: Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado – Caçador, Santa Catarina

Assinatura do acordo. Fonte: in: VALENTINI, (2009, p.54)

Assim, alguns municípios que pertenciam ao Estado do Paraná (Pr), passaram a pertencer ao território do Estado de Santa Catarina (SC).

Até este momento, notamos que a década de 1910, foi um momento de grandes infortúnios, marcado por guerra, revoltas, insatisfação popular e a falta de planejamento territorial, em todas as suas atribuições e características. Tal fato, além dos que já foram transcritos, se reflete, também nos trabalhos de TOMPOROSKI (2013), Tomporoski, Alexandre Assis O polvo e seus tentáculos: A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. [tese] / Alexandre Assis Tomporoski ; orientador, Paulo Pinheiro Machado – Florianópolis, SC, 2013. Que se estabelece entre o período de 1910 a 1940, enfocando a empresa Southern Brazil Lumber and Colonization Company. Mais um profícuo manuscrito para enriquecer a compreensão deste período histórico, conforme se inicia:

(...)

A década de 1910 foi marcada – no plano internacional – pela deflagração da Primeira Guerra Mundial, a eclosão de uma revolução socialista e a instauração do fordismo – o qual transformaria definitivamente o modo da sociedade humana produzir bens de consumo. No âmbito nacional, a década foi caracterizada por uma série de lutas sociais ocorridas por todo o país, tais quais a Revolta da Chibata (1910), o movimento sertanejo do Contestado (1912-1916) e a ampla mobilização operária entre 1917 e 1919. Entretanto, do ponto de vista político, vigorava o pacto instituído em 1898 – pelo então presidente da república, Campos Salles – denominado política dos governadores, ou política do café com leite – gradativamente interpretado pelos historiadores como instável e marcado por uma relação frágil entre Minas Gerais e São Paulo – que objetivava, principalmente, um acordo básico entre a união e os estados. Além disso, intentava reduzir o impacto dos conflitos entre as oligarquias, confinando-os aos seus próprios estados. Dessa forma, os conflitos regionais não gerariam instabilidade política no plano nacional.

(...). In: TOMPOROSKI (2013, p.25)

As complementações importantes aqui, fazem referencia ao fordismo, processo de produção em massa – linha de montagem sequencial.

O autor desta tese, realiza um processo sequencial histórico, abordando as principais características pertinentes a cada período, como se pode observar TOMPOROSKI (seg. p.26):

A década de 1920 caracterizou-se por intensas transformações. Após uma década de otimismo e crescimento econômico, a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, demonstrou – de forma ainda mais clara – os problemas que o sistema capitalista poderia gerar. No Brasil, onde também as mudanças transcorriam rapidamente, uma série de eventos alterou de forma expressiva a sociedade brasileira. Apenas no ano de 1922, a título de exemplo, foi realizada a Semana de Arte Moderna, ocorreu a fundação do Partido Comunista e desenvolveu-se o movimento tenentista, indicadores de que profundas transformações iriam ocorrer, as quais questionariam os padrões políticos e culturais da Primeira República. No campo econômico, a década de 1920 foi marcada por um maior desenvolvimento das atividades industriais, indício do processo de complexificação da economia brasileira. As mudanças econômicas incorreram na ampliação dos setores urbanos, com o incremento das camadas médias e da classe trabalhadora, além da diversificação de interesses entre as próprias elites econômicas.<sup>2</sup> A atuação conjunta desses elementos de transformação seria um importante estímulo a alterações no panorama político em vigência, atingindo a própria estrutura das oligarquias da Primeira República.

A política dos governadores representou a sustentação dos grupos dominantes nos estados por parte do governo federal. Em contrapartida, os governadores apoiavam a política do Presidente da República, votando com o governo no Congresso. O mesmo tipo de acordo era reproduzido entre os governadores e as lideranças locais, os coronéis, que exerciam controle sobre determinada região, através de sua força armada pessoal, seu prestígio social e, em menor importância, do controle do eleitorado rural.

No início da década de 1920, o coronelismo começou a apresentar sinais de enfraquecimento em decorrência dos graves conflitos que emergiam no interior das oligarquias – aonde podemos alocar os enfrentamentos ocorridos na região do planalto contestado, onde estava estabelecida a *Lumber Company*.

A década de 1930 foi marcada pela crise econômica iniciada com o *crack* da Bolsa de Nova York, no ano de 1929. Esse fato, associado às transformações anteriormente citadas, resultaram – em âmbito nacional – numa drástica ruptura em consequência do movimento político-militar do ano de 1930, e da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, onde permaneceria pelos quinze anos subsequentes, naquela que ficou conhecida como ‘A Era Vargas’.

(...).

No final desta década retratada, eclodiu a “Segunda Grande Guerra Mundial”, que traz consequências econômicas negativas ao nosso País, sendo necessária a tomada de decisão para o estabelecimento e ao mesmo tempo, o fortalecimento econômico de nossa Nação. O problema é que a solução encontrada, beneficiou pouquíssimas pessoas.

Para corroborar com o que foi dito, transcrever-se-á a narrativa de TOMPOROSKI (seg. p.27):

(...)

No ano de 1939, eclodiu a Segunda Guerra Mundial, ocasionando profundas transformações em todos os países, e, no Brasil, motivou o governo a nacionalizar uma série de companhias estrangeiras, entre elas a *Lumber Company*.

Estas transformações também se manifestaram na região do planalto contestado, especialmente a partir do advento da *Lumber*. As relações sociais, econômicas, políticas e laborais foram profundamente alteradas, e, além

disso, sua atuação também resultou em ingente transformação do meio, em função da devastação ambiental perpetrada pela empresa.

Anteriormente ao advento da *Lumber Company*, a maioria das cidades do planalto catarinense originou-se de um processo histórico que teve sua gênese com o ‘Caminho de Tropas’, o qual ligava o planalto, as províncias platinas, o antigo distrito das Missões e a campanha gaúcha aos campos de Curitiba e à cidade de Sorocaba, ponto de chegada do gado e das tropas oriundas do extremo sul. A passagem das tropas resultou na formação de muitas fazendas de invernada e criação, locais utilizados para descanso e engorda dos animais, após longos trechos percorridos: “a Vila de Lages era um ponto de pouso das tropas que demandavam a província de São Paulo; isto também concorreu para a formação das vilas de Curitiba e Campos Novos”.<sup>4</sup> O comércio trazido a reboque pelo Caminho de Tropas foi considerado pelas províncias como tributável, fato que gerou conflitos relacionados à colocação de barreiras fiscais que pretendiam tributar os produtos comercializados pelos tropeiros, como, a título de exemplo, a erva mate.

Esse processo também ocorreu na área localizada ao norte do planalto, na região de Canoinhas e Três Barras. Ali, além do tropeiro paranaense ou sul-rio-grandense, havia grande número de imigrantes – principalmente poloneses, alemães e ucranianos<sup>5</sup> – que adentraram na região já a partir da década de 1890 e dedicaram-se ao trabalho agrícola em pequenas propriedades ou atividades comerciais e outras ocupações nas áreas urbanas.<sup>6</sup>

Os imigrantes que adentraram na região pelo estado do Paraná, desembarcavam em Paranaguá e Antonina e, em seguida, eram conduzidos até Curitiba, de onde partiam para as colônias a que estavam destinados. Nestas colônias, reorganizavam sua vida social e religiosa, construindo igrejas, sociedades recreativas e escolas.<sup>7</sup>

É preciso considerar que toda aquela região estava sob litígio, envolvida na disputa de fronteiras entre os estados do Paraná e Santa Catarina, a chamada *Questão de Limites*.<sup>8</sup> Com a inserção da *Lumber Company* na região de Três Barras, vastas áreas desmatadas foram loteadas e vendidas pela empresa a colonos do leste europeu, ali estabelecidos por ação do estado do Paraná com o intuito de povoar o território contestado e obter controle efetivo sobre a região. Esse processo elevou acentuadamente o fluxo de imigrantes em toda aquela área.<sup>9</sup> A imigração polonesa para o estado do Paraná foi marcada por dois grandes picos: o primeiro, ocorrido no período entre 1890 e 1896, quando adentraram no estado cerca de vinte e oito mil imigrantes, e o segundo ocorrido no período entre 1907 e 1914, com a chegada de outros vinte e sete mil poloneses. Os alemães também foram assentados na região durante a segunda metade do século XIX, e desenvolveram atividades ligadas à criação e lavoura.

(...).

Com a inclusão deste texto esclarecedor do momento vivido pelo País e os estados em desavença, ainda nos revela os povos imigrantes que se estabeleceram nestas áreas. Conformatando nosso mapa mental, para os fluxos migratórios e imigratório dentro da área estuda. Ao passo, que mais adiante em sua tese, faz alusão ao manuscrito anteriormente inserido VALENTINI (2009), explicando as linhas de pesquisa e qual a principal diferença entre elas, conforme nos é mostrado TOMPOROSKI (seg. p.40):

(...)

A tese de doutoramento do professor Delmir José Valentini, preocupou-se em analisar a atuação da *Brazil Railway Company*, a holding da *Lumber Company* – entre os anos de 1906 e 1916 – e a contribuição da sua atuação para a deflagração do movimento sertanejo do Contestado, propiciando grandes avanços para a compreensão das transformações impingidas por ação do capital estrangeiro na região do Contestado.<sup>29</sup>

A presente pesquisa, tentando reconstruir redes e relações sociais, seguiu três personagens que ajudaram a compor o quadro em que operam as transformações – e as resistências – promovidas pela *Lumber Company*.

O primeiro desses indivíduos é Theófilo Becker, cuja trajetória inicia-se dentro do grande processo de imigração europeia para o Brasil. Seu tio paterno adquiriu um lote de terras na colônia São Lourenço<sup>30</sup>, em Pelotas, no Rio Grande do Sul, em 22 de setembro de 1872. Presumivelmente, a família de Theófilo migrou do Rio Grande do Sul em direção ao Paraná, nos últimos anos do século XIX. Houve significativas formações de migrantes provenientes daquele estado, inclusive para a região do Irani e dos Campos de Palmas.<sup>31</sup>

Theófilo Becker nasceu em Rio Negro, estado do Paraná, no ano de 1881. Podemos localizá-lo com certa facilidade a partir do ano de 1917, no distrito de Três Barras, recém transferido para o controle do estado de Santa Catarina. A essa altura, Theófilo já ocupava o cargo de subdelegado de polícia daquela localidade. Tinha um filho de 11 anos de idade – José Becker, nome dado em homenagem ao avô paterno.<sup>32</sup>

Ao exercer suas atribuições como autoridade policial, sempre que possível, beneficiava a *Lumber Company*, promovendo, juntamente com a companhia, a instituição de uma nova disciplina naquela localidade; reprimindo trabalhadores da empresa e a população em geral; fornecendo proteção e favorecendo-a na condução dos inquéritos decorrentes por acidentes de trabalho ocorridos na *Lumber*, após a instauração da nova legislação trabalhista.

No início de outubro de 1920, Theófilo foi exonerado do seu cargo. Ele foi imediatamente contratado como chefe do corpo de segurança da *Lumber*, e passou a impor resistência à atuação do novo subdelegado, conflito que teve um desfecho surpreendente.

Sua esposa, Dalila, faleceu.

Ele casou-se novamente em 21 de março de 1924, com Alzira, que lhe daria duas filhas, Mafalda, nascida em 05 de dezembro de 1927 e Esmeralda, nascida em 09 de março de 1929. As duas só conviveram com o pai enquanto bebês.

No mês de julho de 1918, Theófilo comprou um “terreno de caíva, cultura, pastagens e banhados, com a área de 195 alqueires (...) situado no lugar denominado Papuan, nesta Comarca”. O terreno foi avaliado em 47:190\$000 (quarenta e sete contos, cento e noventa mil réis). Foi adquirido pelo então subdelegado um ano após a primeira greve deflagrada pelos trabalhadores da *Lumber* e um ano antes da segunda – em um período de grande agitação do operariado – ambas violentamente reprimidas com auxílio da polícia.

(...)

O Distrito de Três Barras referido no texto, é o que se estabelece atualmente no Estado de Santa Catarina, não sendo a Três Barras do Paraná, conforme se observa:



**TRÊS BARRAS-PR**

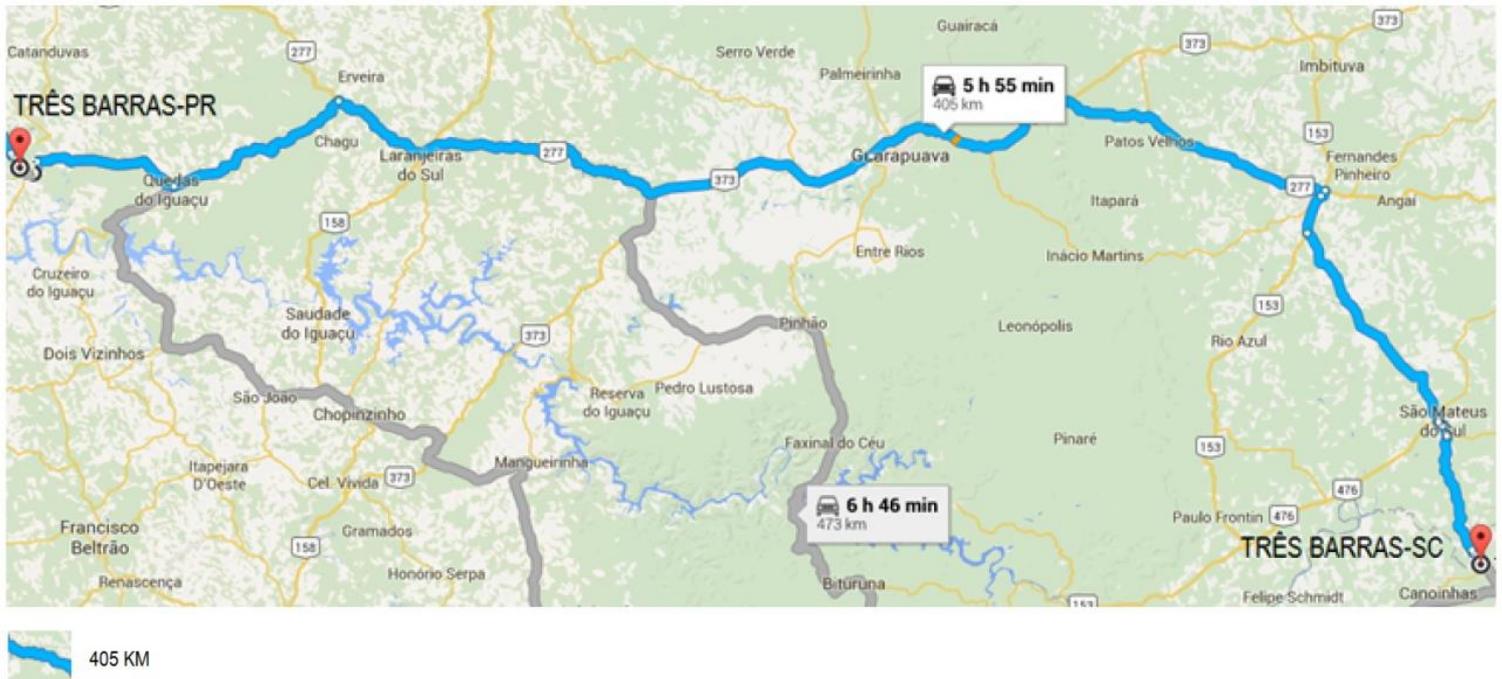


**TRÊS BARRAS-SC**

Mapa de localização. Fonte: (domínio público):

<https://www.google.com.br/maps/@-25.7261602,-51.7185042,9.5z>

## MAPA DE DISTÂNCIA



Mapa de distância. Fonte: (domínio público):

<https://www.google.com.br/maps/dir/Tr%C3%AAs+Barras+do+Paran%C3%A1,+PR/Tr%C3%AAs+Barras,+SC/@-25.9481711,-52.2882579,9z/data=!3m1!4b1!4m1!4m13!1m5!1m1!1s0x94f1b03908507839:0xf3b3687bad8a3376!2m2!1d-53.1843089!2d-25.4217883!1m5!1m1!1s0x94e7731b9be3845f:0x28f94683da8675e7!2m2!1d-50.3120667!2d-26.124115!3e0>

Logo após encontrar o seu primeiro personagem, o discursista, relata o uso da força policial pública, sendo utilizada por interesses particulares. Ou seja: o subdelegado, ao auferir de seu cargo trabalhava para a Empresa Lumber Company, tendo seus proventos pagos pelo povo brasileiro e pela empresa, conforme relatos do autor desta tese. Mas logo foi exonerado e absorvido pela empresa, vendendo sua força de trabalho.

Há de se lembrar, sem estabelecer vínculo com o subdelegado, que a força auxiliar (polícia) existe para manter a ordem e a paz local, ou seja: sua função é promover o controle de massa, proteger o patrimônio público e privado, atender aos chamados de emergência e socorro. A melhor forma de visualizar este fato, é comparar no momento atual, as ocorrências de bloqueio de estradas de rodagem, geralmente feitas por massa revoltosa.

Quando ocorre tal fato, a polícia é chamada para, em primeiro lugar: manter a ordem e o controle de massa, tentando estabelecer a paz. Segundo: desbloquear a via, para que o ambiente de revolta não se inflame ao ponto do descontrole massivo.

Continuando com as análises, TOMPOROSKI, nos diz (seg. p.41 e 42):

(...)

Outro indivíduo cuja trajetória vincula-se com a história da própria *Lumber* é o “baiano”, Oswaldo Rodrigues de Oliveira. Ele nasceu na cidade de Entre Rios, estado da Bahia, em 06 de maio de 1888. Em 1911, formou-se em medicina e no ano seguinte chegou a Santa Catarina para trabalhar como médico da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e, em seguida, na *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Transferiu residência para Três Barras em janeiro de 1913, contratado pela *Lumber* para a função de médico e ocupando a chefia dos serviços sanitários.<sup>33</sup> Foi delegado da higiene em Canoinhas e intendente de Três Barras no período do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina, em 1916. Em 1917, quando Três Barras consistia em distrito do município de Canoinhas, Oswaldo de Oliveira foi nomeado como primeiro intendente de Três Barras. Filiado ao Partido Republicano Catarinense, foi deputado estadual entre os anos de 1919 a 1921 e no período entre 1925 a 1927. Foi reeleito em 1926, concomitantemente para prefeito municipal de Canoinhas e deputado estadual, assumindo, a pedido do governador Adolfo Konder, a prefeitura de

Canoinhas, para o mandato de 1926 a 1930, quando foi deposto pelo movimento político militar. Após o ano de 1945, filiou-se ao Partido Social Democrático.<sup>34</sup> Eleito vereador em 02 de dezembro de 1947, tomou posse no dia 20 do mesmo mês para exercer o mandato de 1947 a 1951, como representante de Três Barras. Nesta legislatura foi, por duas vezes, eleito presidente da câmara municipal, e, durante o segundo mandato de presidente, no ano de 1949, ocorreu o falecimento do prefeito municipal, Otávio Tabalipa, tendo então reassumido o executivo como prefeito municipal até 31 de janeiro de 1951, vindo a falecer no ano seguinte, em 05 de setembro de 1952, vítima de colapso cardíaco.<sup>35</sup>

Por fim, o indivíduo que maior resistência impôs à *Lumber Company*, especialmente nos anos iniciais de suas atividades, Dídio Augusto.

Nascido no dia 22 de abril de 1883, na cidade paranaense da Lapa, onde conheceu o professor João Cândido, o qual havia sido médico do General Carneiro no cerco àquela cidade, durante a Guerra Federalista. O médico lhe empresta livros, estimulando o jovem aos estudos de Filosofia e História.

Em julho de 1904, ajuda a fundar um grupo dramático, no qual escrevia dramas e comédias, levados à cena com Dídio, quase sempre, atuando no papel de galã. Também declamava extensos monólogos. No ano seguinte, aos 22 anos de idade, casou-se com Maria Joana Linhares, de 16 anos, com quem teve treze filhos.

Desde cedo, exerceu a função de rábula (advogado não formado), e, na falta de autoridades titulares, ocupou diversos cargos, tal qual promotor público adjunto, em diversas comarcas.

No mês de setembro de 1908, Dídio Augusto tornou-se secretário da Sociedade Escolar, fundada em Canoinhas poucos meses antes,<sup>37</sup> além de professor da escola mantida pela mesma entidade. Em fevereiro de 1909, assumiu o cargo de diretor da instituição, a qual funcionava no “edifício

mais importante da Freguesia”, reservava 20% das vagas a alunos pobres e, naquele momento, contava com 36 alunos.<sup>38</sup> Entre os sócios da instituição, figuravam os nomes de Francisco Ferreira de Albuquerque – Coronel, chefe político de Curitiba e um dos fomentadores da transformação de Canoinhas em município, o que viria a se concretizar no ano de 1911 – e Roberto Ehlke, grande proprietário da região de Canoinhas e que viria se converter num dos principais expoentes da política daquela localidade após sua emancipação, em 1911. Podemos afirmar que Dídio possuía livre trânsito entre importantes chefes políticos da região do planalto contestado.

Dídio sempre publicou textos em diversos jornais de Santa Catarina e Paraná. Era um colaborador recorrente do jornal *O Trabalho*, de propriedade do Coronel Francisco Ferreira de Albuquerque, publicado no município de Curitiba (então sede do distrito de Canoinhas). No dia 13 de maio de 1909, o jornal trouxe um texto de Dídio, que refletia acerca dos resultados da Lei Áurea, a qual havia sido assinada quase vinte anos antes. Destacou a dicotomia da lei que libertara os escravos, porém lhes privara das condições fundamentais para uma inserção digna na sociedade.

Além de defender a ideia de que os ex-escravos deveriam ter sido indenizados após a libertação, Dídio demonstra admiração pela insatisfação e luta dos cativos em prol de sua liberdade.

Dídio Augusto, era um fervoroso paranaense, ao que se refere à questão do tratado de delimitação estabelecido. Mas não fica claro do porquê. Devido ao fato, deste ter sido o primeiro Prefeito de Três Barras-SC, quando ainda morava em Rio Negro-Pr.

Talvez, a resposta seja desvelada nas páginas sucedentes. TOMPOROSKI, (seg. p.43):

(...)

O fato de ocupar cargos, nomeado como substituto, permitiu-lhe acumular farta experiência no que tange a política e a administração dos muitos municípios por onde transitou no planalto contestado. Nos primeiros anos da década de 1910, Dídio fixou residência no município paranaense de Rio Negro, do qual Três Barras fora desmembrada em 1<sup>a</sup> de abril de 1913. Em Rio Negro, no ano de 1914, foi eleito o primeiro prefeito do município de Três Barras, sendo reeleito para o cargo, que ocupou até 1917<sup>40</sup>, quando aquele município paranaense passou ao controle de Santa Catarina, como resultado da assinatura do Acordo de Limites entre os dois estados.

Dídio Augusto militou contra o acordo e tentou incitar outros prefeitos do estado paranaense a reagirem. O movimento era liderado no Rio pelo paranaense Alencar Guimarães e, em 1917, Dídio telegafou ao então senador Ruy Barbosa, afirmando que a população do município que ele governava – Três Barras – não havia sido consultada acerca do Acordo.

No ano de 1918, Dídio fundou o jornal operário “A Liberdade”, em Três Barras. Sua fundação ocorreu poucos meses após sua saída da chefia política do município de Três Barras, bem como após a deflagração de uma greve pelos trabalhadores da *Lumber* naquela localidade, em meio à mobilização contra o Acordo de Limites.

A partir do ano de 1919, passou a publicar textos criticando de forma veemente a companhia de origem norte-americana. A campanha denunciava abusos praticados pelos mandatários da empresa, mas, também, as facilidades propiciadas pelos poderes públicos, que – como resultado de um “delírio protetório”<sup>41</sup> – lhe forneciam todas as condições para exercer o controle e influência sobre amplas áreas dos estados do Paraná e Santa Catarina. A publicação de um de seus textos mais incisivos ocorreu no Natal de 1919, quando o setor madeireiro sofria com o monopólio praticado pela *Lumber* e pela estrada de ferro, deixando as serrarias nacionais desprovidas de vagões para distribuição de sua produção. Dídio afirmava que a situação fora agravada pela complacência das autoridades, que estavam seduzidas “sorrindo babosos ao lourejar do dólar”.<sup>42</sup> Ainda segundo ele, “O ‘sindicato dos gringos’ subvenciona autoridades que abandonaram a consciência de seu dever para protegê-los nos seus banditismos *a far west*”.<sup>43</sup> Outro aspecto referenciado pelo texto foi o baixo preço pago pela madeira

comprada dos proprietários locais. Ademais as denúncias de facilidades disponibilizadas pelas autoridades locais em prol da companhia e da violência empregada pela mesma para obtenção do controle sobre a região, Dídio fez referência ao fato da empresa ter ludibriado proprietários de áreas de mata, os quais venderam as madeiras a baixos preços. Nesse período, Dídio litigava contra a companhia – como teremos oportunidade de examinar no capítulo 3 – pois a mesma se negara a cumprir cláusulas do contrato estabelecido com seu cliente, o fazendeiro Francisco dos Santos Sobrinho. Além disso, Dídio discursou aos operários da *Lumber* em greve. Essas razões motivaram sua prisão – por determinação dos diretores da companhia – em Três Barras e seu envio à prisão de São Francisco do Sul, onde permaneceu preso por quatro dias; razões que resultaram no sequestro do fazendeiro sob ordens da *Lumber*, como nos velhos filmes de faroeste.

O discurso do autor, além das críticas diretas, deixa transparecer um viés ecológico, – algo surpreendente, pois nesse período as questões ambientais não resistiam ao discurso de progresso e desenvolvimento – uma preocupação com o processo industrial da *Lumber*, a qual, além da devastação das florestas, também realizava incêndios, o que, segundo Dídio, resultaria no desaparecimento das nascentes de água.<sup>44</sup>

Esse combate feroz à *Lumber*, além de motivações pessoais, era deflagrado em virtude de verdadeira preocupação com a violência, tirania, devastação e exploração impingida pela *Lumber* e que estava causando profundas transformações na região do planalto contestado.

O início do mês de fevereiro de 1921 foi marcado pelo surgimento de um novo “ajuntamento fanático”, desta vez no município de Cruzeiro (atual Joaçaba).<sup>46</sup> As cicatrizes do movimento de 1912 – 1916 ainda se faziam presentes, e as reuniões de sertanejos eram comuns.

(...)

Ao se estabelecer a compreensão das ideologias que delineavam os envolvidos (União, Estados, grileiros e posseiros/população), neste recorte histórico, pode-se correlacioná-las com os eventos oriundos das revoltas em Três Barras do Paraná. Pois o plano conjuntural ideológico, permanece o mesmo até os dias atuais. “Mais do mesmo” (Renato Russo-Legião Urbana).

O mais impressionante de toda essa história, está na irrelevância dos confrontos internos, para os interesses das empresas internacionais. Para estas, a única preocupação era de extrair o máximo de recursos em menos tempo, com ou sem “guerra”. E realmente foram elas que ganharam alguma coisa com tudo isso!

Os Estados de Santa Catarina e o Paraná, ganharam apenas questões de jurisprudência, que dado ao tempo, não receberam dividendos, tributos ou taxas. Perderam centenas de hectares de florestas e territórios.

## REVOLTA EM TRÊS BARRAS DO PARANÁ

E irá continuar assim, se os detentores de títulos acadêmicos, quando exercerem os cargos públicos de governo, não aplicarem as inércias teóricas e se lançarem ao prático ideal de mudar as coisas, fazendo-as para todos e não só para si ou para o Capital...O mundo pode ser um lugar bom de se morar. Mas não pensem que ter boa vontade e fazer algo para todos, vai mudar o mundo. Simplesmente porque é impossível atender à todos. Cada indivíduo quer algo diferente de outro, pois suas necessidades são formuladas, tanto no meio psíquico, quanto no ambiente físico.

O mundo perfeito, somente seria construído se a humanidade abrisse mão de todos os sistemas econômicos e se unissem para desenvolver equipamentos que pudessem gerar novas máquinas e estas trabalhem para atender todas as demandas das produções (de todas as espécies) mundiais. Onde sustentariam a população mundial.

E não haveria mais a força de trabalho remunerada, mas a união de forças e o entrelaçamento destas, com os demais indivíduos do mundo. Cada um, desenvolvendo trabalhos técnicos e manuais, em turnos rotacional de atividades diversas. Um mutirão mundial para construir as casas, as indústrias, as estruturas de base e assim por diante. Sendo que cada país, passaria a borracha em suas linhas territoriais, deixando de ser unidade, para se transformar em comunidade de apoio ou unidade matriz de matéria-prima. Que no caso, todos se caracterizariam assim.

Imaginem, caros leitores, todas as fábricas do mundo sendo usadas para a produção de materiais pertinentes à sobrevivência e o aconchego pessoal e social, com seres humanos trabalhando em conjunto, apenas duas horas por dia e tendo que voltar àquele local de trabalho, somente no ano seguinte. Porque o número populacional assim permite. Logo; esse indivíduo sai daquela fábrica e vai na escola, ensinar os alunos. Depois exercerá a função de minerador ou fabricante de cerveja e por fim, termina seu turno de trabalho. Não tem remuneração e muito menos um sistema central de comando ou políticas de controle. Porque para se alcançar tal plenitude evolutiva, a humanidade teria de se metamorfosear em "*homo sapiens-sapiens habilis sensus speciosa cultrum*".

Caro leitor...Acha isso possível? Se, nem, os que deveriam ter visão avançada do mundo e das sociedades, não conseguem se unir para desenvolver pesquisas. E elevam valores em documentos que, muitas vezes, nem se quer são merecidos, como aos atribuídos à doutorados plagiados e/ou projetos desenvolvidos por outrem. A cúpula pensante, talvez seja a mais ignorante! Falam do Capital e do sistema, mas fazem parte deste e são remunerados por ele. Criticam-no tanto, mas fazem de tudo para vender sua matéria-prima: a força mental e de seus produtos. Candidatam-se a cargos públicos e discursam, mas na hora de votar ganhos salariais para a classe política...é o mais correto. Depois criticam o sistema e se utilizam de Canudos (duplo sentido).

Canudo não significa absolutamente nada!

Quem são as pessoas que modificam mundo atualmente? São doutores? Não...

Quem fundou a Microsoft não é doutor!

Jobs, também não era doutor, assim como muitos inventores e amantes do conhecimento e da sabedoria não o eram também.

O mais importante não é o que a pessoa possui como representação intelectual (canudos e títulos), mas o que ela pode oferecer ou contribuir ao mundo e a sociedade com seu intelecto. Muitos entendem que ter um doutorado é a plenitude de uma vida acadêmica. Sendo que a maioria dos acadêmicos desejam um título desse, não para desenvolver algo à humanidade ou para a melhoria de seu próprio bem estar, mas para se aparecer perante ela. E assim, não importa como conseguir este título (plágios e manipulação, enfim, o meio mais fácil e menos trabalhoso).

E aqueles que não possuem um título de doutorado (na atualidade) deve ser ignorado. Assim como Michael Faraday, que se não fosse por Maxwell desenvolver os cálculos, suas descobertas ficariam esquecidas. Porque a classe pensante “doutorática” da época não aceitavam pesquisas sem respaldo matemático. E que esses, também, não foram capazes de elaborar, ou de pelo menos analisar se as descobertas de Faraday era possível (campo experimental magnético).

Porém; nos tempos atuais, muitos “profissionais” realizam pesquisas e projetos embasados em trabalhos daqueles que não possuem grau de superior categoria e nem se quer são referenciados.

Com o respeito mútuo, e não visando papel/documento, toda a humanidade pode ter seu próprio meio de transporte, suas moradas, e outros. Basta se unirem para desenvolver as máquinas e os robôs, para fabricar os veículos, o material necessário às matrizes e todo o resto. Com relação aos transportes, não serão automóveis, ou transportes coletivos. Porque alcançaríamos um patamar de desenvolvimento científico propício ao tele transporte individual.

Mas a natureza humana não permite se desenvolver a tal nível intelectual, ao ponto de formar e construir a sociedade perfeita (sem comando, sem disciplina, sem salários), tudo isso embasado apenas no bom senso e no respeito. Pois; o respeito gera amor próprio e ao próximo e estes desenvolvem o senso prático de união social, respeitando a natureza, a si mesmo e a sociedade como um todo.

Se seres divinos não foram capazes de estabelecer tal conduta, imaginem os da raça humana!

O lugar mais perfeito já descrito ou reverenciado na história humana e conceituado de formas variantes em todas as culturas antigas e contemporâneas, também sofreu transgressões das leis sociais e doutrinárias, que se expressam nas palavras do Apóstolo João, apocalipse 12.7, in: Bíblia Sagrada (p. 1567), que retrata uma batalha no céu.

Após este bombardeamento cogitabundo, finalmente se reestabelecerá o assunto: Confrontos no Município de Três Barras do Paraná, conforme reinicia-se:

CHAGAS (2015, p.15), insere em seu trabalho mapas demarcando o território do Município de Catanduvas e sua divisão territorial distrital de Três Barras do Paraná. Conforme pode ser analisado:

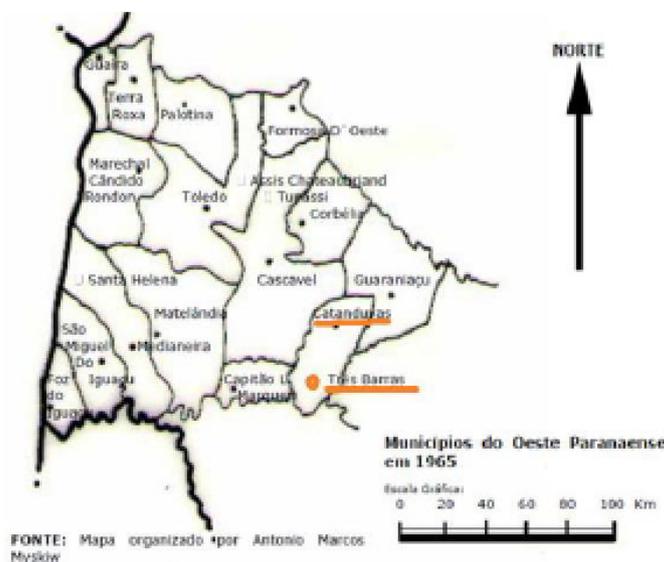


Figura I: Mapa organizado por Antonio Marcos Myskiw, em destaque a região oeste do Paraná e a divisão territorial por municípios no ano de 1965.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Informações retiradas do site: < <http://www.cantuquiriguacu.com.br/tresbarras.php>>.

<sup>2</sup> Retirado de: MYSKIW, Antonio Marcos. *Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste paranaense (1960/66)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói/RJ: 2002.

Mapa distrital. Fonte: CHAGAS (2015, p.15)

Outro importantíssimo mapa, que além de ilustrar as áreas, ainda nos esclarece onde estão os focos revoltosos em 1948 a 1964. Sendo este conformatado em sua página 56. Porém, este que vos escreve, adaptou-o e assim o expressa:



**FONTE:** Mapa organizado por Antonio Marcos Myskiw, a partir de informações encontradas nas fontes documentais.  
 Figura III: Localização de alguns dos conflitos por terra no Paraná nas décadas de 1950/1960.<sup>124</sup>

Mapa focos de revolta (adaptado).  
 Fonte: CHAGAS (2015, p.56)

A autora em sua página 57 e 58, nos revela como se caracterizava a economia e quais foram os grupos de pessoas que se interessavam pelo Sudoeste do Estado do Paraná.

(...)

Na região Sudoeste do Estado Iria Zanoni Gomes, em seu livro *1957 a revolta dos posseiros*, destacou que “o Sudoeste do Paraná é uma região que foi de fato ocupada a partir da década de 40, dentro do processo de expansão da fronteira agrícola e a partir do deslocamento de colonos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina”. Dentro desse contexto histórico é que a autora analisou “a organização e resistência dos colonos como resultado de um aprendizado adquirido no próprio processo de luta pela terra”<sup>128</sup>.

Gomes apresenta os colonos e as companhias de terras como os dois agentes sociais desse conflito, destacando que os colonos que vieram para a região Sudoeste do estado do Paraná buscavam terras para se estabelecerem e trabalharem e tinham por objetivo “a propriedade, a mercadoria e o dinheiro”, ou seja, condições para manter o modo de vida de pequeno produtor familiar. Gomes enfatiza que no Sudoeste paranaense, como em outras regiões do Estado, “o latifúndio se apresenta posterior à estruturação da economia com base na pequena produção familiar e vai lutar com ela pelo domínio das terras”<sup>129</sup>. Segundo Gomes:

O direito à terra é contestado de forma violenta, arbitrária e ilegal pelas companhias imobiliárias que se estabelecem na região. Esse fato intensifica a luta pela terra, fazendo eclodir um movimento de resistência dos colonos, conhecido como a Revolta de 57. Esse movimento foi fundamental para a consolidação da pequena propriedade no Sudoeste do Paraná, o que intensificou uma ocupação democrática da terra, à medida que o latifúndio foi vencido.<sup>130</sup>

Gomes destaca que a organização não se iniciou em 1957, no auge do processo de violência, mas já em 1951, quando a primeira companhia imobiliária – CITLA – instalou-se na região e iniciou suas atividades. Para a autora foi a partir desse momento, da instalação da companhia imobiliária, que os moradores da região estabeleceram as primeiras articulações para defender suas posses, “penso que aí está contido o embrião de organização que se transforma na ação coletiva de tomada das cidades, em outubro de 1957”<sup>131</sup>.

(...).

Com a primeira Companhia Imobiliária Instalada, na região Sudoeste, desenvolve-se um ambiente de aflição e tensão entre os colonos e posseiros, ao respeito da titulação/documentos de propriedade.

À partir deste episódio, ficou à cargo do Grupo Executivo para Terras do Sudoeste do Paraná – GETSOP, criada em 1962, pelo Presidente João Goulart, o cadastramento, que por ser demasiado longo o processo de registro, algumas pessoas ficaram sem registrar as terras que ocupavam. Conforme se pode acompanhar nos relatos de CHAGAS (seg. p.59). (...)

Gomes nos apresenta as principais motivações que levaram à revolta de 1957, destacando o apoio governamental cedido às companhias que atuavam na região Sudoeste do Paraná e a forma como essas coagiam os colonos e posseiros a assinarem termos de compromisso de compra ou ainda a saírem das terras que ocupavam, por meio de espancamentos, saques e mortes. Esse contexto de apoio governamental às companhias, de coerção e violência às populações estabelecidas na região, além da incerteza quanto à posse das terras por tais companhias fomentaram o conflito, o qual mais tarde implicou na titulação das terras aos colonos e posseiros, ação esta realizada pelo Grupo Executivo para Terras do Sudoeste do Paraná – GETSOP, porém tal titulação não se deu de maneira imediata ao término do conflito. As terras da gleba Missões e parte da gleba Chopim foram desapropriadas pelo Decreto nº 50.379 em 27 de março de 1961 no governo de Jânio Quadros e, posteriormente, após sua renúncia o vice-presidente João Goulart deu continuidade às atividades criando o GETSOP, o qual iniciou suas atividades a partir de 1962, solucionando problemas de desapropriação e titulando as áreas de terras a colonos e posseiros.

(...)

A autora acredita que a união das pessoas, que tem o mesmo interesse em terras e posses, é o principal fator para o início das ações coletivas para a tomada das cidades.

Há vários outros fatores para tomada das cidades, e o mais importante foi esclarecido: a união de pessoas com interesses comuns em um objeto/foco específico. No Rio de Janeiro, por exemplo, muitas áreas habitacionais foram tomadas pelo tráfico de drogas. Grupos de pessoas interessadas em comercializar drogas ilícitas, invadiram os complexos de moradias, literalmente, tomando conta destes. Mas o termo utilizado aqui, “tomada de cidade”, não se adequa ao tratado. Pois a tomada de cidade se estabelece em um nível mais abrangente, onde necessariamente, tem de ter envolvimento dos poderes políticos: nacionais, estaduais, municipais, associados à interesses econômicos e estratégicos de ambos os participantes que desejam conquistar uma ou mais cidades. No intuito de defesa, enriquecimento da nação/país e/ou declaração proclamada de conquista e afirmação de jurisdição nacional (*uti possidetis*), em uma área dentro do continente ou em outro (Antártica). O exemplo que mais se ajusta, seria: (Hitler) invasão alemã às cidades de seu interesse.

No caso das revoltas descritas até o momento, por: defesa, ocupação, terrádego e estabelecimento de terras e moradias. Em uma pequena porção de um estado, no caso, o Estado do Paraná. Este, se forja nos processos de usucapto, fruição e. Ou seja: lutas por território ou terra. As cidades construídas, por este tipo de manifestação popular, ocorre simplesmente porque não havia uma política de desenvolvimento (Nacional, Estadual e Municipal). Deixando isolada àquela região onde assentamentos são fundados. Como é o caso de Canudos e Três Barras do Paraná. Um grupo social isolado, irá desenvolver suas próprias crenças, enfim, sua própria cultura, seus sistemas de desenvolvimento econômico e projetos (ordenados e também desordenados) de expansão territorial. Porque as famílias se multiplicam e refugiados, bem como grupamento de excluídos se instalam no vilarejo. Consequentemente, uma cidadela, com mais de 20.000 habitantes. Considerando o número de moradores, Belo-Monte, na verdade, poderia ser considerado Município (nos dias de hoje). Se houvesse votantes.

Aproximando-nos da história de Três Barras do Paraná, há uma contextual explicação em sua página 61, que nos remete:

Dessa forma, entre os conflitos citados – a revolta de Três Barras, a revolta dos colonos, a revolta de Porecatu e a de Trombas e Formoso – percebemos algumas particularidades, as quais estão associadas diretamente aos contextos político e social que estavam em voga no período das décadas de 1950 e 1960, porém anterior a estes a revolta do Contestado também já se fazia perceber como um movimento que teve como principal motivação a posse da terra e garantia dos meios de vida, por aqueles que estavam sofrendo um processo de expropriação.

Martins (1981) salienta que:

Embora tais movimentos não apresentem unidade na forma de sua expressão, de sua organização, de seus objetivos, eles apresentam uma certa unidade quanto à causa. De fato, o que em todos eles estava em jogo não era propriamente a propriedade da terra e sim a renda capitalista da terra [...]. A valorização é concretamente o aparecimento da renda territorial onde ela não existia. [...] Os grileiros buscavam basicamente a obtenção de títulos de terras do governo que podiam ser hipotecados no banco do próprio governo e transformados em capital para aplicação em outros negócios. [...] o que levou o conflito aos posseiros foi a tentativa de extração de uma dupla ou até tripla renda da terra. O camponês era obrigado a pagar mais de uma vez pela mesma terra a cada companhia que se apresentasse munida de um título de propriedade, sob pena de expulsão.<sup>138</sup>

Continuando em suas explanações, a autora, menciona que MARTINS (1981), observa que: todos esses conflitos e a atuação das imobiliárias ocorrem devido a construção das estradas e das ferrovias. Valorizando as terras e a região em si.

Nesse momento, fica claro como ocorrem os ambientes (psíquico) costumaz das pelejas “glebais”

Em seu trabalho, Chagas, caracteriza posseiros e colonos (Seg. p.63 e 64), à saber:

(...)

No que diz respeito à noção de posseiro partimos da compreensão de que trata-se do sujeito que se encontra na posse, que ocupa um trecho de terra, mesmo não sendo portador de um título legal de propriedade, porém essa noção também não se resume a essa caracterização voltada a propriedade da terra, a questão legal. Dessa forma o posseiro é aquele sujeito que se estabeleceu em uma determinada localidade, podendo ter ou não comprado o direito de posse de outros, sendo que estes podem ser pequenos ou grandes e manterem seus modos de vida como colonos ou mesmo caboclos<sup>141</sup>.

Pensando em tais aspectos optamos por utilizar ambas as noções ao longo do trabalho, apresentando-as como *colonos* e *posseiros*, pois percebemos por meio da análise das fontes adotadas que os sujeitos que estiveram envolvidos na revolta de Três Barras e narram sobre ela se apresentam em grande maioria como colonos, devido a seus modos de vida, porém quando estes são interrogados e também nas falas das testemunhas de acusação estes são apresentados como posseiros, sendo que este termo como é apresentado está estritamente ligado a terra e constitui-se como um discurso de deslegitimação e desqualificação de tais sujeitos e dos seus atos para manter suas posses e seus meios de vida. Dessa forma, a opção por apresentar as duas noções, ao longo do texto, faz-se no sentido de compreendermos, dentro do contexto da revolta de Três Barras, ambas como complementares e, se optássemos por uma destas noções estaríamos limitando o modo, principalmente, como os sujeitos que participaram da revolta se percebem.

A revolta de Três Barras se deu quando os colonos e posseiros sublevaram-se e prenderam alguns profissionais do Departamento de Geografia, Terras e Colonização – DGTC – que realizavam a medição das terras na região. As terras que estavam sendo medidas diziam respeito à colônia Timburi, que fora titulada à empresa Bellé & Simioni, em 1959, pelo governo estadual. No interior dessa colônia estava situada a localidade de Três Barras. Os profissionais que foram presos – topógrafos, agrimensores e picadeiros de mato – haviam

sido contratados pela empresa com o objetivo de medir e demarcar as terras, além de realizarem acertos com os colonos e posseiros que estivessem ocupando alguma área da colônia<sup>142</sup>. Além dos profissionais, foram presos também colonos e posseiros considerados pelos demais como grileiros.

As ações dos colonos e posseiros se deram com a intenção de obter a intervenção do exército – batalhão localizado em Francisco Beltrão/PR –, para que o mesmo mediasse as cobranças realizadas e, principalmente, coibisse os atos de violência que estavam acontecendo. Após a ocorrência de três mortes, a polícia de Cascavel/PR entrevistou prendendo 33 colonos e posseiros e instaurou o Auto de Ação Criminal 147/64<sup>143</sup> para apurar os responsáveis pelas mortes e pela revolta.

(...).



Não há a possibilidade da leitura, porque a reprografia foi realizada por funcionário da Biblioteca, não sendo possível retirar este documento. Porém; pode ser útil ao contexto histórico e a preservação da história-documental. Ou seja: Existe um artigo em um jornal, que retrata os conflitos e o depoimento do agrônomo agredido em Três Barras do Paraná. E este, está em Curitiba-Pr. Deve-se lembrar que: nesta reportagem encontra-se os nomes dos revoltosos, bem como, reconhecido mandante.

A revolta ocorrida no Município, diferencia da estabelecida em Ferrabraz-RS, onde as forças nacionais atuaram para intervir e desapropriar a comunidade de Jacobina. Porque, na verdade, se transformou em uma guerra civil.

Mas o Exército atuou de forma conciliadora em Três Barras do Paraná. Mas as forças auxiliares, agiram de maneira mais ríspida e de forma a empregar ação repressora. Como relata Myskiw, na página 65 e 66 de Chagas:

(...)

Myskiw, pode ser advinda das experiências compartilhadas da Revolta dos Colonos que ocorreu em outubro de 1957 na região Sudoeste do Paraná. Este destacamento do Exército se fazia presente na região por meio da Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, que em um primeiro momento foi instituída da região sob a égide da ocupação e colonização desta. Criada em 12 de maio de 1943 pelo decreto nº 12.417, a CANGO teve suas ações praticamente paralisadas quando da instalação da Clevelândia Industrial e Territorial Limitada – CITLA na região em 1951, a qual passou a contestar na justiça a posse das terras pertencentes a Colônia, além de outros atos violentos e ilegais praticados pela companhia com a intenção de obter tais terras. Dessa forma, o batalhão do Exército localizado em Francisco Beltrão/PR, atuou no sentido de esclarecer aos colonos e posseiros a situação em que encontravam tais terras, ou seja, de salientar que a posse da CITLA estava sendo contestada em juízo. E mais tarde, quando da revolta em 1957, também esteve presente como mediador do conflito, não atuando diretamente, mas se fazendo presente em favor dos colonos e posseiros envolvidos, sendo que ficou o destacamento do exército responsável pelo encaminhamento dos dirigentes e jagunços das companhias que haviam sido presos no momento da revolta<sup>146</sup>.

Martins salienta que:

[...] poucos sabem e se dão conta de que o campesinato brasileiro é a única classe social que, desde a proclamação da república, tem uma reiterada experiência direta de confronto militar com o Exército: em Canudos, no Contestado, e, de um outro modo, em Trombas e Formoso; ou então, uma experiência de intervenção direta do Exército: na insurreição do Sudoeste do Paraná, no Nordeste, e mais recentemente nos conflitos camponeses do Araguaia-Tocantins. Nas disputas entre as classes dominantes e os trabalhadores urbanos, a interferência do Estado se dá por outros meios. Quando os conflitos se exacerbam, a intervenção tem geralmente cabido à polícia política ou à polícia militar.<sup>147</sup>

A partir de tais apontamentos podemos pensar a hipótese de que a intervenção por meio do exército dava-se apenas quando a ordem governamental do país era questionada, como no Contestado, quando os sertanejos foram acusados de monarquistas. Nesse sentido, para os conflitos em que a ordem política não era discutida a interferência se dava pela polícia política ou mesmo a polícia militar.

Assim, é pensando todo contexto histórico e as noções apresentadas que nos propomos analisar como se deu a revolta de Três Barras, o processo que envolveu este conflito, os sujeitos que dele participaram, as experiências que estes vivenciaram e as (re)criações de memórias sobre a revolta. Isto feito por meio de narrativas orais e de depoimentos/narrativas presentes no Auto de Ação Criminal 147/64 – processo “Três Barras”.

(...). In: CHAGAS (2005, p. 65 e 66).

Ao entender as atuações do Exército e da polícia, adentrar-se-á no registro histórico que CHAGAS (seg. p.85) deixa para nós:



Foto - Grupo de revoltosos. Fonte: CHAGAS (2015, p.85)

Conforme os inquéritos, recuperados por MYSKIW (2002) E CHAGAS (2015, p.84), os mandantes destes ataques, são:

(...)

Uma dessas fotografias é apresentada com a legenda: “grupo de revoltosos”, na qual são destacados, no verso e a caneta, os cinco posseiros e colonos entendidos como os responsáveis pela revolta. São eles: 1. Pedro Lopes Santana – chefe; 2. João Arruda (carcereiro) – chefe; 3. Laureano José de Souza (chaveiro) – chefe; 4 Rodolfo Farias (olho de vidro) – chefe; 5. Lourival Alves Martins – chefe<sup>181</sup>.

(...). In: CHAGAS (2015, p.84)

Mayara da Fontoura Chagas, questiona as fotografias, tentando descobrir quem foi o autor. E quais as intenções do mesmo.

(...)

Esse registro fotográfico, dos sujeitos envolvidos na revolta e das armas apreendidas (armas de fogo e armas brancas), foi utilizado de forma a ilustrar o que foi apresentado pelo Coronel Lapa em seu relatório policial. Além disso, não sabemos se quem tirou as fotos tinha apenas a intenção de registrar pelo viés policial ou se tinha outros interesses como, por exemplo, o jornalístico.

(...).

O procedimento policial, já naquela época, se estabelece até os dias atuais, para a efetiva condução aos atributos policiais e jurídicos. Logo, quando uma unidade policial apreende armas, munições e os envolvidos, tende-se a reportar com fotografias como prova criminal. Tal afirmação, recai na ausência de reportagens com estas fotografias e que, as fotos possuem o carimbo do Tribunal de Justiça. E além disso, as mesmas foram conseguidas por Myskyw, de posse da cópia da ocorrência.

Em sua página 87, nos diz:

(...)

O inquérito policial segue apresentando Termos de Interrogatório e Qualificação, Autos de Declarações, e Assentadas; além de exames cadavéricos, relações de armas apreendidas e dos suspeitos detidos, imagens e relatórios, sendo que estes embasaram a denúncia realizada pelo Promotor Público João Batista Kobber, a qual foi aceita em vinte de agosto de 1964, pelo então Juiz de Paz em exercício Eli do Espírito Santo, que expediu mandados de prisão preventiva para os quarenta e três acusados.

Assim, conclui-se que, de maneira geral, o inquérito policial foi instaurado e conduzido no sentido de elucidar os fatos e não a intencionalidade do conflito agrário, sendo que ganhou destaque a investigação sobre a participação de Walter Alberto Pécoits como mentor da revolta de Três Barras.

(...).

A questão da terra não é de alçada da polícia, cabe ao poderes de instância maior, que se configuram: nacionais, estaduais, municipais. A força policial tem a função de manter a ordem pública e estabelecer a paz, bem como atender ocorrências de emergência e socorro. No âmbito local.

Ao se estabelecer as áreas de ocupação, definir as posses e restaurar a paz e a ordem no Município, a economia pôde ser retomada intensamente, com a produção de feijão, leite, soja, milho, frango, suíno, peixe e hortifrútiis, abrindo as portas ao cooperativismo, indústrias e vários ramos de atividades comerciais.

Os dados mais recentes da área em estudos são datados em 2006, sendo os mais confiáveis - FONTE: IBGE - Censo Agropecuário, 2006, que nos informa:

<b>ATIVIDADES ECONÔMICAS ESTABELECEMENTOS ÁREA (ha) em 2006</b>	<b>CONDIÇÃO DO PRODUTOR ESTABELECEMENTOS ÁREA (ha)</b>
	Proprietário 1.306 37.997
	Assentado sem titulação definitiva 5 37
Lavoura temporária 703 13.766	Arrendatário 69 989
Horticultura e floricultura 16, 244	Parceiro 17 307
Pecuária e criação de outros animais 763 26.032	Ocupante 68 842
Produção florestal de florestas plantadas 5,79	Produtor sem área 26

Conforme informação do Ministério do Trabalho Estadual (MTE) de dezembro de 2012, as atividades econômicas possuem os seguintes dados:

Indústria da madeira e do mobiliário	4	17
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	1	2
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	3	59
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	3	322
Construção civil	6	14
Comércio varejista	93	257
Comércio atacadista	5	32
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	4	29
Administradoras de imóveis, valores mobil., serv. técn. profis., aux. ativ. econ.	4	10
Transporte e comunicações	25	64
Serviços de alojamento, alim., reparo, manut., radiodifusão e televisão	11	29
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	6	4
Ensino	2	3
Administração pública direta e indireta	2	410
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	33	112
<b>TOTAL</b>	<b>206</b>	<b>1.379</b>

Sendo que a produção é representada pelo relatório de produção agrícola municipal – IBGE, 2006, conforme se apresenta:

PRODUTOS	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR (R\$1000,00)
Feijão	2.000	3.209	1.605	4.205
Fumo (em folha)	458	1040	2.271	5.096
Laranja	80	600	7.500	384
Limão	1	15	15.000	9
Maçã	1	10	10.000	12
Mandioca	550	13.200	24.000	3.630
Manga	2	38	19.000	38
Maracujá	1	10	10.000	26
Melancia	8	232	29.000	208
Melão	3	60	20.000	129
Milho	5.700	24.360	4.274	8.766
Pêssego	3	24	8.000	36
Soja	15.230	57753	3.792	42.159
Tangerina	1	29	29.000	21
Tomate	2	70	35.000	84
Trigo	1.400	2.520	1.800	1.159
Uva	7	56	8.000	128

A produção pecuária e de aves nos é informado pela mesma fonte:

Rebanho de bovinos	52.973
Galináceos (galinhas, galos, frangos(as) e pintos)	1.416.325
Rebanho de ovinos	2.000
Rebanho de suínos	58.835
Rebanho de caprinos	1.500
Codornas	532
Rebanho de ovinos tosquiados	720
Rebanho de vacas ordenhadas	17.264

A produção pecuária é demonstrada pelo levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia - IBGE, 2006, sendo representado assim:

Lã	2	1.380	kg
Leite	25.621	35.098	mil litros
Mel de abelha	59	9.009	kg
Ovos de codorna	9	9	mil dúzias
Ovos de galinha	1.375	1.250	mil dúzias

A população cresceu com relação aos dados obtidos na obra Três Barras do Paraná (2000), que em 1996 era de 8.712 habitantes. Conforme dados do IBGE, 2010, a população é de 11.824 habitantes. Tendo 75 habitantes a mais que no ano de 1989, cujo total era de: 11.749.

#### POPULAÇÃO RURAL E URBANA - TRÊS BARRAS DO PARANÁ-1983\9 e 1996

ANO	POP. URBANA MASCULINA	POP. URBANA FEMININA	TOTAL POP. URBANA	POP. RURAL MASCULINA	POP. RURAL FEMININA	TOTAL POP. RURAL
1983	1.913	1.900	3.813	7.652	7.145	14.797
1984	1.926	1.923	3.849	7.354	6.886	14.240
1985	1.942	1.943	3.885	7.067	6.635	13.702
1986	1.955	1.965	3.920	6.794	6.392	13.186
1987	1.970	1.987	3.957	6.529	6.159	12.688
1988	1.984	2.010	3.994	6.278	5.931	12.209
1989	1.997	2.033	4.030	6.033	5.716	11.749
1996	2.130	2.215	4.345	4.514	4.198	8.712

Tabela populacional (In: NITSCHE - Três Barras do Paraná (2000))

Este crescimento se deve as atividades: industriais, comerciais e a expansão da mão de obra durante a construção de Salto Caxias. Que ao se encerrarem, deixou uma massa de pessoas, composta por: desempregados, empregados informais e formais, desencaixados de todo o processo de mercado e social, que se estabeleceram em áreas vizinhas e no próprio Município. Destes, irão surgir: Favelas – pelos desencaixados e novos comércios - pelos que saíram das obras da represa, com algum ganho maior, ou que, continuam desenvolvendo trabalhos para a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) ou as empresas filiadas, tendo capital suficiente para gerir novos empreendimentos no Município.

A população possui uma força de trabalho jovem, conforme se observa nos dados etários:

FAIXA ETÁRIA (anos)	MASCULINA	FEMININA	TOTAL
Menores de 1 ano	82	71	153
De 1 a 4	374	374	748
De 5 a 9	567	532	1.099
De 10 a 14	684	627	1.311
De 15 a 19	597	539	1.136
De 20 a 24	463	445	908
De 25 a 29	427	412	839
De 30 a 34	400	392	792
De 35 a 39	425	417	842
De 40 a 44	406	398	804
De 45 a 49	339	340	679
De 50 a 54	294	289	583
De 55 a 59	245	269	514
De 60 a 64	216	219	435
De 65 a 69	170	148	318
De 70 a 74	112	103	215
De 75 a 79	73	75	148
De 80 anos e mais	58	66	124
Idade ignorada	5	3	8
TOTAL	5.937	5.719	11.718

Os aprofundamentos teóricos com análises sociais, dentro destas últimas informações populacionais, cabe aos sociólogos desenvolverem.

A Geografia irá se preocupar com os impactos que estes dados podem ou geram no âmbito das relações que se mantêm entre a natureza e a sociedade.

Acesso ao livro “Três Barras do Paraná” (2000):

<http://www.museuparanaense.pr.gov.br/arquivos/File/tresbarras.pdf>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observar todos os aspectos aqui demonstrados, fica evidente que a formação territorial ao longo de sua historicidade, é estabelecida pela manobra política de desenvolvimento, que irá compactuar com instituições e empresas que exerçam e que possam realizar tal função. Estes fatores, associado à atuação da população no contexto desta manobra, mais as reivindicação de determinados grupos e até mesmo individual, irão criar e desenvolver os territórios. E não o espaço. Pois; todos estes processos, ocorrem em uma parcela do Planeta Terra. Podendo ser comprovado o fato de que: desenvolvemos e criamos territórios em um espaço já existente.

Sendo que este território é ocupado e conservado pelas atividades humanas, em todos os seus aspectos de: defesa, aprimoramento e intervenções individuais e sociais, políticas, econômicas e religiosas. Sendo que estas atividades modificam a paisagem, perfazendo uma nova paisagem e assim, sucessivamente, criando, destruindo e desenvolvendo novos ambientes, propícios ou não a vida dos seres e humanos. Estabelecendo desta forma, a relação sociedade/sociedade com a natureza.

Sendo que o espaço morfodinâmico, é responsável pela formação de morfoestruturas, morfoesculturas, e dos complexos sistemas que irão fornecer os ambientes para a criação dos sistemas climáticos e ambientes naturais, além de todos os processos naturais físicos que se estabelecem no planeta. E que a sociedade humana não pode reproduzir na proporção, planetária.

Todo o processo de construção territorial, é de cunho social, não devendo ser aprofundado nos trâmites geográficos. Porque a Geografia se correlaciona e se estabelece no âmbito geocientífico e não pertence à alçada sociológica.

A geografia se enfocou tanto nas questões de cunho exclusivo sociológico, que se esqueceu que era Geografia.

Os aspectos sociológicos vivenciados ou fenômenos de ocorrência novas, dentro do âmbito científico, deve ser descrito e informado a ocorrência, porém; deixar à área pertinente, pesquisar o que é de seu foco.

E o geógrafo que ainda tem a convicção que geografia é sociologia, o melhor a fazer é se estabelecer no campo social, criando dentro das ciências sociais/humanísticas uma nova ramificação como sóciogeografia, mas não denomina-la de Geografia (seja humana ou social).

O espaço, conforme é focado, desde 1960, e até antes, nada mais é que o território, uma linha imaginária onde ocorre todas os fenômenos abraçados pelos defensores dele. Porém é abstrato, concretizado nas lutas e formações de cidades e estruturas., E que, jamais pode ser comparado ao espaço planetário. Porque este a sociedade não constrói. O espaço já existe e nós não o criamos, não o arranjamos.

O pesquisador que está desenvolvendo um planejamento ambiental ou mapeando de áreas de risco (para assentamentos, por exemplo); não está organizando o espaço. Organiza as coisas (ambientes artificiais), e as pessoas no espaço. E pode organizar os territórios: mudando de nome um Município, inundando uma área, transferindo pessoas de um local para outro, mas o espaço ele não move/arranja. Apenas se locomove nele.

Logo; o que se faz é estabelecer um arranjo territorial (nesse momento atual), onde os pensadores da atualidade vêem a geografia assim. Mas quem irá implementar este, serão as instâncias superiores (governos). Que, excluindo os corruptos, possivelmente se concretize. Inserindo os corruptos...Não haverá a possibilidade.

Lembrem-se que o autor, deste, tem esta visão: O que o geógrafo faz: é se utilizar de ferramentas materiais e metodológica para desenvolver análises e resolver questões das relações já mencionadas, fornecendo bases para o planejamento ambiental, que irá ser utilizado (pelo governo competente) à ordenação territorial. Protegendo assim, os ecossistemas e biomas, não apenas para salvar o Planeta, mas para nos salvar.

Tenho certeza que neste momento, deve haver alguém pensando:

“Tá...mas o que muda isso? Tanto faz se é espaço ou se é território!

Não!

Isso...muda tudo na Geografia!

A primeira coisa que se extingue são estes tipos de pensamentos:

- (1) As palavras de uma aluna (do ensino fundamental) da cidade de Rio Claro no Estado de São Paulo, “*Geografia é aquela matéria que só mostra coisas de ricos e pobres*” (frase descrita na Revista Galileu, nº 134, ano 12. p. 86-87. Ed. Globo. São Paulo, 2002), demonstra bem esta sobreposição dos enfoques sociais e o desencaixe geográfico.
- (2) “*Aqui é aqui ou aqui é São Paulo*” (in: NITSCHE,1999), que demonstra a incapacidade dos professores transmitirem aos alunos o/do que realmente deveriam aprender nas salas de aulas.
- (3) *Vamos criar/desenvolver Geografia Regional* (in: NITSCHE, (p. 52) 2016)

Quando se retira de foco o Espaço (seja espaço sem definição (Moreira) ou seja definido por Santos, Moreira e Lacoste – Espaço Geográfico), o objeto de estudo da Geografia não é o Território. É a Relação Sociedade/sociedade e a Natureza (relações ambientais sociais humanas e suas associações interligadas aos ambientes naturais físicos e suas integrações com os fenômenos naturais do espaço morfodinâmico onde o ser humano está e de suas leis). Sendo estas o processo precursor e percursor das criações, alterações, destruições e de desenvolvimentos dos ambientes. Estes, ocorridos dentro de um território criado pela sociedade ou em uma área sem interesse territorial oficial, mas de interesse pessoal e/ou de grupos sociais. Estes, se estabelecerão no local e defenderão seus recentes territórios. Desenvolvendo, desta maneira, o processo de territorialidade, dentro da visão de Milton Santos.

O *Homo-sapiens-sapiens* não constrói estruturas morfodinâmicas, ou seja: o ser humano não forja ou cria planetas ou espaço cósmico. Talvez daqui a 1000 anos o homem possa criar o projeto Gênesis (Jornada nas Estrelas II e III), porém necessita de uma matriz ou um espaço pré-estabelecido (planetas ou grandes corpos celestes), que se caracterizam como estruturas morfodinâmicas para atingir tal propósito. Criando posteriormente um ambiente.

Posso citar como exemplo, em nossa atualidade, a criação de ilhas artificiais com o objetivo de expansão territorial para empreendimentos imobiliários, como se evidencia atualmente na cidade de Dubai. A configuração geográfica de Dubai limita seu desenvolvimento, pois sua costa possui apenas 59,5 km e os condomínios e hotéis dominam a costa do Golfo Pérsico de Dubai. Por este motivo, em 1993 iniciou-se a primeira construção da ilha artificial de Dubai, onde o famoso hotel Burj Al Arab foi construído. Sendo este referência para um projeto de cunho “mega-ambiental-artificial”, que se caracteriza como a criação de ilhas artificiais.

Observe que tal operação exige recursos naturais, tais como rochas, areia, água potável e alimentos para os trabalhadores/empregados. Além de outras fontes de materiais e energia.

Espero que tenha sido possível transmitir a ideia de que precisamos definir uma Geografia, pois os moldes atuais nos direcionam a uma vertiginosa percepção da realidade não existente. Logo; se esclarece do porque das frases no início deste livro, que retrata justamente a caverna prisão da convicção dos geógrafos sociais, que acreditam estarem realizando Geografia. Com exceção da frase de Hitler, que possui dois significados: 1- como as demais - virtual realidade. 2. O preconceito, inveja e o ódio que a sociedade e/ou o indivíduo tem, ou possui, à um elemento ou sujeito qualquer. - Pirômaco para as revoltas.

A Geografia é (na visão deste que vos redige):

**Geociência - que trata das relações ambientais sociais humanas e suas associações interligadas aos ambientes naturais físicos e suas integrações com os fenômenos naturais do espaço morfodinâmico onde o ser humano está e de suas leis.**

Sendo que o espaço é conceituado e definido por NITSCHE (2001) como:

**Espaço: é a estrutura morfodinâmica que sustenta as paisagens e os ambientes. E só existem dois espaços concretos (não virtuais/idealizados) que são: O Espaço Cósmico e o Espaço Planetário/morfodinâmico.**

O mais importante no momento (para a Geografia), é o espaço terrestre. Pois, é aqui no Planeta Terra que a sociedade humana estabelece suas relações, compactuando, correlacionando, impactando de maneira positiva e ao mesmo tempo negativa, integra-se e interage com a natureza (seja ela pura ou artificial), pois o ser humano estabelece relações com a natureza pura e com a sua própria natureza. E são estas relações que os geógrafos estudam ou devem se preocupar.

É importante observar que a presença humana não está consolidada neste Planeta e sim, em qualquer corpo celeste onde o homem possa viver/sobreviver. Todos os resultados sociais e tudo o que os geógrafos estabelecem, definem e conotam que é produto da sociedade...o espaço geográfico, por incrível que pareça, não se dá ou se forma neste. Logo; não somos (a sociedade) criadores de nossos espaços. Mas de nossos TERRITÓRIOS!

A sociedade cria, forma e estabelece territórios, graças aos processos, que, até o presente momento é definido como espaço geográfico.

Dessa forma dita, a determinação, definição e atributos que dão vida aos manuscritos e a dinâmica de trabalhos, hipóteses e teorias que são formuladas dentro da visão de espaço

geográfico, deveriam se estabelecer dentro da visão formadora de territórios.

Um grupo linguístico não cria espaço, mas estabelece um território, que pode ser micro, meso, ou macro. Ou seja: dentro do território brasileiro (macro), encontramos vários territórios distintos, cada um com, o que hoje se aceita como fundamentos, embasamentos e contextos que definem espaço geográfico. Logo, o espaço geográfico é o território em si, criado pela relação sociedade/sociedade e a natureza, que vai gerar o processo de estruturação, construção e arquitetura cultural, política e econômica de um país, estados, municípios, bairros e guetos.

E as questões territoriais exclusivamente de relevância social (relação sociedade/sociedade ou sociedade x sociedade), não se preza ao território da Geografia. Conforme este manuscrito “Os sociólogos não descrevem a Terra”, tentou demonstrar.

**A sociedade cria seus próprios territórios e não seus próprios espaços. O espaço já existe! É a superfície do planeta habitado por nós, que no momento atual (Século XXI), se estabelece no Planeta Terra somente.**

## BIBLIOGRAFIA

ABDAL, A. **Sobre Regiões e Desenvolvimento: Os Processos de Desenvolvimento Regional Brasileiro no Período de 1999 a 2010**, Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, USP, São Paulo 2015.

ARAÚJO, O. dos Santos, **Controle da Atividade Policial**, Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de São Paulo, FFLCH-USP, São Paulo, 2005.

BACKES, A. – **Áreas Protegidas no Estado do Rio Grande do Sul: O Esforço para a Conservação**, Pesquisas Botanica No 63:225-355 Sao Leopoldo: Instituto Anchietao de Pesquisas, 2012, p.93

BEZERRA, R. G. **Guardados de um Artesão de Imagens: Estudo da Trajetória de Claro Jansson e de suas Crônicas Visuais Durante as Primeiras Décadas do Século XX**, Tese (Doutorado em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2009.

BÍBLIA SAGRADA – **Apocalipse** (12.7 p. 1566), Ed. Ave Maria – Ltda. C.P. 615, São Paulo – Brasil.

BIGARELLA, J. J. **Esboço das Relações Entre Relevo Topográfico e a Estrutura Geológica do Estado do Paraná**, Logos, 2(5): 16-28, Curitiba, 1947.

\_\_\_\_\_, **Estrutura e Origem das Paisagens Tropicais e Subtropicais**, UFSC, Florianópolis, 1994, 425 pp.

BÚRIGO, F. L. e DA SILVA, J. C., **A metodologia e a epistemologia na sociologia de Durkheim e de Max Weber**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 128-148.  
[www.emtese.ufsc.br](http://www.emtese.ufsc.br)

CAMPANELLA, T., **A Cidade do Sol**, file:///C:/site/LivrosGrátis/a\_cidade\_do\_sol.htm (1 of 48) [03/05/2001 12:37:57].

\_\_\_\_\_, **A Cidade do Sol**, versão PDF, file:///C:/site/LivrosGrátis/a\_cidade\_do\_sol.htm (1 of 48) [03/05/2001 12:37:57].

CAMPOS, J. E. G.; DARDENNE, M. A. 1997. **Estratigrafia e sedimentação da bacia Sanfranciscana: Uma revisão**. *Revista Brasileira de Geociências*. V. 27. Brasília: Instituto de Geociências, Universidade de Brasília, p. 269 – 282.

CHAGAS, M. F. das, **Narrativas de Colonos e Posseiros na Luta pela Terra: a (re)criação da Memória da Revolta de três Barras do Paraná, 1964-2014**, Dissertação (Mestre em História), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, , *campus de Marechal Cândido Rondon*, – UNIOESTE, 2015.

CHILDE, G. **A evolução cultural do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. A edição original, *Man Makes Himself*, é de 1936.

CHMYZ, I. **Pesquisas arqueológicas no alto e médio rio Iguaçu**. In: PRONAPA 4, Res. Prelim., 4oano, 1968/ 69, Museu Emílio Goeldi, Belém. 1971.

CHMYZ, I. In: COPEL/INTERTECHNE-LEMEENGEVIX-ESTEIO. **Estudo de impacto ambiental da Usina Hidrelétrica Salto Caxias/PR**, 4. Curitiba. 1993.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia e História da Vila Espanhola de Ciudad Real do Guairá**, Cadernos de Arqueologia, 1: 7-103, Paranaguá, 1976.

\_\_\_\_\_. **Subsídios para o estudo arqueológico do Vale do Rio Iguaçu**, Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, 1: 31-52, Curitiba, 1968.

CARDOSO, J. A. & WESTPHALEN, Cecília Maria. **Atlas Histórico do Paraná**, 2ª ed., Livrarias Chain, Curitiba, 1986.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Sete Olhares sobre a Antiguidade**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução: Guy Reynaud. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARVALHO, M. E. e SOUTO, P. H. **Da colonização ao século XXI: fragmentos geográficos da paisagem na bacia Sergipana do Rio Vaza Barris**. Geografia Ensino & Pesquisa, v. 15, n.2, maio./ago. 2011.

CROUZET, Maurice (org.) **O Oriente e a Grécia Antiga**. Tradução de Pedro M. Campos. (Coleção História Geral das Civilizações). Rio Janeiro: ED. Bertrand Brasil SA, 1993.

CUNHA, Euclides da. **Caderneta de campo**. São Paulo/Brasília: Cultrix/MEC, 1975, edição de Olímpio de Souza Andrade.

DER. **Mapa Rodoviário do Paraná**, 1951.

EMATER, **Mapa de Solos–Mapa Pedológico de Três Barras do Paraná**, 1976.

FANTINEL C. A. **Estudo de saneamento básico em ocupações desordenadas no município de Araricá/RS e proposições para melhoria da qualidade ambiental**, Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Qualidade Ambiental, do Centro Universitário Feevalepara, para obtenção do Título de Mestre em Qualidade Ambiental, Novo Hamburgo 2010.

FERREIRA, J. C. V., **O Paraná e seus Municípios**, Memória Brasileira, Maringá, 1996.

FERREIRA, Olavo Leonel. **Mesopotâmia: o amanhecer da civilização**, São Paulo: Ed. Moderna, 3ª edição, 1993.

FÚLFARO, **Reavaliação dos dados geológicos da Bacia do Paraná**, Boletim Interno da Petrobrás, 12 (3), 291-346, set/1969, Rio de Janeiro.

GUERRA, J. T., **Gemorfologia, uma atualização de bases e conceitos**, 2ª ed. Bertrand, Rio de Janeiro, 1995.

\_\_\_\_\_, **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico**, Bertrand, Rio de Janeiro, 1997.

GIANNOTTI, J. A. (sel. Texto) **Comte, Auguste, 1798-1857**; trad. de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo : Abril Cultural, 1978.

GOMES Iria Zanoni. **A Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em 1957**. 3 ed. Curitiba, PR: Criar Edições Ltda., 2005.

HITLER, Adolf **Minha Luta (Mein Kampf)**. Tradução Jaime de Carvalho. Hugin Editores, 1998.  
[https://ia800707.us.archive.org/0/items/meinkampf\\_minha\\_luta/por.pdf](https://ia800707.us.archive.org/0/items/meinkampf_minha_luta/por.pdf),

IBGE, **Senso Demográfico de 2012**, no site do IBGE, 04 de dezembro 2012.

IPARDES, **Mapa do Estado do Paraná-Municípios**, Curitiba, 1997.

IAP, **Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Guarani**, Curitiba, 2002.

JAPIASSÚ, H. e D. MARCONDES, **Dicionário Básico de Filosofia**, 3ª ed. Revis. e ampl. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2001 p.93,94 (in: [http://raycydio.yolasite.com/resources/dicionario\\_de\\_filosofia\\_japiassu.pdf](http://raycydio.yolasite.com/resources/dicionario_de_filosofia_japiassu.pdf))

JORNAL Cascavél, **Jagunços Mataram na Hora Marcada, Usando Toda a Espécie de Barbarismo**, Manchete do dia 07 de agosto de 1964. Cascavel-Pr.

JORNAL Cascavel, **Agronomo Relata Atrocidades Cometidas pelos Jagunços em Três Barras do Paraná**, Manchete do dia 08 de agosto de 1964. Cascavel-Pr.

LACOSTE, Yves. **A Geografia serve, isto em primeiro lugar, para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus, 2001.

LAGE, C. S. **Evolução Geomorfológica do Curso Superior do Vaza-Barris**. Cadernos de Geociências, nº 5, 1996 [www.cadernosdegeociencias.igeo.ufba.br](http://www.cadernosdegeociencias.igeo.ufba.br)

LAUTERT, L. F. de Carli, **Análise Morfodinâmica e das Águas nas Bacias Costeiras dos rios Nhundiaquara e Marumbi, no litoral do Paraná**, Tese (Doutorado em Geografia Física), USP, São Paulo, 2010

LÉVÊQUE, Pierre. **As Primeiras Civilizações**, Vol. II: Mesopotâmia e hititas. Tradução de Antonio José P. Ribeiro. Rio de Janeiro: Edições 70, 1987.

LOPES, Sérgio. **O Território do Iguaçu no Contexto da “Marcha Para Oeste”**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2002.

LOSEE, J. **Introdução Histórica a Filosofia da Ciência**. In: O Homem e a Ciência (trad. Borisa Cimbleiris). Ed. Itatiaia São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979.

MAACK, Reinhard, **Geografia Física do Estado do Paraná**, Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, 1968.

MINEROPAR, **Atlas Geológico do Estado do Paraná**, em Cd, MINEROPAR, Curitiba, 2001.

MME-PRODEEM, **Projeto de Cadastro de Fonte de Abastecimento por Água Subterrânea – Diagnóstico do Município de Canudos – BA**, Salvador, 2005.

MOLZ, M. **Relatório de Diagnóstico da Vegetação: Composição, estrutura, caracterização das florestas e levantamento de áreas prioritárias a conservação**, Projeto PDA 192-MA: Estudo para Criação de Unidade de Conservação na Área Núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica dos Contrafortes do Ferrabraz — Bacias do Sinos e Caí, São Leopoldo, 2007.

MOREIRA, R. **“A Geografia serve para desvendar Máscaras Sociais”** In: (arq-pdf., [http://geografialinks.com/site/wp-content/uploads/2008/06/moreira-ruy\\_a-geografia-serve-para-desvendar-mascaras-sociais.pdf](http://geografialinks.com/site/wp-content/uploads/2008/06/moreira-ruy_a-geografia-serve-para-desvendar-mascaras-sociais.pdf), (domínio público, 2016.)

MYSKIW, Antônio Marcos. **Colonos, Possesiros e Grileiros**: Conflitos de Terra no Oeste Paranaense (1961/66). Niterói, RJ: Editora da UFF/UNIOESTE, 2002.

NITSCHKE, J.C.V., **Três Barras do Paraná**. Monografia para a obtenção do título de Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

\_\_\_\_ & ALMEIDA, C. D. de. **Proposta Metodológica para Elaboração de Diagnósticos Municipais**. Rev. Paran. Geogr. N. 5, Curitiba, 2000 p. 49-54.

----- **Três Barras do Paraná**, Ed. Letra das Artes. Curitiba – Pr, 2001.  
<http://www.museuparanaense.pr.gov.br/arquivos/File/tresbarras.pdf>

\_\_\_\_ **Espaço...Realmente é o Objeto de Estudo da Geografia?**. Rev. Publicatio - UEPG – Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias e Engenharias: 7 (1), 33-41, 2001.

\_\_\_\_ **Desenvolvimento Sustentável e Influências Sócios- Econômicas Geradas no Município de Três Barras do Paraná, devido a Construção de Salto Caxias**. Revista Paranaense de Geografia, Paraná- Brasil, v.7, p.07-16,2001.

\_\_\_\_ **Três Barras do Paraná**, edição independente / J.C.V. Nitsche – 1ª ed. – Curitiba; 2016.

\_\_\_\_. **Máscaras geográficas**: ed. Independente / J.C.V Nitsche; 1ª ed. – Curitiba, 2016.

\_\_\_\_ **Contra o espaço geográfico**. ed. Independente / J.C.V Nitsche; 1ª ed. – Curitiba, 2016.

NOELLI, Francisco Silva. **A ocupação humana na região sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000**. Revista da USP. Nº 44, p. 218-269, dez./fev. 1999-2000.

NORTHFLEET, A. A. , MEDEIROS, R. A. e MULHMANN, H., **“Reavaliação dos dados geológicos da Bacia do Paraná,”** 1969. Bol. Tec. PETROBRÁS. 12 (3): 291 a 346.

PAPPAS, Nickolas. **A República de Platão**, (trad.) Abílio Queiroz. Lisboa: Edições 70, 1996.

PARELLADA, Claudia Inês. **Arqueologia do Vale Rio Piquiri, Paraná: Paisagens, Memórias e Transformações**. Revista Memorare v. 1, n. 1, 2013. In: [www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/memorare\\_grupep/issue/view/125](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/memorare_grupep/issue/view/125).

\_\_\_\_\_**Programa de salvamento arqueológico da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, Rio Iguaçu, Paraná.** In: GIA/21, Foz do Iguaçu, Paraná. 17 a 22 de out. de 1999.

PLATÃO., **Diálogos / Platão** ; seleção de textos de José Américo Motta Pessanha ; tradução e notas de José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. — 5. ed. — São Paulo : Nova Cultural, 1991. — (Os pensadores)

PMTBPr, **Relatório de Micro-Bacias.** Curitiba, 1995.

POPP, J. H., **Geologia Geral**, 5ª ed., Livros Técnicos Científicos, Rio de Janeiro, 1995.

RAISZ, Erwin. **Cartografia Geral.** Rio de Janeiro: Científica, 1969

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Imagens cruzadas: Exército e sertão na Primeira República.** *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, n.4, out.-dez., p.1301-1317. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386138068011>

SÁ A, A. F. **Filigranas da Memória: Histórias e Memória nas comemorações de Canudos, 1993-1997**, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, para obtenção do grau de Doutor em História. Brasília, 2006.

STUMPF e KOLLING **Área espacial de interesse Histórico e Turístico do Morro Ferrabraz.** Nucleo Socio Ambiental Aaraca-piranga - s/d, rev. Pesquisa Botânica n. 63, 2012, p.318.

TOMPOROSKI, A. A., **O Polvo e seus Tentáculos, A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as Transformações Impingidas ao Planalto Contestado, 1910-1940**, Tese para obtenção do título de Doutor em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. **Um Quarto de Século do Plano Rodoviário do Paraná.** Boletim do Instituto Histórico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, Vol. XXX, ano 1976.

TUNG, Mao Tsé. **“O livro Vermelho”** (texto intg.) Tradução de (?). São Paulo: Martin Claret 1ª ed, 1998.

TZU, S. **A Arte da Guerra.** São Paulo: Record, 2006.  
[http://unes.br/Biblioteca/Arquivos/A\\_Arte\\_da\\_Guerra\\_L&PM.pdf](http://unes.br/Biblioteca/Arquivos/A_Arte_da_Guerra_L&PM.pdf)

VALENTINI, D. J., **Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil, 1906-1916**, Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre 2009.

VORPAGEL, Edvino Knäsel. **A Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná** em 1957. Maringá, PR: 2007.

WEBER, C. A. B. **Sombras do Ferrabraz: História(s) das História(a)**. Dissertação para obtenção do título de MESTRE em História do Brasil. Florianópolis, 26 de fevereiro de 1999.

### SIGLAS:

COPEL – Companhia de Energia Elétrica do Paraná  
CPRM – *Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais* - Serviço Geológico do Brasil  
DER/PR – Departamento de Estrada e Rodagem do Paraná  
MME - Ministério de Minas e Energia  
PDMSC - Plano de Desenvolvimento Municipal Sustentável de Canudos  
PMCBA – Prefeitura Municipal de Canudos – Bahia  
PMTB – Prefeitura de Três Barras do Paraná  
PRODEEM – Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios  
SGMTM - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral  
SPDE - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético

### SUPORTE BIBLIOGRÁFICO

AB'SABER, A. N., **A organização natural das paisagens inter e subtropicais brasileiras**, Geomorfologia, 41, Instituto de Geografia, USP, São Paulo, pp.1-39, 1973.

----, **Problemática da desertificação e savanização no Brasil Intertropical**, Geomorfologia, 53, Instituto de Geografia, USP, São Paulo, 1977.

BERTALANFFY, L., **Teoria Geral dos Sistemas, Vozes, Petrópolis**, 351 p., 1973.

BERTRAND, G. Paysage et Geographie Physique Globale: esquisse méthodologique. revue Géographique des Pyrenées et du Sud-Quest 39(3). Toulouse, 1973. p. 249-272.

BURNS, E. M., **História da civilização ocidental, do homem das cavernas até a bomba atômica** – Vol. 1 (trad.) Lourival Gomes Machado e Lourdes Santos Machado, 2ª ed. 5ª impressão, Rio de Janeiro – Porto Alegre – São Paulo. Ed. Globo, 1976.

CASTRO, I. et alli (orgs) – **“Geografia: conceitos e temas”**, Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995.

CHRISTOFOLETTI, A. - “**As Características da Nova Geografia**” In CHRISTOFOLETTI, A. (org.) – “*Perspectiva da Geografia*”, 2ª edição. São Paulo: DIFEL, 1985.

FERIGOLO, J. “**As Teorias Evolutivas e Popper**”, uma avaliação Crítica. In: Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Geologia, Rio de Janeiro, pp. 478-88. RJ, 1984.

FEYERABEND, P. “*Adeus à Razão*”. In: *Mestres da Modernidade*. Ed. Cultrix. São Paulo, 1987.

\_\_\_\_\_. “*Contra o Método*”. In: **Mestres da Modernidade**. Ed. Cutrix. São Paulo, 1975.

GODOY, P. R. T de (org), **Historia do Pensamento Geográfico e Epistemologia em Geografia**, Ed. Cultura Acadêmica, UNESP, São Paulo, 2010.

HARTSHORNE, R. “*Propósitos e Natureza da Geografia*”. Ed. HUCITEC- EDUSP, São Paulo, 1979.

KATUTA, A. M. **A(s) natureza(s) da e na Cartografia**. In.: SEEMAN, J. (org.). *A Aventura Cartográfica: Perspectivas, pesquisas e reflexões sobre a Cartografia Humana*. Fortaleza: Editora Expressão Gráfica, 2005.

KUHNEN, S. “**Os Pré-Socráticos**”. Tradução de: José Cavalcante de Souza, Arma Lia Amaral de Almeida Prado, Ísis Lana Borges, Maria Conceição Martins Cavalcante, Remberto Francisco Kuhnén, Rubens Rodrigues Torres Filho, Carlos Ribeiro de Moura, Ernildo Stein, Arnildo Devegili, Paulo Frederico Flor, Wilson Regis. Const. José Américo Motta Pessanha. São 165ngus: Editora Nova Cultural Ltda , 1ª ed, p.301.

MAIRE, Gaston. **Platão**. Tradução de Rui Pacheco. Liboa: Edições 70, 1998.

MELLO JR., J. L. **Geologia e hidrologia do noroeste da Bahia. Boletim do Serviço Geológico e Mineralógico**, Departamento Nacional da Produção Mineral, Rio de Janeiro, n. 90, p. 1-105, 1938.

MORAES, A. C. R., **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI**, Hucitec, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_, **A Gênese da Geografia Moderna**, Hucitec/Annablume, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_, **Geografia: pequena história crítica**, Annablume, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_, **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**, nnablume, São Paulo. 2011.

NITSCHKE, J. C.V., **As histórias de avós** : ed. independente / J. C. V. Nitsche ; 1ª ed. – Curitiba, 2016.

ODUM, E.P. “**Ecologia**” Ed. **Guanabara Koogan**. Rio de Janeiro, RJ. 1988. Título original: “*Basic Ecology*”. Tradução de Christopher J. Tribe.

OLIVEIRA-FILHO, A. e FONTES, M.A.L. **Patterns of floristic differentiation among Atlantic Forests in southeastern Brazil, and the influence of climate.** Biotropica, 32: 793-810. 2000.

PDMSC, **Plano de Desenvolvimento Municipal Sustentável de Canudos**, Canudos, 2009.

PLATÃO, Versão eletrônica do livro **“Apologia de Sócrates”** Autor: Platão Créditos da digitalização: Membros do grupo de discussão Acrópolis (Filosofia) Homepage do grupo: <http://br.egroups.com/group/acropolis>.

QUINTANEIRO, T; OLIVEIRA, M. L. de, **Um Toque de Clássicos**, 2ª ed. revis. ampl. 1ª reimpr., Ed. UFMG, Belo-Horizonte, 2003.

SANTOS, M. **A cidade nos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1965.

\_\_\_\_\_. **Geografía y economía urbanas en los países subdesarrollados.** Barcelona: Oikos-Tau S.A. Ediciones, 1973.

\_\_\_\_\_. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método.** Boletim Paulista de Geografia, São Paulo: AGB, 1977, p. 81- 99.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia nova.** São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978.

\_\_\_\_\_. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo.** SP: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. **Pobreza urbana.** São Paulo/Recife: Hucitec/UFPE/CNPV, 1978.

\_\_\_\_\_. **Economia espacial: críticas e alternativas.** SP: Hucitec, 1979.

\_\_\_\_\_. **Espaço e sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979 (Coleção Ciências Sociais).

\_\_\_\_\_. **A urbanização desigual.** Petrópolis: Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. **Manual de Geografia urbana.** São Paulo: Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1982.

\_\_\_\_\_. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana.** SP: Hucitec, 1982.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **O meio técnico-científico e a redefinição da urbanização brasileira.** Projeto de pesquisa apresentado ao CNPq, 1986 (datilografado).

\_\_\_\_\_. **Aspectos geográficos do Período Técnico-Científico no estado de São Paulo.** Projeto de pesquisa apresentado à Fapesp, maio 1986.

\_\_\_\_\_ **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

\_\_\_\_\_ **Metamorfoses do espaço habitado.** Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_ **O Período Técnico-Científico e os estudos geográficos: problemas da urbanização brasileira.** Projeto de pesquisa apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mar. 1989 (datilografado).

\_\_\_\_\_ **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo.** São Paulo: Nobel/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

\_\_\_\_\_ **A urbanização brasileira. São Paulo:** Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_ **Por uma economia política da cidade.** SP: Hucitec /Educ, 1994.

\_\_\_\_\_ **Técnica, espaço, tempo.** São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.(org.). **A construção do espaço.** São Paulo: Nobel, 1986.

SOTCHAVA, V. **O Estudo dos Geossistemas. Método em Questão n. 16** (tradução) IGEOG-USP. São Paulo, 1977.

TROPPEMAIR, H. **Metodologia Simples para Pesquisar o Meio Ambiente.** UNESP, Rio Claro – SP, 1988.

VELOSO, Henrique P. **Os grandes climaxes do Brasil.** Mem. Inst. Oswaldo Cruz vol.62. Rio de Janeiro, 1964.

XAVIER, Dennis Garcia e CORNELLI, Gabriele. **A República de Platão: outros olhares.** São Paulo, Loyola, 201.

## SITES VISITADOS

<https://www.youtube.com/watch?v=KnSvUJP0tr4>

<http://livraria.senado.leg.br/edicoes-do-senado-federal/os-muckers-episodio-historico-ocorrido-nas-colonias-alem-s-do-rio-grande-do-sul.html>

[https://www.geografiamazucheli.blogspot.com/%2F2013%2F11%2Fvulcanismo.html&psig=AFQjCNG\\_0XEIroxxVkiAwcKzm1JG1Zw0aw&ust=1465053217165139](https://www.geografiamazucheli.blogspot.com/%2F2013%2F11%2Fvulcanismo.html&psig=AFQjCNG_0XEIroxxVkiAwcKzm1JG1Zw0aw&ust=1465053217165139)

<http://www.guiaparanasudoeste.com.br/noticias/Noticia.aspx?id=36749>

<https://www.youtube.com/watch?v=P4OYhj7lo0E>

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio\\_Conselheiro#/media/File:Antonio\\_Conselheiro\\_\(P%C3%A1tria\\_Brazileira\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Conselheiro#/media/File:Antonio_Conselheiro_(P%C3%A1tria_Brazileira).jpg)

[https://www.google.com.br/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=images&cd=&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjtttrc19jNAhVDfZAKHRGSD4IQjB0IBg&url=http%3A%2F%2Finfograficos.estadao.com.br%2Fespeciais%2Feuclides%2Fcapitulo-4.php&psig=AFQjCNFux9p8jEtJUksYIZAnV3q\\_LOkFYg&ust=1467683085790291](https://www.google.com.br/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=images&cd=&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjtttrc19jNAhVDfZAKHRGSD4IQjB0IBg&url=http%3A%2F%2Finfograficos.estadao.com.br%2Fespeciais%2Feuclides%2Fcapitulo-4.php&psig=AFQjCNFux9p8jEtJUksYIZAnV3q_LOkFYg&ust=1467683085790291)